

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/10/2020 a 31/10/2020

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:12
Publ.: DCD - 10/7/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, todos nós sabemos que a pandemia não acabou, todos nós sabemos que estamos vivendo uma crise econômica profunda, uma crise social e política também, e todos nós sabemos que é inadmissível o Governo Bolsonaro tomar a decisão de diminuir o valor do auxílio emergencial.

Nós, na Câmara, aprovamos 600 reais para cada cidadã e cidadão brasileiro enfrentar essa pandemia. Agora há uma medida provisória que reduz isso para 300 reais. É preciso que a Câmara dos Deputados tome uma atitude, bote em votação a medida provisória e restabeleça os 600 reais para o povo brasileiro.

Nós estamos vivendo um período, Sr. Presidente, de inflação; nós estamos vivendo um período em que o alimento está cada vez mais caro, a pobreza está aumentando, o desemprego está aumentando, a fome está aumentando. Nós temos que aprovar os 600 reais, para poder fazer a economia girar, para os recursos chegarem à população, para as pessoas não passarem tanta dificuldade, como estão passando neste momento. O que salvou um pouco a economia durante esta pandemia foram os 600 reais. Bolsonaro não pode, não tem o direito de impedir que cada cidadão possa receber esses recursos.

Existe o debate de que não há dinheiro. Vamos debater as fontes de

onde vêm os recursos. Nós sabemos disso e já apresentamos propostas muitas vezes, como taxar grandes fortunas. E também há outros mecanismos, como lucros e dividendos. Nós temos que fazer isso. Há ainda os juros que se pagam aos banqueiros. Quarenta e seis por cento do Orçamento da União vão para os banqueiros. Nós temos que acabar com isso! É aí que pode haver recursos para investir no cidadão, na economia, para fazer com que as pessoas tenham recursos para se garantir neste período ainda longo de pandemia.

O impacto desta pandemia só vai diminuir quando houver vacina, quando houver o remédio que até hoje não há.

Por isso, eu quero chamar a atenção dos nossos pares. Nós temos que dialogar com o Presidente desta Casa para botar em votação a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para podermos aprovar os 600 reais para cada cidadã e cidadão brasileiros. Esse é o nosso apelo e essa é a nossa definição.

---

Documento 2/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:16
Publ.: DCD - 10/7/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares dos trabalhadores desempregados no País diante da anunciada redução, pelo Governo Jair Bolsonaro, do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero me solidarizar com todas essas famílias que estão desempregadas e que neste momento sofrem com a decisão tomada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, não é possível impedir que haja uma prorrogação do auxílio emergencial, auxílio esse que vai ajudar essa população que está faminta, desempregada e miserável até dezembro. Por isso a MP 1.000 tem o total apoio de todos nós da bancada do Partido dos Trabalhadores e dos partidos de Oposição. Nós temos que restabelecer isso. Esta é uma ação que consideramos uma ação

antipovo. Como reduzir para 300 reais, se as pessoas já estão com dificuldades, mesmo com os 600 reais?

Olha, estamos vivendo uma das maiores crises: crise sanitária e crise econômica neste País. Na medida em que cada um desses cidadãos tenha os seus 600 reais, temos o que chamamos de capital de giro. Isso aquece a economia, porque as pessoas têm onde comprar, o que comprar, como comprar. Ainda que não seja o suficiente, pelo menos não vamos contribuir para que cresça o número de pessoas que estão ainda nas ruas, desempregadas e desabrigadas.

Só no Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, nós temos mais de 1 milhão e meio de pessoas que estão dependendo dessa ajuda, desse benefício. Então isso é importante. Nós estamos vendo também, no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, crescer a cada dia o número de pessoas que estão perdendo suas casas porque não podem mais pagar os seus aluguéis. Essas pessoas estão indo para as ruas, porque não se tem uma política que possa realmente abrigar essas pessoas, ainda que seja numa emergência.

Nós já socorremos os bancos - nós, não; este Governo, principalmente. Para que os Estados possam ter as suas ações executadas, eles devem recorrer aos pequenos e médios empresários e também aos bancos, porque foram os bancos que receberam o maior SOS do Presidente da República, mas os Municípios continuam sofrendo e as pessoas continuam sofrendo nos seus Municípios. Os pequenos e médios comerciantes estão sofrendo também nas nossas cidades, por isso fazemos este grande apelo. Nós não podemos aceitar, nós não podemos continuar vendo essas pessoas sofrendo como estão pelo meio das ruas. Nós temos visto crianças, famílias inteiras sofrendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Eu não vou me cansar, Sr. Presidente, de colocar essa questão, porque são famílias inteiras, bebezinhos que estamos vendo nas ruas.

Hoje nós fazemos este apelo, mas acreditamos que o Governo Federal é o maior responsável por aumentar esta crise, na medida em que não está colaborando com o povo brasileiro,...

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Deputada Benedita, conclua, por favor.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - ... um povo que, em outras circunstâncias, pagou seus impostos, cumpriu com seus deveres.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 3/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:20
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aumento do custo de vida no País. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros desempregados. Indignação da oradora com a redução do valor do auxílio emergencial, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Inadmissibilidade de retirada de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal, favorável à venda de refinarias da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS sem consulta prévia ao Congresso Nacional.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, como alguns já disseram, nós vivemos hoje no Brasil uma situação dramática, porque, além da pandemia, algo que chama a atenção neste momento da vida nacional é justamente o crescimento do custo de vida.

Aumentou o preço do arroz, do feijão, do açúcar, da carne, enfim, aumentou o preço dos alimentos. E o povo brasileiro disse em pesquisa recente - 60% dos pesquisados responderam assim - que os seus gastos com alimentação aumentaram. Isso ocorre num momento em que nós temos quase 14% de desempregados no Brasil; são mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. E é neste momento que este Governo, sem nenhuma misericórdia, corta pela metade o auxílio emergencial.

Este é um Governo trapalhão, que não consegue nem definir um projeto claro para estabelecer a tal política da renda básica que ele propõe. Não sabe de onde tirar os recursos. Ameaça a educação do povo brasileiro, das crianças e dos adolescentes, querendo tirar recursos da educação e do FUNDEB. Nós resistiremos!

Sr. Presidente, além dessa situação, eu quero lamentar também a decisão do Supremo Tribunal Federal que negou pedido das Mesas da Câmara e do Senado de proibição da venda de refinarias da PETROBRAS sem consulta ao Congresso Nacional. Isso é o desmonte

da PETROBRAS, com permissão do Supremo Tribunal, da Suprema Corte, que neste momento fortalece todas as tendências antipatrióticas e entreguistas deste Governo.

Aqui na Bahia, nós temos um símbolo importante na luta pelo petróleo, a Refinaria Landulpho Alves, a primeira refinaria brasileira, fundada antes mesmo da existência da PETROBRAS. Sua planta de 6,4 quilômetros quadrados é responsável pela contribuição de 750 milhões de reais por ano de ICMS. Isso corresponde a 25% do ICMS do Estado e a 80% da arrecadação do pequeno Município de São Francisco do Conde. E são mais de 2,5 mil empregos diretos entre concursados e terceirizados.

Portanto, essa decisão do Supremo é uma decisão extremamente nociva à economia brasileira, ao Brasil e à Bahia e terá a nossa total resistência, porque é uma decisão que consolida a ideia antipatriótica, entreguista, característica central deste Governo do Sr. Presidente Bolsonaro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 4/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:28
Publ.: DCD - 10/7/2020 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Devastação da biodiversidade brasileira pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Atuação irresponsável do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Indignação do orador com a desestruturação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Eu quero desejar boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Nós gostaríamos de uma intervenção da Mesa para que o Parlamento vote a medida provisória que dará continuidade ao auxílio emergencial

no valor de 600 reais. Precisamos cuidar dos brasileiros mais fragilizados neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho algumas perguntas que se impõem neste momento tão drástico por que passa o nosso País. São elas: quem se beneficiará do processo de desmonte do Estado de bem-estar social do País? Quem se beneficiará do desmonte do sistema brasileiro de proteção ambiental ainda referência no mundo? A quem serve o processo violento de ataque à soberania nacional nas anunciadas privatizações da PETROBRAS, dos Correios e da ELETROBRAS, além de outras?

Os Ministros do Meio Ambiente e da Economia estão implodindo conquistas históricas que são objetos de lutas do nosso povo. O Governo Bolsonaro transformou o Brasil em uma nação incapaz de proteger o seu patrimônio de biodiversidade. O Governo Bolsonaro prefere ser cúmplice da mineração clandestina, dos grileiros, dos madeireiros e do agronegócio predatórios.

O Ministro Ricardo Salles, ao passar a boiada, demonstra o seu caráter delinquente, subserviente. Ele é simplesmente um vaqueiro, aliás, o vassalo dos especuladores e inimigo mortal dos povos da floresta, hoje ameaçados na sua própria existência.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, o desmoralizado, aumenta o desemprego, precariza as relações de trabalho, além de diminuir a renda dos trabalhadores. Esse é o agente, o moleque de recado do mercado. Ele se aproveita da total ausência de um projeto para o País por parte deste Governo e age como um desembestado, esquartejando a PETROBRAS. Com isso, ele desacelera a desindustrialização das Regiões Norte e Nordeste. Ele vende as plantas industriais de fertilizantes nitrogenados no maior exportador do agronegócio no mundo. Aponta a venda de 8 das nossas 11 refinarias para criar monopólios privados regionais na produção de combustíveis essenciais e outros derivados, monopólios dirigidos por empresas transnacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Obrigado, Deputado.

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA) - Vou concluir, Sr. Presidente.

O País caminha para termos uma PETROBRAS incapaz de servir aos objetivos nacionais estratégicos. É uma pena, senhoras e senhores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.





Publ.: DCD - 10/7/2020 - CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Elogio de Prefeitos Municipais do Estado de São Paulo ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Repúdio ao Projeto de Lei nº 529, de 2020, sobre as medidas de ajuste fiscal e de equilíbrio das contas públicas, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Extinção, pela propositura, da Fundação Oncocentro de São Paulo e do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual. Caráter ditatorial do Governo João Doria. Retomada, pelo Governo Jair Bolsonaro, das obras das BRs-153, 230, 101 e 116. Defesa de reeleição do Presidente da República.

---

**O SR. CORONEL TADEU** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito boa tarde. Eu estou no interior de São Paulo fazendo uma visita a Prefeitos de diversos Municípios e quero destacar os elogios que os Prefeitos têm feito ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Ministério da Justiça e ao General Pazuello, pela forma como o Ministério da Saúde vem conduzindo tão bem esta questão da pandemia. Alguns Prefeitos inclusive me disseram que têm dinheiro em caixa sobrando para aplicar ainda no combate à COVID.

Ao mesmo tempo que eu tenho visitado os Municípios e recebido esses elogios ao Governo Bolsonaro, à pessoa do Presidente Jair Bolsonaro, eu me deparo, dentro da Assembleia Legislativa, com um projeto de lei destrutivo. Enquanto o Presidente Bolsonaro constrói, o Governador João Doria destrói.

O Projeto de Lei nº 529, de 2020, da Assembleia Legislativa de São Paulo é destrutivo e está acabando com diversas instituições, entre elas a Fundação Oncocentro de São Paulo, o IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, o (*falha na transmissão*). Inclusive, eu estive na cidade de Itirapina ontem e tomei conhecimento de que se trata de uma instituição que traz lucros para o Governo do Estado. Tem um custo de apenas 3 milhões de reais por ano e traz um lucro de 50 milhões de reais por ano. É uma instituição que se destina, entre tantas missões nobres (*falha na transmissão*).

Falar da Fundação Oncocentro é mexer com o ser humano. É uma fundação fundamental no tratamento do câncer. É uma instituição que custa 0,05% do orçamento do Estado de São Paulo, que é de 270 bilhões de reais. O que é isso para a saúde? Nada! É um dinheiro muito bem investido em todas aquelas pessoas que sofrem com o

câncer e precisam de um lugar para tratamento.

Fazendo-se um paralelo entre eles, enquanto o Governador de São Paulo destrói - lamentavelmente, este sujeito veio para destruir, de verdade, o Estado; a sina, a saga, a sanha dele é destruir o Estado de São Paulo -, o Presidente vem fazendo esforços múltiplos e hercúleos para prover os Municípios do Estado de São Paulo de dinheiro suficiente para não se deixar a população paulista à míngua, porque, se dependesse do Governo do Estado, com certeza muito mais pessoas teriam morrido de COVID.

É lamentável que nós tenhamos um ditador governando este Estado, um Estado pujante. Praticamente 42% da economia brasileira está dentro do Estado de São Paulo, e nós vemos o Estado ser governado por uma pessoa absolutamente despreparada, que não sabe absolutamente nada de política, muito menos de administração ou de gestão.

Quanto ao Governo Bolsonaro, vejam a BR 153, a BR 230, a BR 101, a BR 116! São obras que estavam paralisadas há muito tempo, que não andavam por embargos do Ministério Público, por questões de corrupção. Agora, este Governo, que está aí há 1 ano e 9 meses, vem fazendo um trabalho magnífico.

Então, temos que fazer este paralelo e mostrar para toda a população do Brasil, em especial para a população de São Paulo, o que é alguém trabalhando para o bem e o que é alguém trabalhando para o mal.

Eu espero, realmente, que o Governo Doria acabe logo. E espero que, em 2022, o nosso Presidente Jair Bolsonaro seja reeleito, para que possamos continuar este trabalho tão bem-feito que está sendo realizado.

Um forte abraço, Presidente. Muito obrigado.

---

Documento 6/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:44
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Falta de embasamento de discursos sobre o combate à corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro, e sobre o sucesso da gestão governamental nas áreas de saúde e meio ambiente. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-





19 no Brasil. Solidariedade à Deputada Benedita da Silva diante da retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da Parlamentar da galeria das grandes personalidades negras brasileiras. Protesto contra a redução, para 300 reais, do valor do auxílio emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Posicionamento da oradora contrário à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e da Caixa Econômica Federal. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Na verdade, eu fico muito impressionada - penso que talvez seja cinismo - quando dizem que o Presidente da República combate a corrupção, já que ele não consegue explicar uma pergunta absolutamente básica: por que a sua esposa recebeu 89 mil reais da conta de Queiroz? Nem consegue explicar esta fixação que sua família tem por comprar imóveis incompatíveis com a sua própria renda com dinheiro vivo. O Presidente da República também não consegue explicar como é que ele tenta interferir na Polícia Federal para impedir que haja investigações contra o próprio filho.

Também não consigo entender como alguns dizem que a política ambiental brasileira é uma grande política, porque o Pantanal está queimando, e nós temos um país que ora convive com o óleo, ora convive com as cinzas, e que vai sendo destruído na sua política ambiental, inclusive com a precarização dos órgãos que defendem o meio ambiente.

Outros dizem que este Presidente tem os olhos voltados para o pouco e faz uma excelente gestão na saúde. No entanto, o Brasil tem 146 mil mortos. São 146 mil mortos, número que cola na nossa pele e na nossa alma, fazendo com que nos solidarizemos todos os dias com as famílias, porque aquele que parte é sempre o amor de alguém.

Nós vemos, além disso, a intervenção do Governo no próprio Estado, ao colocar na Fundação Palmares um racista, alguém que arranca da parede o nome de Benedita da Silva da galeria das grandes personalidades negras deste País, mas não consegue arrancar do imaginário e da história do povo brasileiro a função de Benedita da Silva, a quem eu presto minha solidariedade.

Este Governo diz que é preciso olhar para os pobres, mas reduz o auxílio emergencial para 300 reais, reduzindo a renda da população

mais pobre em mais de 20%, uma população que continua sofrendo com os impactos da inflação nos preços dos alimentos.

Alguns criticam João Dória - eu também o critico - porque quer fazer privatizações. Eu critico também o Presidente da República, que quer privatizar a ELETROBRAS e os Correios, empresas que dão lucro ao País. Ele mandou para esta Câmara Federal uma medida provisória que esquarteja a Caixa e quer privatizá-la aos pedaços, sem que o Parlamento possa intervir nesta iniciativa. Além de entregar e desnacionalizar este País nos instrumentos estratégicos para um projeto de desenvolvimento nacional, o Presidente tenta calar o Parlamento e impedir que discuta este projeto e se coloque contra ele.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que devemos votar imediatamente a Medida Provisória nº 1.000, que não aceitamos os 300 reais de auxílio emergencial e que queremos os 600 reais para a população pobre deste País.

Muito obrigada.

---

Documento 7/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:48
Publ.: DCD - 10/7/2020 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade à Deputada Benedita da Silva diante da retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da Parlamentar da galeria das grandes personalidades negras brasileiras. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Gestão caótica do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Realização da reforma tributária, com ênfase na taxação de grandes fortunas.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente e internautas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de prestar solidariedade à minha amiga e companheira Deputada Federal Benedita da Silva. Sem dúvida nenhuma, a iniciativa do atual Presidente e novo jagunço que comanda

a Fundação Palmares de retirar o nome de Benedita da Silva da galeria de pessoas que têm importância na luta contra a discriminação racial é uma atitude antirrepublicana. Portanto, têm toda a minha solidariedade a companheira Benedita da Silva e, em nome dela, todos os negros e negras do Brasil.

O outro assunto de que eu gostaria de falar diz respeito à importância da MP 1.000, proposição que o Partido dos Trabalhadores vem conduzindo por meio do seu Líder na Câmara, o Deputado Enio Verri, para que seja mantido o auxílio emergencial, que, como sabemos, é uma iniciativa original da Câmara Federal, mas nem o Presidente Bolsonaro nem Paulo Guedes, Ministro da Economia, aceitavam esta ideia.

É importante darmos continuidade a esta ajuda emergencial. Aliás, a Fundação Getulio Vargas, entidade considerada liberal, destaca hoje, na *Folha de S.Paulo*, a importância não só social, mas também econômica do auxílio emergencial. Na Região Nordeste, à qual eu tenho o orgulho de pertencer, há um processo de malha horizontalizada para melhorar a qualidade de vida da população do Nordeste, do Norte e de todo o Brasil.

Repito, a FGV, que tem uma visão liberal, entende que, se houver cortes nesta medida provisória, reduzindo ou mesmo acabando com o auxílio emergencial, haverá um prejuízo para 40 milhões de pessoas, em média. A fonte para este recurso é um problema que tem, sim, solução!

O Ministro Paulo Guedes, infelizmente, hoje não tem mais estatura para ser Ministro. Aliás, se a *Globo* voltasse a exibir o humorístico *Os trapalhões*, Guedes seria um dos principais convidados, porque ele está mais para trapalhão do que para Ministro da Economia.

Nesta linha de pensamento, não há dúvida nas palavras do ex-Senador e Ministro Aloizio Mercadante, que diz que, para tentar solucionar o problema e arrumar dinheiro novo, é necessário tributar as grandes fortunas.

Reforma tributária já para as grandes fortunas!

Muito obrigado.

### *Sumário*

Defesa de votação Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Importância de aprovação da propositura para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pela epidemia de coronavírus.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu venho também falar sobre a Medida Provisória nº 1.000. Na verdade, ela nem deveria existir. Alguns podem perguntar: *"Por que o PT está dizendo que é importante pautar esta medida provisória?"* É porque o Presidente Jair Bolsonaro já cortou 300 reais do auxílio emergencial desde que editou a medida provisória, na primeira semana de setembro. Portanto, o corte de 300 reais já está valendo.

Por que nós queremos pautar esta medida provisória? Porque nós queremos reverter esta iniciativa, visto que já está valendo, desde setembro, o corte de 300 reais. O Presidente Bolsonaro, de maneira covarde, cruel, cortou os 300 reais. Isso é um absurdo! A alta do dólar elevou o custo de vida do cidadão brasileiro. Olhem o preço do arroz, da carne, do feijão, das verduras! É um absurdo! Além disso, não temos logística para o abastecimento como um todo, já que venderam tudo, ao tentar privatizar as grandes centrais de abastecimento. Com isso, a crise em 2021 na segurança alimentar será bem maior.

Volto a perguntar: por que queremos pautar no plenário a Medida Provisória nº 1.000? Porque Bolsonaro já cortou 300 reais do auxílio emergencial. Precisamos desta medida para reverter esta iniciativa do Presidente.

Aliás, o PT tem uma emenda que busca garantir o auxílio emergencial de 600 reais até 31 de dezembro.

A fome, assim como o desemprego e o custo do aluguel, já é realidade para milhões de famílias brasileiras. Muitas pessoas estão nas ruas, e as chuvas já estão chegando. Apesar da indiferença de Bolsonaro com o Brasil em chamas, nós esperamos com ansiedade as chuvas por todo o País. Mas os pobres expulsos de suas casas por não terem pago o aluguel? Mesmo assim, este Governo cruel e covarde corta os 300 reais do auxílio emergencial.

Nós precisamos pautar a Medida Provisória nº 1.000 para garantir os 600 reais e, de certa forma, a dignidade do nosso povo brasileiro.

Senão, será uma vergonha!

Conclamamos o Centrão e todos aqueles que têm o mínimo de sensibilidade à realidade do nosso povo porque, ao que tudo indica, com a indiferença deste Governo e a ausência de Ministros, nós vamos virar o ano com 200 mil mortos e, como "presente" de Natal, o corte de 300 reais no auxílio emergencial.

Sr. Presidente, nós esperamos, com a MP 1.000 na pauta, ter a oportunidade de retomar os 600 reais do auxílio emergencial para nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

---

Documento 9/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-13:56
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	LUIZIANNE LINS-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vinculação entre a política negacionista do Presidente Jair Bolsonaro e o alcance do patamar de 146 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Alerta ao povo brasileiro, em especial aos candidatos nas eleições municipais de 2020, sobre a importância de cumprimento das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus. Ocorrência de 9 mil mortes no Estado do Ceará provocadas pela Covid-19. Redução pela Medida Provisória nº 1000, de 2020, do valor do auxílio emergencial de 600 reais, e do número de contemplados com o benefício pecuniário.

---

**A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Sem revisão da oradora.)** - Boa tarde, Presidente. É uma alegria participar deste momento com todos os colegas! Faço uma saudação especial a todos os colegas Deputados e Deputadas.

Eu poderia falar de diversos assuntos, mas, objetivamente, vou falar sobre a pauta do momento: o auxílio emergencial. Hoje nós chegamos a mais de 146 mil mortos no Brasil, o segundo país em mortalidade por COVID no mundo. É importante que os brasileiros e brasileiras saibam que isso não está acontecendo por acaso: esta situação é fruto da política negacionista do Presidente, que começou dizendo que se tratava de uma gripezinha; depois, que não era coveiro; em seguida, que todo mundo ia morrer mesmo. Por aí segue a absoluta negligência



do Presidente em relação ao povo brasileiro.

Eu queria fazer um apelo aos que estão em processo eleitoral neste momento, bem como aos colegas Deputados que, assim como eu, disputam as eleições municipais, para que todos tenham cuidado com as medidas sanitárias. Aqui no Ceará, por exemplo, ontem nós tivemos a informação de que um candidato governista que disputa a eleição, o candidato do atual Prefeito, testou positivo para a COVID e, portanto, terá que cumprir a quarentena. Da mesma forma, hoje de manhã tivemos a informação de que a esposa do Governador Camilo Santana, do PT, também testou positivo para o coronavírus. Portanto, eu me dirijo ao povo brasileiro e lembro que estes exemplos mostram que o vírus ainda está circulando entre nós.

O processo da pandemia ainda não terminou. Por isso, nós precisamos ter muito cuidado ao sair às ruas. Nossa campanha vem tomando todas as medidas sanitárias necessárias, inclusive as que foram estabelecidas por decreto pelo Governador do Ceará.

Queria também aproveitar para dizer que o meu Estado, o Ceará, tem 9 mil mortos por COVID-19. Fortaleza puxa esse índice para cima. Quase a metade, ou seja, quase 4 mil pessoas que morreram são aqui de Fortaleza. Eu coloco isso na conta da quebra de toda uma rede de assistência social, uma rede da saúde pública da atenção primária, que é preventiva. Essa rede foi trocada, digamos assim, por obras que aparentemente vão trazer algum grau de conforto apenas para a área nobre da cidade. Portanto, o sentido de cuidar das pessoas não foi preservado, e nós estamos com um resultado extremamente grave da COVID-19 na nossa cidade de Fortaleza.

Eu queria também, Sr. Presidente, aproveitar para fazer um esclarecimento aos colegas sobre a medida provisória: é importante que se diga que ela não simplesmente diminuiu de 600 reais para 300 reais, ou seja, não houve apenas uma redução pela metade. Eu pesquisei e vi que a coisa é mais grave do que isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço para que conclua, Deputada, por favor.

**A SRA. LUIZIANNE LINS** (PT - CE) - Vou concluir, Presidente.

Não sei se os colegas sabem, mas 42 milhões de brasileiros, além das pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, receberam auxílio emergencial de 600 reais. A partir de agora, a partir da decretação da medida provisória, esse número já diminuiu. Há pessoas que não vão receber mais a primeira parcela de 300 reais, e as pessoas que vão receber dividem-se em quatro grupos: as que recebem recebe quatro parcelas, as que recebem três parcelas, as que recebem duas parcelas



e as que recebem somente mais uma parcela. Portanto, dos 42 milhões que receberam o auxílio de 600 reais, apenas 27 milhões receberão parcelas - uma, duas, três ou quatro - do auxílio de 300 reais. A partir deste momento, 15 milhões de brasileiros não receberão o auxílio agora ou nos próximos meses. Portanto, já houve a quebra de não receber, não houve só a redução.

Termino, Sr. Presidente, fazendo esse alerta. Isso é muito grave. Já há milhões de brasileiros que não receberão sequer a primeira parcela de 300 reais, mesmo tendo o direito anterior de receber o auxílio emergencial.

Deixo meu abraço a todos os colegas Deputados e a todas as colegas Deputadas.

Muito obrigada.

---

Documento 10/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:00
Publ.: DCD - 10/7/2020 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inadmissibilidade de nomeação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de interventor para a Universidade Federal do Pará - UFPA. Alerta aos gestores municipais brasileiros sobre o encerramento do prazo de captação de recursos aprovados pela Lei Federal nº 14.017, de 2020, a chamada Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espectadores e os colegas que nos acompanham, hoje presente no plenário, com os cuidados devidos, quero tratar, primeiro, da nomeação e posse do Reitor da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Houve consulta popular, da qual saiu uma lista tríplice que foi levada ao Governo Federal. O mais votado - o atual Reitor - teve nada mais, nada menos que 88,6% dos votos. Os outros dois nomes também tinham um perfil progressista, que é a base de uma universidade que quer fazer a

discussão no contraditório.

Além de não nomear o candidato que teve 88,6% de votos, como os outros dois nomes não são do seu agrado político, o Presidente está ameaçando colocar um interventor para dirigir a universidade. Vai haver reação. A comunidade acadêmica não vai aceitar, a sociedade paraense também não vai aceitar, Sr. Bolsonaro, que se nomeie um interventor para a UFPA.

Segundo, quero fazer um alerta aos nossos Prefeitos e Prefeitas do Brasil. Este Parlamento, liderado pela Presidenta da Comissão de Cultura, a Deputada Benedita da Silva - com quem eu me solidarizo pelo ato absurdo de tirarem o seu quadro das galerias - e com a relatoria da Deputada Jandira Feghali, aprovou a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Está vencendo o prazo, e há Municípios que não estão correndo atrás dos recursos. Outros estão patinando por problemas burocráticos. Inclusive, tramita no Senado e virá para a Câmara, e é preciso que a Câmara cuide disso, a prorrogação desse prazo, para que a cultura brasileira não perca esses recursos.

Terceiro, Sr. Presidente, quero tratar do tema polêmico que é o auxílio emergencial. Ai do povo brasileiro se este Congresso não houvesse votado o auxílio emergencial! Ai do povo brasileiro se o reduzimos para 300 reais! Portanto, a medida provisória sobre o auxílio tem que vir para cá, para que nós a derrotemos e mantenhamos os 600 reais.

Mas eu quero ir mais longe. A nossa bancada e muitos outros partidos já discutem que nós temos que sair dessa história de emergencial. Nós precisamos de um programa de renda mínima permanente, à luz do que foi o Bolsa Família neste País, ampliando-se o número de beneficiários. Mas antecipo: a renda não pode ser de 300 reais, tem que ser de no mínimo 600 reais, porque nós vamos, além de tudo, viver uma ressaca profunda na nossa economia após a pandemia. Que a vacina chegue daqui a 6 meses... Ninguém nos garante que ela chegará, mas, mesmo que vá chegar, nós precisamos cuidar da nossa socioeconomia.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 11/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:04
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	RUBENS OTONI-PT -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Agravamento da crise sanitária em face do descaso do Presidente Jair Bolsonaro, da omissão do Ministério da Saúde e da incompetência do Ministério da Economia.

---

**O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha agora pela *TV Câmara* e também pelas redes sociais, eu trago aqui também este mesmo apelo. Reforço o apelo para que seja incluída na pauta dos nossos trabalhos a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial residual a ser pago até o final deste ano.

Nós queremos que essa medida provisória seja incluída na pauta, porque realmente nós não podemos aceitar a atitude do Presidente da República, do Governo Bolsonaro de cortar pela metade, de 600 reais para 300 reais, o auxílio emergencial que está na prática hoje salvando vidas em todo o País.

O auxílio emergencial de 600 reais tem sido fundamental para que a crise sanitária e econômica não se torne cada vez mais grave.

O descaso do Presidente da República, a omissão do Ministério da Saúde, a incompetência do Ministério da Economia têm feito da pandemia uma situação muito mais grave e mais dramática do que deveria ser - essa é a realidade -, e cortar hoje pela metade o auxílio emergencial significa dobrar o sacrifício do povo brasileiro. Milhões e milhões de brasileiros hoje dependem exclusivamente deste recurso, sem falar que é esse auxílio que tem movimentado minimamente a economia da grande maioria dos Municípios, que é de Municípios pequenos - do País. Cortar o auxílio emergencial pela metade, Sr. Presidente, será travar mais ainda a economia.

Por isso, reforço o apelo de pautarmos a Medida Provisória nº 1.000, para votarmos o auxílio emergencial tal qual ele foi aprovado inicialmente: 600 reais e, como foi lembrado aqui, sem as restrições de cadastro que o Governo insiste em impor por meio da própria medida provisória. Nós não podemos aceitar isso. É esse o nosso apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

24.2020.B Sessão Outro Evento 06/10/2020-14:08

Publ.: DCD - 10/7/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Inauguração do Hospital da Criança de Colinas pelo Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino.

---

**O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Deputados, Deputadas, povo do Maranhão e povo brasileiro que nos assistem neste momento.

Deputado Luis Miranda, em primeiro lugar, é importante reforçar aquilo que todos os Deputados e Deputadas da Oposição têm clamado ao Plenário da Câmara dos Deputados: a apreciação e a votação da Medida Provisória nº 1.000.

Nós estamos num momento ainda muito grave do ponto de vista sanitário e do ponto de vista econômico. É uma crueldade do Presidente da República, no meio de toda essa crise econômica que se agrava, promover mudança no auxílio emergencial, reduzindo-o à metade. Isso é inaceitável. Isso faz parte de um roteiro de insatisfação do Presidente com o próprio auxílio emergencial.

Lembremos, povo brasileiro, que o Presidente Bolsonaro não queria o auxílio emergencial. Quando concordou com o auxílio, concordou que ele fosse de 200 reais. Nós, num longo debate, inicialmente na Câmara e depois no Senado, conseguimos elevar este valor para 600 reais. Nós conseguimos prorrogar o prazo de existência, do auxílio emergencial. Agora, o Presidente da República, insensível ao povo brasileiro, à importância do auxílio para a proteção social, faz este corte de 300 reais.

É muito importante, pois, que nós pautemos este tema. Não há nada mais importante hoje na Câmara dos Deputados do que pautar a Medida Provisória nº 1.000.

É por esta razão que os Líderes da Oposição darão uma entrevista coletiva, logo mais, às 15 horas, para falar ao Brasil acerca da

importância de nós apreciarmos, aqui no Plenário da Casa, a MP 1.000. Ela é fundamental para a vida de milhões e milhões de brasileiros.

Eu gostaria de destacar, Sr. Presidente, nesta fase final da minha fala, com muita alegria e com muito orgulho, mais uma grande ação do Governo Flávio Dino, daqui do Governo do Maranhão, relativa a atendimento pediátrico em nosso Estado.

O Governador inaugurou, na última semana, o hospital infantil de Colinas, lá no Médio Sertão maranhense, denominado o Hospital da Criança de Colinas. O hospital possui vinte leitos pediátricos, dez leitos para adultos, serviço de tomografia, com pronto-atendimento para as crianças daquela região - atenderá mais de doze Municípios - a qualquer hora do dia, todos os dias da semana. Este é mais um grande avanço na reorganização completa, nessa reestruturação completa que têm feito o Governador Flávio Dino e o Secretário Carlos Lula no sistema de saúde do Maranhão. Além do Hospital da Criança de Colinas, implantam-se mais dez leitos de UTI neonatal para a Maternidade Regional Humberto Coutinho, também no Município de Colinas, minha cidade natal.

Parabéns ao Governador Flávio Dino por mais esta ação! Parabéns ao Secretário Carlos Lula e ao povo maranhense por tão importantes conquistas no setor de saúde!

Muito obrigado. Boa tarde!

---

Documento 13/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:16
Publ.: DCD - 10/7/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso dos aniversários de promulgação da Constituição Federal e de criação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Violação, pelo Governo Jair Bolsonaro, da República Federativa do Brasil e da soberania nacional demonstrada, respectivamente, na quebra de preceitos constitucionais e na desestruturação da PETROBRAS. Quebra dos princípios da República na retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, da foto da Deputada Benedita da Silva da galeria nas grandes personalidades negras brasileiras. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e

famílias carentes.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, começo lembrando a todos os colegas e à sociedade que na data de hoje, dia 6 de outubro, estamos um dia após a data da promulgação da Constituição Federal brasileira e três dias após a data da criação da PETROBRAS. No dia 3 de outubro, a PETROBRAS fez 67 anos de existência. Essas duas conquistas brasileiras estão sendo cotidianamente violentadas, desmontadas, agredidas.

Nós precisamos observar o que diz a Carta Magna brasileira, que tem como grandes marcadores a República Federativa do Brasil e a soberania nacional brasileira. Este Governo permanentemente tem violado esses dois marcadores principais da nossa Carta Magna. A violação da PETROBRAS é exatamente a quebra da soberania nacional brasileira. A PETROBRAS não pode ser apenas uma empresa lucrativa, pois é uma empresa do desenvolvimento nacional. Sempre foi assim e precisa continuar assim. A destruição dessa empresa é a referência da destruição do Estado brasileiro.

Quero somar-me a todos os que resistem em defesa da PETROBRAS no Brasil.

Em segundo lugar, quero dizer que o conceito de República tem a ver exatamente com que o Governo não faz. A retirada da foto da Deputada Benedita da Silva da Galeria da Fundação Palmares é a quebra da República. É uma decisão ideológica, é uma decisão eleitoral deste Governo, por não respeitar a história dessa mulher que é referência, e não só pela sua história, mas pelas superações, pelo serviço que presta à sociedade brasileira, como também pelo seu simbolismo.

Sr. Bolsonaro, respeite a PETROBRAS!

Sr. Bolsonaro, coloque de volta a foto da Deputada Benedita da Silva na galeria da Fundação Cultural Palmares!

Neste último minuto que me resta, quero dizer que nós não podemos evoluir na pauta sem colocar para ser votada a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Este Governo faz com que o povo brasileiro passe cada vez mais fome. Reduz pela metade o valor do auxílio emergencial e não faz nada para combater a inflação dos alimentos, do arroz, do feijão, da batata, do óleo, de nada! É preciso aumentar a oferta, para reduzir o preço, e não pedir, por favor, ao patriotismo dos supermercados. É preciso atuar, Sr. Governo! É preciso atuar, Sr. Bolsonaro, para reduzir o preço dos alimentos!



Neste momento, nós não podemos aceitar simplesmente que a pauta não exista, que a medida provisória caduque. Nós precisamos colocá-la na pauta e não deixar evoluir pauta nenhuma, enquanto a MP 1.000 não for votada e elevarmos o valor do benefício a 600 reais até dezembro. Depois, vamos discutir uma renda básica que seja retirada dos ricos, e não dos pobres, para favorecer os pobres.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 14/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:20
Publ.: DCD - 10/7/2020 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Urgente necessidade de votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em isolamento social ou quarentena diante da epidemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quero falar sobre dois assuntos, neste tempo que me resta.

O primeiro assunto é o projeto de lei de agricultura emergencial, que apoia a agricultura familiar. Esse Governo Federal Bolsonaro, que não gosta dos pequenos, tem vetado esse projeto. Refiro-me ao Veto nº 46, de 2020. Nós precisamos urgentemente que o Congresso o coloque em votação, para nós derrubarmos esse veto, para que apoiemos a agricultura familiar, os assentados, os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, nossos pescadores artesanais. Foi por isso que as entidades se articularam para que esse projeto fosse aprovado na Câmara Federal por unanimidade. Esse Governo demagogo, esse Governo dos ricos, esse Governo do agronegócio vetou esse projeto. Nós precisamos derrubar o veto, para ajudar essa migalha para a agricultura familiar.

O próximo assunto é a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, por meio da qual o Governo passa o auxílio de 600 reais para 300 reais. Diga-se, de passagem, que esse projeto do recurso emergencial foi uma

pauta do Congresso Nacional, não foi pauta do Governo. Não foi pauta do Messias Bolsonaro, foi pauta da Câmara Federal. Ele veio com 200 reais, e nós, a Oposição, conseguimos elevar a 600 reais. Nós queremos derrubar essa medida provisória e fazer uma emenda, para que não fiquem os 300 reais, mas sim 600 reais, até o fim do ano.

E mais da metade ele já excluiu, já excluiu mais da metade da população, com os 300 reais. Num momento de pandemia, num momento em que 146 mil brasileiros já morreram por falta de políticas de saúde desse Governo Federal, que dizia que era uma "gripezinha", com o desemprego aumentando neste País, com mais de 14 milhões de brasileiros desempregados e mais de 40 milhões de brasileiros na economia informal, os 600 reais movimentam a economia. Os 600 reais fazem com que a família possa comprar alimentação, roupa e remédio. Quando a família teve esse dinheiro, foi o que segurou o comércio aberto nas grandes e nas pequenas cidades. Foi o dinheiro entrou nos Municípios, porque esse Governo não tem política para os trabalhadores, para os pobres, para as microempresas e pequenas empresas, só tem política para os grandes.

Por isso, nós pedimos que seja colocado em votação, urgentemente, o Veto nº 46, de 2020, da agricultura familiar. Nós temos que derrubar esse veto! Temos que dizer para esse Governo que respeite quem produz alimento neste País!

E devemos puxar os 600 reais até o fim do ano, para todos aqueles que o receberam até agora. Se há algum que não tem critério para receber, que se corte este e faça que os órgãos competentes fiscalizem, mas àqueles que precisam, têm que ser repassados os 600 reais até o fim do ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

**O SR. MARCON** (PT - RS) - Esta é a posição do Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu o trabalhador, sempre defendeu o pequeno, sempre defendeu o emprego.

Por isso, nós estamos aqui conclamando que a medida provisória... Inclusive, nós temos uma emenda nossa do PT e da Oposição para que esse auxílio seja de 600 reais até o final do ano, para atender a população desempregada deste País, as pessoas que precisam comer, as pessoas que precisam comprar remédios, as pessoas que precisam sobreviver e pagar a conta de luz, de água...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 15/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:24
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Desestruturação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS pelo Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de manifestação do Parlamento brasileiro contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, favorável à privatização de refinarias da estatal sem consulta prévia ao Congresso Nacional. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Preconceito do Governo Jair Bolsonaro contra a Esquerda, demonstrado na pretendida extinção do Programa Bolsa Família. Inadmissibilidade de utilização de recursos de precatórios, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e de desconto do Imposto de Renda para custeio do Programa de Renda Cidadã. Defesa de realização da reforma tributária, com ênfase na taxação de grandes fortunas, lucros, dividendos e heranças para financiamento de programa de renda básica. Desestruturação do patrimônio público brasileiro pelo Governo Federal.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, o Governo não quer e não sabe ajudar o Brasil e os pobres, porque esse é um Governo entreguista. Bolsonaro disse: *"Eu não vim para construir. Eu vim para destruir"*. Está fazendo isso com a PETROBRAS, esquetejando-a.

Por isso, nós temos que nos posicionar claramente contra a decisão do Supremo, que impede que o Congresso possa apreciar a questão das privatizações. Não é possível que isso não passe pelo Congresso e que eles possam entregar as refinarias! Esta é a primeira denúncia que precisamos fazer.

A segunda denúncia é relativa à Medida Provisória nº 1.000. Precisamos votá-la logo. Os preços dos alimentos estão subindo, os 600 reais de auxílio emergencial já não são mais 600 reais quando o arroz e a comida aumentam tanto. E agora querem reduzi-lo pela metade, ele passará para 300 reais, com essa medida provisória. Se

ela não for apreciada pelo Congresso, o auxílio será de 300 reais. Se nós a apreciarmos, os Deputados vão ter que votar e vão votar conosco pelos 600 reais. É isso que o PT e a Oposição querem: ao menos 600 reais.

Mas ele não quer e não sabe ajudar, porque pobre ele só enxerga em fotografia. O mundo deles é outro. Aí se obrigaram a fazer um programa de renda como o Bolsa Família, mas não querem fazer o Bolsa Família, porque eles são tão preconceituosos contra o PT, a Esquerda e o Lula que eles têm que destruir o Bolsa Família, mas não sabem o que colocar no lugar. Então, é Renda Básica, é Renda Cidadã, é renda isso, aquilo. Eles não sabem, não sabem o que fazer, não sabem.

Então, eles querem arrumar dinheiro. Já que eles não querem tirar dos ricos, eles vão tirar dos pobres. Primeiro, queriam tirar do abono salarial. Quem ganha abono é quem ganha até dois salários mínimos, o 14º, queriam tirar dos pequenos. Isso não é razoável. Depois, queriam tirar dos precatórios, ninguém vai aceitar. Aí queriam tirar do FUNDEB. Sim, o Paulo Guedes disse que quer tirar do FUNDEB, da educação! Também não dá. Agora inventaram de mexer na classe média baixa não permitindo mais o Imposto de Renda simplificado, para poder ter desconto no Imposto de Renda. Um absurdo! Querem tirar dos pobres para tentar ter um programa, porque eles não sabem e não querem ajudar os pobres. Eles querem ajudar os ricos e não ter a reforma tributária que faça de fato tributação sobre renda, lucros, dividendos, heranças, grandes fortunas, sobre propriedades, e não indiretamente sobre consumo, que é a maioria da população que vai pagar essa conta.

Então, esse é um Governo de destruição. Está passando a boiada não só na questão ambiental. O "passar a boiada" é em toda a retirada de direitos, é na destruição das nossas empresas, como é o caso dos Correios, da ELETROBRAS e mais agora diretamente da PETROBRAS. E para programas sociais para o povo nega, diminui ou destrói o que existe.

Nós precisamos continuar a fazer esta denúncia, porque este Governo não sabe e não quer ajudar quem mais precisa. Por isso, é importante votarmos hoje a Medida Provisória nº 1.000, para, ao menos, ter os 600 reais e não os 300 reais, que é o corte pela metade dessa renda tão importante em época de preços altos dos produtos alimentares. Queremos ao menos 600 reais para quem precisa!



---

### *Sumário*

Solidariedade à Deputada Benedita da Silva diante da retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, da foto da Parlamentar da galeria nas grandes personalidades negras brasileiras. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição Federal. Retomada da taxação de lucros e dividendos. Revisão do Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Luis Miranda, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero manifestar a minha total solidariedade à Deputada Benedita da Silva, vítima de um ato autoritário do atual dirigente da Fundação Palmares, que tenta apagá-la da memória. A Deputada Benedita é uma reserva moral do nosso País, é um exemplo de mulher que iniciou a sua história com muita luta e é referência de todo um compromisso com uma sociedade mais justa e democrática.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero me manifestar no sentido de que a Câmara Federal volte a ser protagonista em relação à pandemia. A pandemia ainda não acabou. Precisamos colocar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, em votação e manter o auxílio emergencial em 600 reais. A pandemia está aí. Não são apenas 146 mil vítimas. Se incluirmos aquelas pessoas que morreram de síndrome aguda respiratória grave e não tiveram exames feitos para identificar as causas, e já são mais de 40 mil, vamos ver que, na verdade, estamos chegando a cerca de 200 mil vítimas da pandemia no Brasil.

Além desse enorme impacto humano, há o impacto econômico e social. O desemprego está nas alturas, metade da população economicamente ativa está fora do mercado de trabalho, o Produto Interno Bruto está caindo. Numa situação como essa, retirar consumo das famílias é incentivar a crise, porque o consumo das famílias de baixa renda é um fator que dinamiza a economia em segmentos importantes. Toda a cadeia produtiva de alimentos, toda a cadeia de serviços, toda a cadeia de bens de consumo não duráveis dependem do consumo das famílias.

Por isso, manter o auxílio emergencial em 600 reais não é apenas uma medida de caráter humano e social, é também uma medida de inteligência econômica. E aí vem a pergunta: como pagar esse custo?



Esse custo, Sr. Presidente, num primeiro momento, pode continuar sendo pago através do aumento da dívida pública, como está sendo feito em todo o mundo - em todo o mundo. Agora, a médio e longo prazo, esse custo tem que ser pago por uma revisão da nossa estrutura tributária, e podemos começar a fazer isso imediatamente, Sr. Presidente, colegas Deputados, sem termos que alterar a Constituição. Basta regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas, que já está previsto pela Constituição de 1988, e passar a cobrá-lo e, além disso, acabar com privilégios que foram introduzidos no nosso sistema, em 1995, por uma lei, revogar essa lei que permite a isenção de lucros e dividendos para pessoas físicas e que permite deduções na hora de recolher lucros e dividendos para pessoas jurídicas.

Então, Sr. Presidente, adotando medidas como essa, que não implicam alterar a Constituição, é possível começar a rever o nosso sistema tributário, de modo a torná-lo menos regressivo, e ir aumentando a tributação daqueles que acumulam inclusive...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

**O SR. MERLONG SOLANO** (PT - PI) - E nós estamos sabendo agora que, neste momento, os bancos ganharam bilhões de grandes.

Então, Sr. Presidente, defendo a imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, para mantermos o auxílio em 600 reais.

Obrigado pela atenção.

---

Documento 17/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:36
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Natureza criminosa da proposta de reforma administrativa encaminhada à Casa pelo Poder Executivo. Desestruturação do patrimônio



público brasileiro com a privatização de empresas estatais.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde em que iniciamos esta sessão, eu gostaria de dizer que o povo brasileiro aguarda que o auxílio emergencial de fato valha até o fim da pandemia. Esperamos a votação, para que antes das eleições municipais todos possam saber exatamente quem defende o socorro às famílias que neste momento tiveram demissões, suspensões de contrato, à mesa das quais a fome chega. O preço dos gêneros alimentícios assusta a Nação brasileira.

Por gentileza, é necessário que se ponha a mão na consciência e que a votação aconteça, que se superem as brigas intestinas. Agora os telejornais só falam da briga entre Maia e Guedes, entre Bolsonaro e Moro, se Moro sai ou não sai, se manda derreter Bolsonaro. Na verdade, o povo precisa é de comida, de emprego, de solidariedade, precisa novamente ter a possibilidade de trabalhar, de ser feliz, de viver. Por isso, para nós é fundamental garantir a votação, hoje, sobre o auxílio emergencial, sem dúvida alguma. Diante dos olhos da Nação brasileira, que possamos ver quem de fato é a favor e quem é contra a Medida Provisória nº 1.000. É um número emblemático, é mil. Queremos que ela seja votada, para que as famílias brasileiras tenham condições de alimentar-se e de viver.

É muito importante também dizer que a reforma administrativa corre, é criminosa, acaba com o Estado nacional, dá uma caneta imperial ao Presidente da República, para que ele possa garantir, distinguir, criar, mudar a natureza de órgãos. Evidentemente, ele fechará alguns *campi* universitários, ele fechará *campi* de institutos federais, ele incorporará o seu ódio a órgãos de controle ambiental, para arrebentar o IBAMA mais do que já arrebentou. Ele já interveio em áreas importantes do meio ambiente: no ICMBio e no INPE, que sofreu assédio institucional. Tudo isso está na ordem do dia, para que possamos debater. Essa reforma administrativa não deveria acontecer agora. Antes dela, a reforma tributária, para que se taxem os ricos, as fortunas, as operações financeiras e, sem dúvida, as empresas que têm lucratividade altíssima, bilionária. Já há projetos na Casa sobre isso, e havia uma compreensão a respeito de certo acordo para votar.

Portanto, a reforma administrativa está na contramão da história. Enquanto no mundo inteiro se fortalecem Estados para compor apoio ao povo que neste momento sofre com a pandemia, no Brasil se esmaece o Estado, enfraquece-se o Estado e se tenta privatizar estatais como a PETROBRAS e a ELETROBRAS. Não aceitaremos!

Obrigada.

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:36
Publ.: DCD - 10/7/2020 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Aumento nos preços de gêneros alimentícios no País. Elevado número de pessoas em situação de miséria no Estado do Tocantins. Aversão do Governo Jair Bolsonaro a pobres e famintos.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falo também da Medida Provisória nº 1.000. De mil era o valor que queríamos que fosse pago como auxílio emergencial, e o Governo queria pagar só 200 reais.

Nós precisamos mostrar o DNA de todos os Deputados Federais do Brasil, de quem está do lado do pobre, de quem está do lado do Presidente da República, daqueles que votaram para acabar com a nossa aposentadoria e agora não querem colocar a Medida Provisória nº 1.000 em votação porque o DNA desses Deputados será conhecido.

Nós sabemos que haverá alteração no número de beneficiários com essa Medida Provisória nº 1.000, que o Presidente da República quer que se coloque em votação. Essa medida provisória, que tira a metade do auxílio emergencial, simplesmente vai matar muita gente pobre deste País. É uma humilhação para o povo pobre deste País. O Presidente Bolsonaro não gosta de pobre. Nós sabemos muito bem que, com 300 reais somente, uma família não consegue pagar aluguel, remédio, ajudar um filho, ajudar um neto. Vai ser uma calamidade.

E a carestia? Nós que somos mais antigos nos lembramos de um bordão dos anos 80: "*Abaixo a carestia!*". É o que está acontecendo agora. O preço do arroz, o preço do feijão, o preço do óleo e o preço da carne, os preços estão lá nas alturas.

No Tocantins, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 250 mil pessoas estão passando fome, estão abaixo da linha da miséria absoluta. Quinhentas mil pessoas do meu querido Estado do Tocantins vivem com apenas 500 reais.

Não é possível que o Presidente da República queira abaixar para 300

reais o auxílio emergencial. Nós sabemos muito bem que muita gente já está recebendo apenas 300 reais, e muita gente que recebeu lá atrás o auxílio emergencial de 600 reais ou de 1.200 reais não vai receber mais.

Este é o Governo, o Governo que não gosta de pobre, o Governo que não deixa as pessoas se aposentarem. O INSS está fechado. Não existem médicos peritos. O Tocantins, o Estado mais novo da Federação, talvez seja o mais afetado. Nós sabemos que muitas cidades do Tocantins vivem da aposentadoria da população, dos benefícios sociais. Agora, com o desemprego que assola o povo brasileiro, com a crise das microempresas e com o auxílio emergencial de 300 reais, nós vamos ver muita miséria, muita pobreza no Brasil e no Tocantins.

Sr. Presidente, eu concluo a minha fala pedindo ao Governo Federal que exija que a sua bancada vote a Medida Provisória nº 1.000, para que possamos conhecer o DNA de cada Deputado que vai votar a favor ou contra os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

---

Documento 19/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:40
Publ.: DCD - 10/7/2020 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem póstuma ao ex-Secretário de Estado de Sergipe, Manoel Hora. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo novo coronavírus.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, é com muito prazer que nós participamos desta sessão, para, primeiro, homenagear um grande sergipano que nos deixou no último sábado.

Eu me refiro ao Dr. Manoel Hora, ex-Secretário de Estado, presidente de vários órgãos, que dedicou sua vida à defesa e à causa da reforma agrária, da agricultura familiar. Agrônomo, um grande homem, amigo, parceiro da história de luta pela democracia e contra a ditadura, que tem suas marcas, sua história e seu compromisso em Sergipe, ele foi o primeiro Presidente do INCRA no período da democratização, foi

Secretário de Estado, foi diretor da empresa de pesquisa SergipeTec. Eles nos deixou, mas deixa para todos os agrônomos e engenheiros de Sergipe e para o povo, em especial para camponeses, para trabalhadores rurais, um exemplo de compromisso de vida pela extensão rural, pelos extensionistas e por todos aqueles que defenderam as empresas de assistência técnica e o Estado com políticas sociais, principalmente para a agricultura e para a agricultura familiar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós não podemos aceitar que o Presidente da República queira diminuir o auxílio emergencial. Vivemos uma pandemia, vivemos uma grande crise, e não podemos aceitar que uma família, que um trabalhador ganhe menos de 600 reais. A Oposição e a nossa bancada defenderam o valor de 1.200 reais. Sabemos que Bolsonaro não discutiu o auxílio emergencial. Depois de um longo debate e da pressão da sociedade e do Congresso Nacional, ele topou discutir 200 reais. Nós, a Oposição e a bancada do Partido dos Trabalhadores, lutamos e conseguimos 600 reais. Portanto, neste momento, não podemos permitir que se diminua o valor do auxílio emergencial.

Nós não estamos tratando de pouca coisa, estamos tratando de um projeto em curso no Brasil, iniciado no Governo Temer, no golpe contra a democracia que tirou direitos, que levou milhões de brasileiros e brasileiras ao desemprego. Bolsonaro é a continuação do modelo perverso da economia, do modelo que não contribui para a economia nacional, para a geração de emprego.

A nossa defesa é esta: que não seja diminuir o valor do auxílio emergencial de 600 reais, para o bem e a dignidade do povo pobre, desempregado e trabalhador brasileiro.

---

Documento 20/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:52
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade da implantação de projeto de reconstrução e transformação do Estado brasileiro, consubstanciado em conjunto de ações emergenciais pós-pandemia, para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Defesa da concessão de anistia aos trabalhadores transformados em microempreendedores individuais, em face da precarização das políticas trabalhistas. Necessidade da extinção da cobrança de juros compostos pelo

sistema bancário. Defesa de ampliação do Programa Bolsa Família a partir de 2021. Imediata votação e rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Realização das reformas administrativa e tributária.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde a todos e todas, Presidente, Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Eu quero iniciar dizendo que o Brasil precisa de um projeto de reconstrução, de transformação do Estado brasileiro. Na minha opinião, precisamos de um conjunto de ações emergenciais, em especial no pós-pandemia. Deveríamos iniciar imediatamente uma nova agenda no Parlamento brasileiro para evitar a convulsão social, o colapso das políticas públicas.

Em primeiro lugar, eu acho fundamental termos um programa para anistiar os trabalhadores e trabalhadoras que foram obrigados a se tornar microempreendedores individuais devido à precarização das políticas trabalhistas neste País e também à alta taxa de desemprego. Precisamos de um programa que libere esses 10 milhões de brasileiros para terem o projeto de vida reconstruído, imediatamente após a pandemia, já em 2021 - espero que com a chegada da vacina.

Também precisamos retirar da ciranda financeira, dos juros sobre juros, dos juros compostos, os 64 milhões de brasileiros e brasileiras que são explorados todos os dias pelo sistema financeiro. São mais de 64 milhões de brasileiros e brasileiras no SPC e na Serasa. Isso impede o Brasil de voltar a crescer e de ampliar o seu mercado interno de consumidores.

Também precisamos garantir, para o ano de 2021, a ampliação do Bolsa Família, um programa robusto de transferência de renda. É inaceitável que o Governo Federal tenha encaminhado para o Parlamento brasileiro o Orçamento de 2021 sem nenhuma previsão de ampliação do Programa Bolsa Família. E também, como é inaceitável, o Congresso deveria apreciar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que reduz o auxílio financeiro, já insuficiente de 600 reais, para 300 reais, destinado às famílias mais vulneráveis do País, desempregadas em virtude do modelo econômico brasileiro dos últimos 5, 6 anos, mas também em razão da pandemia.

Nós precisamos, é lógico, pensar no futuro e, aí sim, organizar uma nova reforma administrativa. As duas PECs, a do Senado e a da Câmara - a PEC 45 e a PEC 110 -, são obsoletas, não mais respondem à demanda do século XXI e às necessidades do País de fazer um sistema tributário mais justo. Nosso sistema tributário é



injusto. Ele é a base da desigualdade social deste País e impede o Brasil de voltar a crescer, porque está extraindo dos trabalhadores, do povo que tem o menor poder econômico, 50% de imposto sobre o consumo.

É por essas razões que eu quero pedir ao Parlamento brasileiro que apresente uma pauta emergencial, para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

---

Documento 21/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-14:56
Publ.: DCD - 10/7/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Imposição de arrocho salarial, privatização de empresas estatais, desmanche do serviço público e estabelecimento de teto de gastos na área social, em face do agravamento da crise fiscal com risco de redução dos lucros de banqueiros e ricos. Exigência do PT de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para garantia do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Imediata inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.285, de 2019, acerca da incidência do Imposto de Renda sobre juros pagos e creditados a titular, sócios ou acionistas a título de capital próprio; a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, boa tarde para V.Exa. e para os Deputados e as Deputadas.

Presidente, hoje, a imprensa, especialmente a imprensa conservadora, está anunciando o agravamento da crise fiscal no Brasil. E, quando se tem crise fiscal, leia-se: com o risco de diminuição de lucros de banqueiros e de ricos, eles começam a pedir austeridade, arrocho, privatizações, desmanche do serviço público e teto dos gastos, ou seja, nada pode ir ao povo, tudo para o mercado. Acontece que essa receita que eles estão pedindo, desde Temer, já está sendo aplicada, mas não dá certo. Aliás, desde o golpe já é assim.

Nossa economia, apesar de tudo isso, é a pior do mundo, e nós vivemos isso agora, durante a pandemia. É claro! A pandemia atrapalha a economia? Sim, mas nós temos a pior do mundo, o que

significa que essas atitudes não têm dado certo. O que o Governo tem feito? Reforma trabalhista, que iria melhorar o Brasil, que iria gerar emprego; Emenda Constitucional nº 95, de 2016, de congelamento dos gastos com educação, saúde e assistência social; reforma da Previdência, para arrochar os aposentados; e, agora, fala-se em reforma administrativa, para ter arrocho sobre os servidores públicos.

Que hora vamos falar, Presidente, exigir dos ricos, dos banqueiros que diminuam as suas imensas fortunas?

Por isso, hoje, a Oposição, em especial o PT, está exigindo que se coloque na pauta a MP 1.000, de 2020, a fim de que se mantenha pelo menos o auxílio de 600 reais para o nosso povo. Eu peço, além da MP 1.000, que o Presidente possa colocar na pauta o PL 1.285, de 2019, de minha autoria, que já tem regime de urgência, para que se possa taxar lucros e dividendos. O requerimento está aí, Presidente.

A receita agora é outra. Não é arrocho, arrocho, arrocho em cima do povo, e, sim, obrigar a que no Brasil exista divisão renda, para que as grandes fortunas sejam taxadas.

Coloque em pauta a Medida Provisória nº 1.000. Pelo menos 600 reais o povo merece para não morrer na pandemia e nessa crise da economia, que é a pior do mundo.

Paulo Guedes já era! Não sei o que faz lá até hoje! Aliás, nem ele nem Bolsonaro! O povo começa a repetir diariamente: "*Fora, Bolsonaro!*".

Queremos manter o mínimo nesta pandemia, que são os 600 reais.

---

Documento 22/72

---

24.2020.B	Sessão Outro Evento	06/10/2020-15:00
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desempenho do Governador de Brasília, Ibaneis Rocha. Inauguração do Hospital de Radioterapia, na Cidade-Satélite de Taguatinga. Convocação de novos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal. Pedido à Presidência de inclusão na pauta da Medida Provisória nº 984, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.615, de 1998, relativa às normas gerais de desporto, e da Lei nº 10.671, de 2003, acerca do Estatuto de Defesa do Torcedor, em face da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Apelo à Secretaria Nacional da Juventude

de implementação do Programa Espaço 4.0, destinado ao acesso de jovens a novos recursos tecnológicos da indústria.

---

**O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para saudar o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pelo trabalho que vem desempenhando no Distrito Federal. Nos últimos dias, nós tivemos várias agendas com ele, e vemos realmente as coisas acontecerem em favor da população.

Quero aqui destacar a entrega do Hospital de Radioterapia, em Taguatinga, e eu estive lá. Esse era um desejo antigo da população. Diversos gestores que passaram pelo Executivo diziam que trariam isso para a população, mas nunca obtiveram êxito. Com trabalho, dedicação e compromisso, o Governador Ibaneis conseguiu fazer a entrega do Hospital de Radioterapia.

Também, nesta semana, ele deu a excelente notícia da convocação de mais de 700 policiais militares.

Ontem, na solenidade de posse do novo Comandante dos Bombeiros, o Coronel Bomfim, ele deu a notícia de que fará a convocação de 378 novos bombeiros até dezembro. Isso é compromisso tanto com a saúde quanto com a segurança pública do Distrito Federal.

Como Deputado Federal, nada mais justo do que nós, que cobramos e pedimos, também saibamos agradecer.

Quero aproveitar este momento para também pedir à Presidência da Casa que pautar a MP 984, de 2020 - a MP do Futebol. Nós precisamos votar essa MP, que é muito importante, até porque os times de futebol terão mais poder para negociar. Consequentemente, os beneficiados serão os jogadores.

Por fim, Sr. Presidente, peço encarecidamente que a nova Secretária Nacional da Juventude possa olhar com muito carinho para todos os programas que lá existem, porque muito me preocupa saber que o Programa 4.0, o qual foi muito comentado, talvez não saia do papel. É importante que a nova Secretária Nacional da Juventude tenha esse compromisso, para que esse programa saia do papel, porque vai ajudar muitos jovens não só de Brasília, mas de todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



114.2020

Sessão Deliberativa 06/10/2020-15:16  
Extraordinária - CD

Publ.: DCD  
10/7/2020 -

PAULÃO-PT -AL

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Obstrução pelo PT da votação da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e de cumprimentar todos os pares e os internautas.

A posição do PT, Sr. Presidente, é pela obstrução, por entender que é fundamental que esta Casa pautе a Medida Provisória nº 1.000, uma medida fundamental, uma medida cuja importância é reconhecida, inclusive, pela própria Fundação Getúlio Vargas, que segue uma linha liberal do ponto de vista da educação, mas que entende a importância do auxílio emergencial, fruto de debate desta Casa, quando o próprio Presidente da República e seu Ministro da Economia não queriam essa medida provisória. Se essa medida sofrer modificação, trará um prejuízo para quase 40 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso a pauta tem que ser prioritária.

O Partido dos Trabalhadores entende que o mérito desta medida provisória em votação, que nós vamos discutir depois, tem relação com outros projetos que estão tramitando nesta Casa. Mas, em relação a esta situação da cabotagem, que hoje obstrui a pauta, faz-se necessário que nós, por entendermos sua importância, entremos em obstrução.

V.Exa., que está presidindo esta Casa, sempre tem sensibilidade, em momentos tensos desta Casa. V.Exa. tem não só a sensibilidade regimental, mas também a sensibilidade política no trato desta Casa, no sentido de criar uma harmonia, claro, respeitando a correlação de forças, mas fazendo uma tratativa entre a Situação e a Oposição.

O PT entende que a prioridade, neste momento, é a Medida Provisória nº 1.000, para que se dê segurança jurídica, política e, principalmente, social a mais de 40 milhões de brasileiros que estão em dúvida sobre

ela e, por isso, não têm segurança. É necessário que aprofundemos, sim, inclusive as saídas, porque o grande argumento do Ministro da Economia é que não há saída. Saída há. Se houver tributação das grandes fortunas, dos bilionários - e notem que não falo dos milionários, mas dos bilionários -, consegue-se equacionar a arrecadação, dando suporte a essa medida provisória.

Portanto, a posição do PT é pela obstrução, por entender que a nossa prioridade é a MP 1.000.

Muito obrigado.

---

Documento 24/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/10/2020- CD 15:24
Publ.: DCD - 10/7/2020 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata apreciação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. WOLNEY QUEIROZ** (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde, Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Parlamentares.

Nosso partido não tem nenhuma objeção específica à MP 993, mas nós estamos em obstrução, porque os partidos de oposição já se reuniram e fizeram uma declaração em conjunto para que seja pautada e votada a MP 1.000, que trata da redução do auxílio emergencial. É preciso que esta Casa coloque em votação essa MP, para que cada Parlamentar possa se posicionar. Não há nada mais importante no Brasil hoje do que a votação da MP 1.000.

É por isso que nós estamos em obstrução e assim permaneceremos enquanto este assunto não for devidamente superado e as nossas solicitações, atendidas.

Obrigado.

---

Documento 25/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:28	
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL também está em obstrução. Nós queremos a votação imediata da Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Nós não aceitamos de maneira alguma essa diminuição de valor de 600 reais para 300 reais que está sendo imposta pelo Governo de Jair Bolsonaro. Essas famílias precisam colocar comida na mesa. Além disso, há os cortes que estão sendo promovidos pelo Governo. Eles dizem que não têm dinheiro, mas estão o tempo inteiro colocando benesses à disposição daqueles que estão no topo da pirâmide, como é o caso, por exemplo, do pacote de 1,2 trilhão de reais para os banqueiros brasileiros.

Em defesa da votação imediata da Medida Provisória nº 1.000, para garantirmos o pagamento de 600 reais de auxílio emergencial pelo menos até o fim do ano, sem a diminuição de valor proposta por Bolsonaro, nós do PSOL estamos em obstrução.

---

Documento 26/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:28	
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*





Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós do PSB estamos em obstrução, por uma razão muito clara: nós queremos que a Medida Provisória nº 1.000 seja lida e votada. Esta é a medida provisória que reduziu, de forma lamentável e inaceitável, o valor do auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais, a metade do valor que o Congresso decidiu, a metade daquilo que nós aprovamos. Nós estamos obstruindo os trabalhos da Casa para cobrar que essa medida seja lida e votada e que a Câmara aprove o retorno do valor do auxílio para 600 reais, em vez de 300 reais. Esse é o clamor das brasileiras e dos brasileiros que passam necessidade neste momento e que precisam dessa ajuda para sobreviver às dificuldades trazidas pela pandemia.

O PSB está em obstrução, Presidente.

---

Documento 27/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:28
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Saudações aos docentes da Região Norte, participantes na assembleia da Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Acre e Roraima - COPIAR.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Boa tarde, Presidente. A Oposição vem se manifestando pela obstrução, e a REDE vem se somar a estas vozes brasileiras que pedem que a MP 1.000 venha a ser lida, para que conheçamos seu texto, e votada. Não podemos ser indiferentes à população que precisa desse auxílio emergencial no valor de 600 reais.

Por isso, Sr. Presidente, nós também vamos nos somar à Oposição, entrando em obstrução.

Quero aproveitar para saudar os professores da Região Norte que se encontram reunidos na assembleia da COPIAR, que é a Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Acre e Roraima. Eles estão trabalhando em prol dos direitos previstos na Constituição de 1988, que completou 32 anos. Assim como a Constituição, a COPIAR faz aniversário no dia 5 de outubro.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 28/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:32	
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução. Nós estamos exigindo que se inicie o debate e se faça a leitura da Medida Provisória nº 1.000, para que possamos fazer sua discussão e votação. Nós não aceitamos que, no momento mais difícil para a população brasileira, o Governo Bolsonaro reduza o valor do auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais.

Então, até que se pautar a Medida Provisória nº 1.000, em defesa da permanência do valor de 600 reais enquanto durar o decreto da pandemia, nós do PCdoB nos somamos à Oposição desta Casa e nos

colocamos em obstrução.

---

Documento 29/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:32	
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações pelos partidos da Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, para nós da Oposição, que lutamos muito para garantir nesta Casa a aprovação de uma lei que paga o auxílio emergencial no valor de 600 reais, que pode chegar a 1.200 reais para as mulheres, não aceitamos que, no momento mais difícil da vida social, política e econômica e da saúde pública do País, esta Casa não faça a leitura, o debate e a votação da Medida Provisória nº 1.000.

Todo um esforço foi feito aqui. Houve uma unidade de todos aqui em torno do auxílio emergencial de 600 reais. E o que faz o Governo Bolsonaro? Edita uma medida provisória reduzindo o valor pela metade, de 600 reais para 300 reais.

Pelo menos 67 milhões de brasileiros dependem do auxílio emergencial, e 61% deles, em torno de 38 milhões de brasileiros, quando acabar o auxílio, nem o Bolsa Família terão direito a receber, porque estão fora do Cadastro Único. De fevereiro para cá, o Brasil já perdeu mais de 12 milhões de postos de trabalho. Isso significa que mais de 12 milhões de brasileiros ficaram desempregados neste ano de 2020.

Portanto, para nós, é inaceitável que o Governo corte o auxílio emergencial pela metade.

O FMI já diz que em 2021 a economia não recuperará nem a metade do que perdeu em 2020. Pesquisas também já indicam que o que

segurou a economia até o momento foi o auxílio emergencial, criado e aprovado por esta Casa, a Câmara dos Deputados, e depois reforçado pelo Senado, contra a vontade do Presidente Bolsonaro, que queria aprovar apenas 200 reais.

Não é possível! Qual o problema da base do Governo? Aliás, qual é o problema do Governo? Eles não querem se expor votando a redução do auxílio emergencial à metade? Quem concorda com a redução venha aqui e vote o auxílio de 300 reais! Nós da Oposição e da bancada do PCdoB não aceitamos esta redução.

Por isso, nós comunicamos à sociedade brasileira e a esta Casa que a partir de hoje estaremos em obstrução até que se vote a Medida Provisória nº 1.000. Nós queremos debater por que o Governo Bolsonaro quer reduzir à metade o auxílio emergencial de 600 reais, que nós, a duras penas, aprovamos nesta Casa. Portanto, nós estamos em obstrução a partir de hoje em prol da votação da MP 1.000.

Pelo menos façam a leitura da MP! Qual é o problema? Por que o medo de ler a Medida Provisória nº 1.000? Não querem comprometer ou expor os Deputados da base do Governo ao votarem a redução do auxílio emergencial à metade, como fez o Governo Bolsonaro? Nós queremos fazer este debate.

Repito, a partir de hoje, estamos em obstrução. Exigimos a leitura, a votação e o debate da Medida Provisória nº 1.000, porque nós defendemos a manutenção do auxílio emergencial no valor de 600 reais enquanto durar o decreto da pandemia.

Muito obrigada.

---

Documento 30/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 15:52
Publ.: DCD - 10/7/2020 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decisão dos partidos opositoristas de obstrução das votações em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Repercussão mundial da crise ambiental brasileira. Manutenção do Programa

Bolsa Família. Alcance da marca de 150 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Parlamentares, nós que integramos a Oposição aqui na Câmara - PT, PDT, PCdoB, PSB, PSOL, REDE - acabamos de anunciar uma obstrução política global das votações e das sessões realizadas no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara. Outros partidos estão em obstrução no dia de hoje, mas a nossa obstrução tem o objetivo central de sinalizar para o Parlamento e dele exigir a votação da Medida Provisória nº 1.000, encaminhada há mais de 1 mês a esta Casa pelo Governo Federal e até hoje sequer lida no plenário - sequer tem Relator. O Governo, numa atitude de faz de conta, de pouca transparência, de total irresponsabilidade com as pessoas que precisam receber o auxílio emergencial, vem fazendo de tudo para não votar a Medida Provisória nº 1.000.

A nossa obstrução, em primeiro lugar, é para exigir que essa matéria seja discutida e votada. Se o Governo quer se esconder por trás do silêncio, se o Governo não quer expor a sua base aqui no Parlamento, já que ele reduziu o auxílio que nós aprovamos de 600 reais para 300 reais, se o Governo não quer votar a MP, que ele diga isso ao País, mas não exponha a Casa, este Plenário ao vexame. O Governo envia uma medida provisória para esta Casa reduzindo o valor do auxílio de 600 reais para 300 reais e, sem dar qualquer satisfação ao País ou a este Parlamento, orienta seus líderes nesta Casa a não votar da medida provisória.

Nós queremos votá-la, nós exigimos a sua votação. Nesse sentido, Presidente Marcos Pereira, Deputados e Deputadas, trabalhadores deste País, brasileiros que recebem o auxílio emergencial, nós seguiremos na obstrução política não só hoje, mas todos os dias, até que seja feita neste plenário a leitura da Medida Provisória nº 1.000.

O País precisa desse auxílio emergencial: foi ele que salvou minimamente o Brasil de um desastre maior do que o que está acontecendo. Hoje o País está mergulhado na crise sanitária, que pouco interessa ao Governo, frente à sua indiferença no combate à COVID-19, e na crise econômica: em 3 meses, mais de 7 milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho - imaginem! -, e agora a isso se associam a inflação e a carestia. Há quanto tempo não se ouvia falar em carestia. O País está espantado com o quilo de arroz a 5, 6, 7 reais, com o tubo de óleo, como se diz no sertão do Ceará, a 8, 10 reais. E isso porque o Governo é incompetente, tem um Ministro da Economia que não sabe o que fazer com a gestão econômica do País e passa os dias dizendo palavras soltas, dizendo que vai retomar o



crescimento econômico, fazer reformas, etc.

O Brasil não pode permanecer silente frente a essa escalada do desastre econômico que nós estamos vivendo. Ainda dizem que o Governo tem responsabilidade fiscal com o País. O déficit público das contas deste ano vai chegar a 1 trilhão de reais, e alguns vão dizer que é por causa da pandemia. No entanto, já em fevereiro deste ano, a Secretaria do Tesouro Nacional previa um déficit em torno de 124 bilhões de reais, independentemente de pandemia. Portanto, qual é o equilíbrio fiscal que o País está vivendo? Nenhum! O Governo não gera credibilidade nenhuma e ainda está destruindo as nossas relações com o mundo por causa da crise ambiental: o mundo está de olhos voltados para o Brasil, e até nas eleições americanas o Brasil virou tema de debate entre os candidatos.

Sr. Presidente, o Brasil está sem rumo, o Brasil está sem perspectiva, sem esperança. Eu fico imaginando, quando chegar 1º de janeiro, com a eleição dos novos prefeitos e prefeitas, como vão estar as cidades? Como vai estar o País, Deputada Sâmia, no dia 1º de janeiro, sem o auxílio emergencial?

Nós aproveitamos para denunciar que, no último dia de agosto, o Governo enviou para esta Casa a LOA - Lei Orçamentária Anual. E sabem o que ele fez? Não encaminhou nenhuma proposta para a criação do tal programa que ele disse que queria criar. Ele simplesmente manteve Programa Bolsa Família, criado pelo ex-Presidente. Mas não diziam que iam acabar com o Bolsa Família? Que iam mudar seu nome, tirar essa marca tão forte junto às famílias brasileiras? Por que então não enviaram no Orçamento o fim desse programa? Porque não tiveram coragem, porque o Brasil assiste a uma escalada do aviltamento das condições de vida, e muitos cidadãos precisam da proteção do Estado.

Este é o Brasil atual, o Brasil de Bolsonaro: 150 mil pessoas já morreram com a pandemia; milhões de brasileiros esperam para receber o auxílio emergencial; há carestia, desemprego recorde, desequilíbrio nas contas públicas. E, o que é pior, a bolsa dispara, o dólar dispara, e tudo parece normal. Nós estamos normalizando, naturalizando a tragédia social que este Brasil está vivendo!

É por isso, Sras. e Srs. Parlamentares, que a Oposição anuncia esta obstrução. Não é obstrução por conta do que está acontecendo na CMO, em que o Governo não chega a acordo algum e expõe este Parlamento. A nossa obstrução é política, é em nome daqueles que estão recebendo auxílio emergencial. Nós queremos, devemos e precisamos mantê-lo no valor de 600 reais. O que vai acontecer em 2021 nós discutiremos na LOA, no Orçamento de 2021, que está



tramitando aqui nesta Casa. Infelizmente, sequer a CMO foi instalada.

É por isso, Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Parlamentares, que nesta terça-feira, em entrevista coletiva com as Líderes do PSOL, do PCdoB, do PSB, do PT e da REDE, e com o aval do PDT, nas palavras do Líder Wolney Queiroz, que não está presente, nós anunciamos para o próximo período a obstrução política, para exigir desse Governo que vote, que encaminhe, que oriente os seus Líderes a votarem a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, porque sem a medida provisória, no Brasil, no dia 31 de dezembro todos vão deixar de receber o recurso do auxílio emergencial. E nós queremos auxílio emergencial até dezembro, mais Bolsa Família, em 2021, porque ninguém pode sobreviver, em tempo de pandemia, sem a proteção devida do Estado brasileiro.

Nós nos solidarizamos pelas quase 150 mil pessoas que já morreram. Nós queremos externar aqui a nossa solidariedade às famílias brasileiras que perderam entes queridos e reafirmar o nosso compromisso com o Brasil, o nosso compromisso com a vida e com a nossa soberania. Reafirmamos nosso compromisso de lutar intransigentemente para aprovarmos aquelas políticas que são necessárias e fundamentais para proteger aqueles que mais precisam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 31/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2020- CD 16:00
Publ.: DCD - 10/7/2020 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decisão dos partidos opositoristas de obstrução das votações em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Defesa pelo PDT de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. WOLNEY QUEIROZ** (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

No dia de ontem e hoje pela manhã, os partidos de Oposição se

reuniram e chegaram à conclusão unânime de estabelecer, a partir desta sessão, uma obstrução pela votação MP 1.000.

As pessoas que estão em casa precisam saber com mais detalhes o que significa obstrução e o que significa a MP 1.000. A obstrução é esse trabalho que nós aqui fazemos de tentativa de impedir que as votações ocorram até que o objetivo nosso seja alcançado.

A MP 1.000 é a medida provisória editada pelo Governo Federal que reduz o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais.

Ora, foi este Congresso Nacional, foi esta Câmara e este Senado que aprovaram o auxílio emergencial no valor de 600 reais. Se o Governo do Presidente Bolsonaro quisesse prorrogá-lo por mais tempo, com o mesmo valor, já teria uma autorização, dada quando da edição inicial do auxílio emergencial. Contudo, para mudar o valor, precisa editar uma nova medida provisória com o novo valor, e foi isso que fez.

O que acontece? O Governo edita a medida provisória, que tem eficácia imediata, já começa a surtir efeito na hora em que é editada e fica aguardando a aprovação ou não do Parlamento. Assim, fica muito cômoda a situação, porque a medida provisória está surtindo seus efeitos, ou seja, na prática o auxílio emergencial já diminuiu o seu valor de 600 reais para 300 reais. No entanto, a medida não é colocada em votação, na Câmara, para que se saiba se os Parlamentares aprovam essa redução ou se mantêm os 600 reais. Nós queremos exatamente isto, dona de casa e trabalhador que estão nos ouvindo: nós queremos obstruir os trabalhos, para que essa medida provisória seja pautada e votada, porque, assim, cada Parlamentar vai dizer se é contra ou a favor da redução do auxílio emergencial.

O nosso partido, o PDT, é contra a redução do auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais. Nós defendemos a manutenção dos 600 reais, que é um valor mínimo para que as famílias possam sobreviver, num tempo em que falta renda e emprego. O Brasil galopa no desemprego. O Brasil bate recordes mensais de desemprego. E esta pandemia, a pandemia que se abateu sobre o mundo inteiro, fez com que os Estados levassem a sua mão para acudir, socorrer, ajudar os que mais precisam.

No Brasil, além de outras medidas importantes que a Câmara dos Deputados votou, a principal ajuda foi o estabelecimento desse auxílio emergencial.

Eu falo aqui em nome do meu Estado, o Estado de Pernambuco. A cidade do Recife tem milhares de pessoas que recebem, assim como a minha cidade de Caruaru, no Agreste, e outras cidades em todas as regiões do Estado. Na Zona da Mata, no Agreste, no Sertão, em todas

as regiões há milhares de pessoas que dependem desse dinheiro para sobreviver. E esse auxílio emergencial é o que tem sustentado a economia brasileira.

Portanto, nós fazemos esta obstrução na tarde de hoje para alertar este Parlamento, para alertar o Governo, para alertar a sociedade da importância de essa MP ser efetivamente pautada e votada no Congresso Nacional, na Câmara e depois no Senado, para que cada Parlamentar possa imprimir a sua impressão digital nessa votação, porque nós sabemos que a maior parte dos Deputados é contra a redução do auxílio emergencial. Então, nós queremos que esses Deputados tenham voz, que possam se manifestar, mostrando a sua posição, e que nós derrotemos a medida provisória do Governo, porque, se for derrotada, imediatamente serão suspensos os seus efeitos e o valor voltará a ser de 600 reais.

Por isso, a apreciação dessa MP é tão importante. Na nossa opinião, na opinião do nosso partido, o PDT, e do conjunto dos partidos de oposição, não há nada mais importante no Brasil hoje do que a apreciação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020. É a medida provisória que vai garantir o prato de comida e o remédio na mesa de milhões de brasileiros. São 67 milhões de brasileiros que recebem o auxílio emergencial. Essa medida provisória já reduziu esse alcance. Milhões de brasileiros deixarão de receber, e para aqueles que continuarão recebendo haverá uma redução significativa, pela metade, de 300 reais.

Nós estamos fazendo este apelo a V.Exa., que preside os trabalhos, à Mesa Diretora da Câmara, aos Líderes que nos ouvem, aos Parlamentares que estão presentes nesta sessão de hoje, para que nós todos nos unamos nesse objetivo conjunto de fazer com que essa Medida Provisória nº 1.000, de 2020, seja votada e seja derrotada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

---

Documento 32/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/10/2020-
	CD	16:08
Publ.: DCD - 10/7/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela crise socioeconômica e pelo elevado número de mortes decorrentes do coronavírus no País. Redução, pela Medida Provisória nº 1.000, de 2020, do auxílio emergencial de 600 reais,

concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise provocada pela Covid-19. Obstrução das votações pelos partidos oposicionistas até a votação da referida medida provisória. Inexistência de previsão orçamentária para implementação do Programa Renda Cidadã.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nós sabemos que o Congresso Nacional deu todas as condições políticas e orçamentárias para que o nosso País pudesse enfrentar a pandemia da COVID-19 de forma um pouco mais digna, com proteção aos trabalhadores, com proteção à renda e com o enfrentamento do vírus.

No entanto, a política assassina e irresponsável, do ponto de vista social, do Sr. Jair Bolsonaro fez com que o nosso País tivesse o segundo maior índice de mortes em razão da COVID-19, mas também índices econômicos cada vez piores. E nós sabemos que, quando falamos em índices econômicos cada vez piores, não estamos falando de uma abstração ou de números, estamos falando de pessoas, de pessoas que ficam desempregadas, que perdem renda e que lidam com esse cenário com muito desespero e muita dor, além de terem que lidar com a perda dos seus familiares.

Em meio a esse contexto, o Congresso Nacional conseguiu aprovar o auxílio emergencial. Foi a política mais importante aprovada ao longo deste ano e foi a maior derrota que o Governo Bolsonaro poderia ter, porque ele não queria que tivesse um auxílio emergencial. O Governo sugeriu 200 reais e felizmente conseguimos aprovar 600 reais. Isso ocorreu em função de uma emenda do PSOL, com dupla cota para as mulheres, mães e chefes de família, de 1.200 reais.

Pois bem, com uma canetada, a Medida Provisória nº 1.000 reduziu o valor do auxílio de 600 reais para 300 reais. E a pergunta que me faço é: este Congresso Nacional, que conseguiu garantir o auxílio emergencial de 600 reais, vai aceitar calado que, com uma canetada, o Sr. Bolsonaro reduza esse valor que foi uma aprovação e uma conquista do Congresso, principalmente dos partidos de Oposição? É importante que isso fique registrado.

Nós achamos que não. Em primeiro lugar, foi o auxílio emergencial que garantiu não só que houvesse atividade econômica nesse contexto, mas também que muitos Estados tivessem inclusive um aumento da arrecadação do ICMS, como é o caso do meu Estado, o Estado de São Paulo no mês de agosto. Foi o auxílio emergencial que possibilitou que 37 milhões de pessoas não passassem fome. E não é exagero dizer "passar fome" porque as pesquisas indicam que a maioria das pessoas



utilizam o auxílio emergencial para poder comprar comida para alimentar suas famílias. E o auxílio emergencial é uma emergência enquanto durarem os efeitos da pandemia. Portanto, não podemos admitir que o Congresso Nacional siga trabalhando normalmente, siga funcionando como se nada estivesse acontecendo no País, como se essa atrocidade de reduzir a renda de 67 milhões de pessoas não tivesse acontecido.

Por isso, estamos em obstrução e vamos permanecer em obstrução, até que a Câmara vote a MP 1.000. Nós do PSOL apresentamos muitas emendas pela manutenção do valor de 600 reais, pela permanência do auxílio emergencial, porque a emergência segue existindo em nosso País. Infelizmente não será com a virada de dezembro para janeiro que a situação de emergência, tanto em relação à pandemia quanto em relação aos problemas econômicos e sociais do Brasil, vai passar de uma hora para a outra e também não queremos que nenhuma pessoa deixe de receber o auxílio. Um dos grandes problemas da Medida Provisória nº 1.000 é que inclusive um número menor de pessoas serão contempladas. Aquelas que não estão no CadÚnico e, portanto, não recebem desde o primeiro mês, com a MP 1.000 receberão menos parcelas, criando inclusive uma desigualdade entre os próprios beneficiários do auxílio emergencial.

Concluindo, Sr. Presidente, queremos que o conjunto dos Deputados que colocaram o seu dedo e a sua digital, votando a favor do auxílio emergencial, digam para a população brasileira se concordam ou se discordam desta política nefasta do Sr. Bolsonaro de reduzir o auxílio de 600 para 300 reais. Por isso, esta medida precisa ser votada. O Congresso não pode lavar as mãos diante desta atrocidade.

Desse modo, como já foi anunciado, estamos em obstrução até que se paute a MP 1.000 e que possamos votar todas as nossas emendas, para que o povo brasileiro não seja prejudicado pela política de morte do Bolsonaro.

E concluo, de fato, Presidente, dizendo que muito se discute: Renda Cidadã, Renda Brasil, tira daqui, tira dali. Mas é importante que seja dito que, no orçamento que foi enviado para o Congresso Nacional, não há nenhuma previsão orçamentária para um programa de renda para o próximo ano. Então, quando o Governo vai para fora, faz demagogia, diz que quer tirar do FUNDEB, tirar de outras áreas sociais, é importante que seja dito que é mais uma mentira.

No orçamento que ele apresentou para a Câmara não há previsão de um programa para além do próprio Bolsa Família. Portanto, essa também é a nossa luta, é a nossa pauta.

O auxílio é emergencial enquanto a emergência da pandemia e a



emergência das condições de vida da população mais pobre brasileira persistirem.

Obrigada.

---

Documento 33/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/10/2020- 16:16
Publ.: DCD - 10/7/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	GIOVANI CHERINI-PL -RS DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indicação do orador para Vice-Líder do Governo na Casa. Equívocos cometidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS no combate ao coronavírus. Atribuição ao isolamento social e à decretação de lockdown como a causa da crise econômica reinante no País. Não produção de vacina segura e eficaz contra a Covid-19 em menos de 5 anos. Defesa de utilização de práticas integrativas e complementares no tratamento precoce da doença. Responsabilidade da Maioria pela aprovação do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Defesa de implementação do Programa Renda Brasil e do Programa Casa Verde e Amarela. Realização das reformas administrativa e tributária. Não taxação de grandes fortunas pelo governo petista. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro, ao nosso Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, ao Líder da bancada do PL, o Deputado Wellington Roberto, e a toda a bancada do Partido Liberal da Câmara dos Deputados pela minha indicação à Vice-Liderança do Governo Federal, do Governo Bolsonaro.

Eu gostaria de agradecer esta oportunidade e mais uma vez registrar que, desde o começo da pandemia, o desafio desta nossa Vice-Liderança, junto com o Líder Ricardo Barros e nosso Líder Wellington Roberto, foi entender esse vírus que veio da China e depois entender quais eram os objetivos de outro organismo chinês chamado Organização Mundial da Saúde, que eu não me canso de dizer que é a "Organização Mundial dos Sem-Noção", porque, desde o início da pandemia, erraram mais de 50 vezes, enganaram o povo do mundo mais de 50 vezes. E o pior de tudo é que muitas vezes a própria Oposição repetiu, papagaiou aquilo que a OMS dizia. Primeiro falaram

do isolamento social, *lockdown* e disseram que isso era ciência. Imaginem fazer ciência em 6 meses. O que poderiam fazer era uma experiência. Mentiram para o povo dizendo que era ciência. Isso é negar a própria ciência.

O *lockdown* foi um erro mortal no mundo inteiro. Deveria ter sido feito, como a China mesmo fez, o isolamento vertical, e não quebrar o País, quebrar a economia. E os mesmos que papagaiaram a quebra da economia agora são aqueles que estão tentando salvar o País do caos e da desgraça. O País quebrou pelo isolamento social. Deveriam cuidar das famílias, das pessoas, mas deveriam também ter cuidado da economia. E o povo está sabendo disso. É por isso que o Presidente Bolsonaro subiu nas pesquisas, justamente porque ele falou isso o tempo todo.

Depois ficou proibido falar em tratamento precoce. Quem falasse em tratamento precoce ou em algum medicamento inclusive era censurado na rede social, até isso, como se o remédio, no mundo, surgisse antes da doença. Nenhum remédio surge antes da doença. Era preciso experimentar os remédios, para salvar as pessoas. O Brasil poderia ter salvado mais de 50 mil pessoas que morreram porque não deram a elas os remédios adequados, infelizmente. E ainda mentiram para a população dizendo que em 8 meses haveria uma vacina.

Eu torço para que surja a primeira vacina no mundo o mais rápido possível, com um tempo recorde. Mas nenhuma vacina que presta neste País e no mundo foi descoberta em menos do que 5 anos para que pudesse ser efetivada na prática e colocada à disposição da população.

E o que é pior: a terceira fase de testes da vacina em alguns países gerou milhares de doentes. Agora nós não temos a garantia de que essa vacina na terceira fase vai funcionar.

Então, além de quebrarem o País, levaram a ideia da enganação para a população. Em vez de dizerem para que usassem os remédios existentes, usassem os remédios - não vou nem dizer o nome, porque vou perder esse discurso que eu gostaria que fosse registrado em rede nacional -, geraram problemas na economia e na saúde, porque as pessoas ficaram em casa doentes, tornaram-se doentes mentais, e muitos não foram para os hospitais com medo de pegarem o vírus. Não fizeram cirurgias, morreram do coração em casa e de tantos outros problemas que foram gerados pelo fato de terem de ficar em casa.

Por isso, Sr. Presidente, defendo as práticas integrativas e complementares. O Brasil adotou o caminho errado na medicina, o caminho do esquiteamento da pessoa, o caminho de ver somente a doença e o remédio alopático. Nós precisamos tratar isso antes, fazer o

tratamento precoce nas pessoas. Mesmo assim, eu trabalhei cuidando da questão das UTIs, de respiradores, de recursos no meu Estado do Rio Grande de Sul. Trabalhei muito perto do Ministro General Eduardo Pazuello, para que mandasse recursos para o Rio Grande do Sul e todos os hospitais receberam recursos do Governo Federal.

O Governo Federal fez a sua parte e tenho certeza de que vai continuar fazendo, porque os novos desafios agora são muitos. Devemos pegar as consequências daqueles que defenderam a OMS e a ciência, que agora são os mesmos que querem salvar o País. Aliás, foi a Minoria que disse que aprovou os 600 reais. Quem aprovou os 600 reais foi a Maioria, que é quem apoia o Governo.

Nós vamos enfrentar esse desafio. E o meu sonho é que o Brasil não viva de Bolsa Família nem de "Bolsa Coronavírus", mas que viva de emprego. Espero que as pessoas trabalhem e, com o fruto do seu próprio trabalho, sustentem a sua família. Esse é o caminho. Infelizmente, houve aí uma escola de se dar tudo para as pessoas, e se esqueceram de ensiná-las a pescar.

Nós precisamos encontrar o Renda Brasil e vamos fazê-lo. Nós vamos fazer o Programa Casa Verde e Amarela. E eu defendo que se coloque ali as cooperativas habitacionais, para que, através delas, as pessoas façam as suas próprias casas. Não podemos mexer no teto, mas temos que enfrentar esse desafio, que é muito difícil. Certamente não teremos o apoio da Oposição, primeiro, porque diminuíram as despesas. Como é que se diminui a despesa de um Governo fazendo reforma administrativa, vendendo patrimônio, vendendo estatais sabendo que isso não traz resultados?

Esperamos que a Oposição nos ajude neste desafio e também no desafio de fazer a reforma tributária, porque a Oposição defende a diminuição de impostos - e também acho isso. Mas, para fazê-lo, é preciso diminuir a despesa. Não há outro jeito entre receita e despesa.

É claro que eu sei que o papel da Oposição é de fazer os gastos. O papel da Situação é dizer de onde saem os recursos. Afinal, no Brasil, a Oposição sempre tem dois discursos: quando está no poder tudo é proibido, nada é possível; quando vai para a Oposição tudo é fácil.

Por exemplo: por que não taxaram as grandes fortunas? Ficaram 14 anos no poder, não taxaram as grandes fortunas e agora querem que o Presidente Bolsonaro faça isso? Acho que nós vamos fazer, porque sabemos fazer. Não temos compromisso com ninguém e podemos taxar as grandes fortunas. Hoje o Brasil é o País que mais paga imposto. Quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos. Não entendo por que a Oposição está se apegando a essa questão das grandes fortunas, porque a lição está dada. Eles não

fizeram por quê? Porque não era possível.

Por que a Oposição não nos ajuda a votar o projeto sobre o extrateto, que está sobre a mesa do Presidente Rodrigo Maia, para ser votado? Falo do extrateto que nós votamos. Sabem quanto dá para economizar com o extrateto? Alguns bilhões de reais. Dá para pagar os 600 reais que a Oposição está defendendo, se votarmos o projeto do extrateto. Todo mundo tem que ganhar aquilo que está na Constituição. O teto é o salário do Presidente do STF, como está na Constituição. Só que há quem ganhe 100 mil reais, 150 mil reais, 200 mil reais por mês. Vamos votar o extrateto! Esse é o desafio que eu lanço, para que nós possamos realmente ter recursos, diminuir impostos e pagar essas políticas tão importantes, que são o Renda Brasil e o Bolsa Família, de que a população tanto necessita, de que é carente.

Nós vamos fazer com que esses recursos cheguem à casa da população, ao seu dia a dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Deputado Giovani Cherini, agradeço. V.Exa. sabe que eu gosto da sua coerência. V.Exa. sempre se mantém na defesa daquilo em que acredita, bem como vários da Esquerda. Sempre os apoio, porque coerência é uma coisa importante na política. Mas não é verdade que quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos. Em percentual e proporção, nós precisamos corrigir isso na reforma tributária, e conto com o seu apoio para isso. Há uma discrepância enorme no nosso País em percentual e em proporção de ganhos. Quem ganha mais paga infinitamente menos do que quem ganha um salário e que, no consumo do produto, paga 50% dos seus ganhos. Por exemplo, na compra da cesta básica para a sua casa, dos produtos básicos para a sua família. Precisamos corrigir esse erro, sem querer entrar na narrativa de esquerda ou de direita.

Eu tenho certeza de que V.Exa. entende disso. Peço a V.Exa. que me apoie nesta luta, junto com outros.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS) - Estamos juntos, irmão.

---

Documento 34/72

---

114.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/10/2020- CD	16:24
Publ.: DCD - 10/7/2020 -	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---



## **Sumário**

Caráter mutante de Parlamentares com relação ao poder. Derrota do Governo Jair Bolsonaro, demonstrada na obstrução das votações na Casa em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Aversão do Presidente da República à democracia. Debate pela Casa da taxaço de grandes fortunas. Posicionamento do orador favorável ao Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público, o chamado projeto extrateto. Inadmissibilidade de corte de recursos orçamentários destinados à área social. Anúncio da apresentação de proposta de redução das dotações orçamentárias das Forças Armadas brasileiras. Defesa de discussão pela Casa da proposta de reforma tributária.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu percebi, quando fiz a fala no primeiro momento, a concordância em debatermos a reforma tributária, um tema essencial, mas fiquei ouvindo os Líderes, os que me antecederam, que hoje representam o Governo.

No caso da minha faixa etária, existiu uma banda de *rock* importante, da qual Rita Lee fez parte, que se chamava Os Mutantes. Mutantes são os Parlamentares que são governo em qualquer governo. Em qualquer governo eles têm que estar do lado do Governo. Percebemos, pelo conteúdo, que essas pessoas não são só terraplanistas, não.

Elas me fazem lembrar, no Nordeste, as feiras populares às quais eu ia quando era garoto. Elas são iguais aos vendedores de óleo de peixe elétrico: têm solução para tudo. São vendedoras de óleo de peixe elétrico. É lamentável, já que não têm conteúdo para fortalecer o debate nesta Casa.

Hoje ficou demonstrado que o Governo foi derrotado. Repito: o Governo foi derrotado. A Oposição somente não teria votos suficientes para fazer obstrução. Foi necessário que vários partidos apoiassem a obstrução. O interesse da Oposição ficou claro: é a Medida Provisória nº 1.000, que mantém o auxílio emergencial, cuja propositura esta Casa teve a iniciativa de fazer, e só depois o Senado, quando Bolsonaro não queria, e muito menos o Ministro trapalhão Paulo Guedes. Depois de muita luta ele aceitou pagar 200 reais, depois de muito tensionamento. Esta medida tem uma temporalidade. Foi fundamental o gesto da Oposição e de outros partidos, porque mostrou para o Brasil que pode fazer cair a Ordem do Dia. Esta semana não haverá mais Ordem do Dia. Voltando na semana que vem, vamos continuar com a obstrução, para priorizar a votação da medida provisória. Isso é fundamental.





O debate que está sendo feito é o seguinte: quais recursos e de onde tirá-los? O Ministro Mercadante, uma figura ilibada e séria, contra a qual ninguém tem nada a depor, a não ser no campo das ideias, o que é natural na democracia... Bolsonaro não gosta muito de democracia. Ele sempre tem como referência figuras autoritárias como Trump, Hitler, Mussolini, Coronel Ustra. Essas são as referências teóricas dele.

Vamos debater, sem dúvida nenhuma, a tributação das grandes fortunas. E por que o PT quando governou não conseguiu? Porque não teve correlação de forças e pode ser que não tenha. Por que o Presidente não manda e deixa esta Casa discutir? Por que não deixa os Deputados e os Senadores colocarem suas digitais? Porque é verdade. O Estado provedor, o Estado social, principalmente com a manutenção do auxílio emergencial... Se for cortado o auxílio emergencial, vai haver prejuízo para 40 milhões de brasileiros e brasileiras, haverá um custo real. Isso é real.

Mas de onde tirar recursos no Brasil? O Deputado Luis Miranda parece que tem esta concordância sobre quem paga tributos no Brasil: é o pobre, o trabalhador e a classe média, porque o fato gerador do tributo é o consumo, não os dividendos. Se eu comprar um carro, pago tributos. Se comprar um iate, não pago tributos sobre isso. Se comprar um carro econômico, pago tributos. Se comprar um avião, não pago tributos. Se investir dividendos na Bolsa de Valores, não pago tributos. Esse modelo é adotado por poucos países do mundo.

Quem faz esse grande debate é o segundo homem mais rico do mundo, o Bill Gates, um capitalista que ninguém questiona. Ele fala que, no processo do momento, da pandemia, a leitura que ele tem é de que foi o Estado social que deu resposta. Só os países que têm um modelo de saúde pública conseguiram dar resposta: a própria China, a Alemanha, a Inglaterra e o Brasil, com todos os limites do SUS. Se não tivéssemos o SUS, este teria sido um processo de caos, como já são as mais de 140 mil mortes.

O Presidente da República nega a ciência, dá as costas para a ciência, mas, na hora do tratamento, fez o que os médicos recomendaram, quando contraiu a COVID-19.

O que está em jogo, sem dúvida nenhuma, é um dilema internacional. A concentração da renda está na mão de 2% da população. Isso não é diferente no Brasil. A proposta desta Casa, que o PT defende - e espero que todos defendam -, é a de tributar os bilionários. Não são os milionários. Se forem tributados 40 bilionários no Brasil, serão arrecadados quase 80 bilhões de reais. Bilionários. E há vários no Brasil. Essa proposta é factível.

Acredito que não haja nenhum Parlamentar bilionário nesta Casa. Pode

haver preposto, pode haver lambe-botas do capitalismo, pode haver bajuladores do capitalismo. Aí, sim. É diferente. Mas não há o que é direto, porque o que é direto nem se candidata. Ele prefere colocar os seus prepostos.

Percebo Deputados jovens nesta Casa elogiarem a reunião de ontem: "*Temos que fazer uma ponte*". É preciso lembrar que, quando houve o golpe contra a Presidenta Dilma, o Michel Temer e o MDB criaram a "ponte para o futuro". Deu em que essa ponte para o futuro? Essa ponte para o futuro foi a ponte do caos. Tenho medo da reunião de ontem. Historicamente, no Brasil, desde que foi proclamada a República - e nós comemoramos agora a promulgação da Constituição Cidadã -, todas as vezes que há um acordo de cúpula, pelo alto, quem é prejudicado é o mais pobre. Na reunião de ontem a preocupação não foi com a agenda dos mais pobres. Foi uma reunião dos poderosos, dos ricos, para estabelecerem uma pauta, sim.

Um Deputado que me antecedeu tratou da questão do extrateto. Eu quero declarar que sou favorável a isso, sim. Ninguém pode ganhar acima do que preconiza a Constituição. Sou favorável a que acabem os penduricalhos, até porque a imoralidade do auxílio-moradia não foi criada pelo Judiciário, e sim pelo Ministério Público Federal. Os xerifes da Lava-Jato, metidos a moralistas de plantão, ganhavam auxílio-moradia morando na própria cidade. Depois, o Judiciário copiou o Ministério Público.

Agora, é necessário também, Sr. Presidente - e finalizo -, discutir o Orçamento. Bolsonaro fala grosso para cortar o orçamento da educação, da saúde, da assistência social, da cultura e da agricultura familiar, mas ele é afinadinho, fala fino, fininho, quando é discutido o das Forças Armadas, de 140 bilhões de reais. Esse orçamento das Forças Armadas é uma imoralidade! Elas sequer conseguiram fazer um respirador!

Eu integro a CMO. Eu vou fazer uma proposta para haver um corte nas Forças Armadas, que neste momento não têm serventia para o processo do Estado Democrático de Direito. Nós temos que dar um corte nas relações internacionais e recuperar os recursos da educação e da saúde.

Sr. Presidente, como V.Exa. falou da outra vez, quero concordar com V.Exa., que é defensor disto: vamos discutir a reforma tributária de forma que a questão central não seja o fato gerador do consumo, porque isso só prejudica o pobre, mas os dividendos. Vamos taxar as grandes fortunas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:00
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem póstuma ao médico e militante comunista, Carlos Antônio Melgaço Valadares. Obstrução das votações pelos partidos opositoristas em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos assistem pela *TV Câmara*, povo brasileiro, nós do PCdoB estamos hoje consternados.

Morreu aos 75 anos o médico e militante histórico do Partido Comunista do Brasil Carlos Valadares, que foi dessas pessoas que não conseguimos tirar da memória e do coração. Muito cedo se tornou dirigente da União Nacional dos Estudantes. Foi preso na ditadura, torturado barbaramente e depois levado para um quartel do Exército, onde foi torturado na frente da sua esposa, a socióloga e filósofa Loreta Valadares.

Carlos manteve-se firme em suas convicções. Depois de preso, foi exilado e voltou ao Brasil para dar continuidade ao seu trabalho profissional. Foi médico do trabalho reconhecido, foi funcionário da PETROBRAS, depois atuou na área de medicina do trabalho em muitos sindicatos, foi dirigente do nosso partido na Bahia e em Minas Gerais, onde passou seus últimos anos.

A fidelidade, o sorriso no rosto, a confiança no futuro, a alegria, a flexibilidade política de Carlos Valadares ficarão em nossa memória. Hoje lamentamos. Carlos foi o braço e o coração de Loreta, que, torturada, ficou sequelada pela ditadura durante muitos anos.

Nos últimos anos, Carlos Valadares, em Minas Gerais, reconstrói a vida e, sem dúvida alguma, reencontra também a felicidade e a

ressignificação da sua existência.

Numa cirurgia, perde a vida nesta noite.

Nós queremos registrar aqui a nossa consternação e o nosso sentimento pela perda desse dirigente político partidário, desse militante, desse médico, desse homem, desse ser humano que nos deixa. O mundo fica menos generoso sem ele.

Fui agraciada com a orientação de Carlos Valadares, com seu carinho, com sua amizade, durante muitos anos, na construção de meus mandatos, da minha militância, da minha solidez teórica, miúda diante da dele. E eu deixo aqui essa saudação, em nome do Partido Comunista do Brasil, ao grande Carlos Valadares.

Sr. Presidente, nesses segundos que me restam, quero dizer que todos no Brasil sabem que nós não aceitamos a redução do auxílio emergencial para 300 reais. A fome se instala, o Brasil chora seus mortos, e não é possível que a insensibilidade grasse. Por isso, vamos continuar em obstrução, que é a palavra que nós da Oposição temos a dizer.

Não ao corte do auxílio emergencial! Votemos a Medida Provisória nº 1.000!

Obrigada.

---

Documento 36/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:04
Publ.: DCD - 10/21/2020 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.)** - Presidente, inicialmente eu quero externar aqui a preocupação que todos nós temos em relação à votação da Medida Provisória nº 1.000,

que diminuí o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais.

Veja bem: o cidadão, a população continua na mesma roda da economia, Presidente, em função da pandemia. A pandemia atacou a todos, e a economia sofre um revés muito forte. Então, quem tinha emprego perdeu; quem não tinha não arrumou; enfim, a roda da economia parou, e as pessoas vivem numa angústia muito grande.

Diminuir, nesta hora, o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais é uma maldade, uma maldade muito grande. Veja bem: não dá para comprar nem uma cesta básica, que custa 450 reais, segundo o DIEESE. O que estão ofertando são 300 reais, ou seja, não dá para botar a boia no prato, não dá para colocar a comida na mesa, Presidente.

Então, nós queremos registrar o nosso protesto, a nossa indignação, a nossa contrariedade e dizer que o PDT e quem tiver consciência cívica nesta hora não votarão a favor dessa medida provisória. Aliás, ela não pode ser votada nesse patamar.

Lá atrás ofereceram 200 reais, na outra medida do Governo, e nós conseguimos chegar a 600 reais. Agora nós vamos de novo trancar o pé. *"Água mole em pedra dura tanto bate até que fura."* Quem não pede não leva. *"Quem não chora não mama."* Quem não reclama não ganha. Nós vamos insistir, persistir, teimar para que nós tenhamos os 600 reais, que é o mínimo do mínimo para dar dignidade ao trabalhador brasileiro agora no período de pandemia, pelo menos até dezembro.

Outro ponto, Presidente, é a reforma administrativa. Do jeito que está essa reforma administrativa é inaceitável. Ela é inoportuna por conta do momento, porque nós estamos num momento de pandemia -- pandemia na economia, pandemia na saúde. Nós estamos numa fase em que não é possível, nesta hora, tirar direitos de trabalhadores. E pegaram os servidores públicos para Cristo, para sofrerem na cruz. Eles estão sendo usados como bode expiatório. O problema do Brasil agora é o servidor público. Disseram que iriam resolver o problema do emprego no Brasil com a reforma trabalhista. Mentiram para o tio. Disseram que iriam resolver o problema da Previdência Social com a reforma da Previdência Social. Mentiram, de novo, para o tio. Agora dizem que a reforma fiscal vai melhorar o Brasil e que ao fim, ao cabo, vão querer fazer a reforma administrativa para tirar os direitos dos trabalhadores do serviço público. Eles não são o problema; são a solução do problema.

Nós podemos ajustar, nós podemos melhorar, nós podemos qualificar? Sim, podemos. Mas não podemos simplesmente matar o servidor público, como se ele fosse os problemas, os males da gestão pública.



Ele passa longe disso.

Então, nós precisamos ter lado, e o PDT tem lado.

Eu encerro dizendo, Presidente, que o nosso lado é o de respeito ao servidor público, respeito aos direitos e às perspectivas dele.

Em relação a essa reforma administrativa, do jeito que ela está, não contem com o meu voto, não contem com o meu apoio. Ela só merece a minha crítica e a minha indignação.

Esse é meu registro, Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 37/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:08
Publ.: DCD - 10/21/2020 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19. Homenagem póstuma ao Vereador Gerson Pataxó, do Município de Pau Brasil, Estado da Bahia, falecido em decorrência da Covid-19.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho aqui, mais uma vez, pedir ao Presidente desta Casa que coloque em votação a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial.

O Governo Bolsonaro mandou essa medida provisória justamente para reduzir pela metade o valor do auxílio emergencial. Nós aprovamos 600 reais, ele agora só paga 300 reais.

É preciso que esta Casa tome uma providência e legisle sobre essa matéria. Por isso, é importante que nós, imediatamente, votemos essa medida provisória para nós garantirmos o direito de cada cidadão brasileiro receber 600 reais. A economia do País permite, a força do País permite, a riqueza do Brasil permite, mas tem que haver a boa

vontade da classe política. É isso que eu espero.

Sr. Presidente, eu também quero registrar os meus sentimentos aos familiares de Gerson Pataxó, que foi Vereador por quatro mandatos. Na última quinta-feira, a COVID o levou -- foi vítima da COVID. Ele é da cidade de Pau Brasil, que fica no sul da Bahia. Gerson Pataxó foi Vereador por quatro mandatos. O cacique foi importante liderança não só para o povo pataxó hã-hã-hãe, mas também para todos da comunidade indígena, sobretudo para a população de Pau Brasil, para todos nós que sempre convivemos com Gerson Pataxó.

Eu estive pessoalmente no velório dele na última sexta-feira, onde havia milhares de pessoas. Foi uma despedida muito dura para o povo de Pau Brasil, para a população indígena.

Ficam registrados os meus sentimentos e o reconhecimento ao seu legado, ao seu trabalho, à sua dedicação. Tenho certeza de que os índios, sobretudo os familiares, vão dar continuidade a esse trabalho que ele vinha fazendo em Pau Brasil e em toda a Bahia.

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 38/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:08
Publ.: DCD - 10/21/2020 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo à Presidência por imediata inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Minhas saudações ao Sr. Presidente, aos colegas Deputados e Deputadas e a todos os que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Venho, mais uma vez, insistir com o Presidente Rodrigo Maia e com V.Exa., que está presidindo os trabalhos, sobre a urgência de pautar a Medida Provisória nº 1.000, e assim revertermos a crueldade do

Presidente Bolsonaro.

Ele reduziu o auxílio emergencial de 600 reais para 300 reais. Sr. Presidente, o custo de vida, o preço do arroz, do feijão, da carne, dos derivados de soja é uma coisa absurda. Além do aumento do custo de vida e de tanto desemprego, a redução do auxílio emergencial, que estava garantindo o mínimo de dignidade, através da Medida Provisória nº 1.000. O Presidente Bolsonaro corta 300 reais, corta o auxílio pela metade. Então, nós temos que pautá-la com urgência, porque somente pautando-a teremos condições de reverter essa crueldade.

É um momento de pandemia que estamos ainda enfrentando. Acho que é fundamental ser prorrogado o decreto de calamidade pública, até mesmo para depois do carnaval. Só assim vão ter mais responsabilidade os gestores locais. Por exemplo, vão adotar um conjunto de medidas para evitar aglomerações, além de promover o cuidado com a saúde.

Nós não temos como preservar a vida se não houver acesso ao alimento. O acesso ao alimento saudável é garantia de saúde também. Por isso eu reitero a urgência de pautar a Medida Provisória nº 1.000. Há uma emenda do PT, um destaque do Partido dos Trabalhadores, junto com a Minoria, que prevê o retorno do auxílio ao valor de 600 reais e a possibilidade do pagamento de 1.200 reais para a família monoparental. Então, é preciso pautar a medida provisória, porque só assim vamos reverter essa crueldade, mas é importante também que o povo se indigne e venha participar, exigir que seja pautada a MP, com a alteração do valor para 600 reais novamente.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 39/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:12
Publ.: DCD - 10/21/2020 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consternação com o falecimento do Sr. João Tomé, amigo de infância do orador, no Município de Acari, Estado do Rio Grande do Norte. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19. Vitória do

candidato do Movimento ao Socialismo - MAS na recente eleição presidencial boliviana. Traição do Presidente Jair Bolsonaro aos seus eleitores.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu quero manifestar o meu mais profundo sentimento pela perda do meu amigo de infância João Tomé, em Acari, Rio Grande do Norte. Na Rua Tomaz Sebastião, fomos meninos juntos.

Brincamos e corremos com a mesma idade. O João foi sepultado anteontem. João, filho do Seu José Tomé, irmão do Manoel, irmão da Fátima, irmão de José, uma família amiga da família dos meus pais. Uma pena, uma perda. Que Deus o acolha em sua plena graça. A minha homenagem é pedir a Deus que o acolha em sua plena graça e conforte os familiares dele.

Sr. Presidente, também quero fazer coro com o que está sendo dito por meus colegas e por todos os Deputados, dos vários partidos. Eles estão apelando para que seja votada urgentemente a Medida Provisória nº 1.000. Ora, se 600 reais já valiam muito menos por causa da inflação - e nós nunca mais tínhamos ouvido falar nisso -, imaginem, com a redução, 300 reais. Se os 600 reais já eram pouco, estão sendo tirados da boca do povo pobre esses 300 reais. Nós queremos votar a MP imediatamente para resgatar os 600 reais, pelo menos enquanto perdurar a pandemia. Pelo menos isso. Temos propostas mais profundas para mais para a frente.

Por fim, Sr. Presidente, quero saudar o povo boliviano. Que coisa bonita! Lá deram um golpe, como fizeram aqui, lá retiraram direitos dos trabalhadores, como fizeram aqui, lá humilharam a Prefeita da Capital, La Paz, pintaram o cabelo dela, cortaram o cabelo dela. Foi a coisa mais triste do mundo, foi a Direita raivosa. Ela agora ganhou a eleição para Senador, e foi eleito Presidente da República o candidato do MAS - Movimento ao Socialismo. Isso é um gesto da Bolívia que nos serve como exemplo.

O povo brasileiro está acordando a cada dia. O trabalhador que votou no Bolsonaro e teve o seu direito retirado na reforma da Previdência Social, na reforma trabalhista, o povo pobre que votou no Bolsonaro e foi traído, sem nenhuma atitude, inclusive o povo servidor público e o povo dos Correios e de outras categorias, cujos direitos, com a reforma, vão acabar, eu espero, sinceramente, que acorde e que dê a resposta adequada com o voto consciente e democrático.

Viva o povo da Bolívia!

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 40/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:16
Publ.: DCD - 10/21/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aumento dos homicídios de cidadãos negros no País, segundo estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Repúdio à recente ação policial realizada na comunidade de Jacarezinho, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento estou aqui para mais uma vez falar de um doloroso número divulgado em estudo recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre o que temos denunciado por muitos e muitos anos: o genocídio da população negra, que tem aumentado desde 2019.

Sr. Presidente, a cada 4 negros assassinados, 3 são jovens com idade de 15 a 29 anos. Mais um triste e humilhante exemplo dessa realidade aconteceu na madrugada, na comunidade de Jacarezinho, aqui no Rio de Janeiro, onde mais uma vez o braço armado do Estado agiu com extrema violência contra os moradores, numa ação policial sem inteligência, com toda a brutalidade.

De tudo isso, Sr. Presidente, só resta dor, muita dor. O povo da favela, o povo da periferia, no Rio de Janeiro ou em qualquer outro lugar do País, tem os mesmos direitos de cidadania que qualquer outro morador, independentemente da sua classe social e da cor da sua pele, merece o devido respeito da Justiça.

Em nome dessas pessoas, nós temos que gritar: "*Parem de nos matar!*". Vidas negras importam, Sr. Presidente. Tanto importam que nós estamos aqui, também, para mais uma vez solicitar que não façam a redução do auxílio emergencial neste momento. Muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores ainda não receberam a primeira parcela, e outros estão morrendo de fome. Então, não é possível reduzir o valor do auxílio. Se a população não conseguiu obter os 600 reais, essa população desempregada, como vamos reduzir o valor para 300 reais?



Queremos é que haja ampliação ou que, no mínimo, sejam mantidos os 600 reais e que o pagamento seja estendido por mais algum tempo. Até agora não recebemos notícias, pelo Ministério da Saúde ou pelo órgão mundial da saúde, de que tenha passado esta pandemia.

Esse é o apelo que faço, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

---

Documento 41/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:20
Publ.: DCD - 10/21/2020 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias em situação vulnerável, trabalhadores informais e autônomos diante da epidemia da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Despropósito dos ataques ao funcionalismo público, preconizados na proposta governamental de reforma administrativa.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, demais pares que acompanham a nossa sessão.

Nesta tarde, gostaria de conclamar este Parlamento para envidar esforços para votar a Medida Provisória nº 1.000. Nesta Casa, todos nós, juntos, precisamos urgentemente contemplar os trabalhadores e trabalhadoras neste momento desempregados, para que recebam os 600 reais até o final do ano, e continuar a discussão sobre o Mais Bolsa Família, para ampliarmos a renda.

Entendemos que foi muito significativo, neste momento de pandemia, a população brasileira ter esse auxílio emergencial para movimentar o comércio e para alimentar sua família. É muito difícil - e quem não tem sensibilidade talvez não entenda - dormir sem saber o que vai colocar na mesa para os filhos no outro dia. Então, neste momento do Brasil, é de fundamental importância mantermos os 600 reais e nos debruçarmos sobre como será o ano vindouro, porque, no ano

vindouro, com certeza as pessoas ainda estarão desempregadas.

No Brasil, um dos países do mundo que mais exportam grãos, em Mato Grosso, onde estou, o Estado que mais exporta grãos, as pessoas estão sem grãos na mesa, sem alimento na mesa. Filhos choram porque estão com fome. O Brasil voltou ao *Mapa da Fome*. Isso é indigno. As pessoas estão na campanha Natal sem Fome. Nós precisamos fazer um Natal sem fome, mas precisamos trabalhar neste Parlamento para que ninguém passe fome. Um país cujos filhos passam fome, com a produção que tem, demonstra claramente a sua incapacidade de governar a chegada do alimento à mesa da população.

Gostaria também de falar sobre a reforma administrativa, Sr. Presidente. Ouço em propagandas de algumas entidades que temos que enxugar o funcionalismo público, porque o Estado precisa ter mais recursos para investimentos.

Será que pagar médicos, enfermeiros, professores, agentes de segurança pública não é o Estado cumprindo o seu papel? Isso não é o Estado entregando, na ponta, os seus serviços? O que significa segurança pública? Segurança pública significa ter servidores efetivos, concursados, bem pagos, nas ruas, fazendo a segurança da população. O que significa educação de qualidade? Significa professores, professoras, em sala de aula, qualificados, recebendo salário digno e ministrando aulas. O que significa saúde pública de qualidade? Significa ter médicos, médicas, técnicos, dentro dos hospitais, nas UPAs, atendendo à população. Nesse sentido, é preciso saber primeiro o que é serviço público, para, depois, dizer que é preciso enxugar o Estado brasileiro.

Espero que possamos contemplar o povo brasileiro com um final de ano digno.

Muito obrigada.

---

Documento 42/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:24
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de



saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa da manutenção do auxílio emergencial em 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela doença. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da tragédia causada pelo coronavírus no País. Prisão da cúpula da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, por desvio de recursos destinados ao combate à Covid-19. Contrariedade à privatização da Companhia Energética de Brasília - CEB.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, somo-me a todas as manifestações que pontuam a necessidade de discutirmos e aprovarmos a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para que nós possamos reverter a sua crueldade.

Essa medida provisória reduziu pela metade o auxílio emergencial. Nós estamos com uma inflação crescente e que atinge sobremaneira os alimentos. Portanto, ela afeta mais a população de baixa renda. Nós temos por volta de 14 milhões de desempregados, um número imenso de subempregados, desalentados, pessoas na informalidade, e o Governo tem a ousadia de cortar pela metade o auxílio emergencial. Nós precisamos mantê-lo, no mínimo, em 600 reais e discutir uma renda básica que possa dar dignidade ao povo brasileiro.

O Presidente da República não está preocupado com a dignidade do povo brasileiro. Ele está preocupado em fazer propaganda de medicamentos, numa verdadeira profusão de mentiras. São medicamentos que não enfrentam, de fato, a COVID-19, a qual já levou a óbito mais de 154 mil pessoas no Brasil. Quem parte sempre é o amor de alguém, mas o Presidente não está preocupado com as pessoas que choram os entes queridos que foram embora em razão de sua irresponsabilidade. O Presidente está preocupado em exercer a condição de charlatão - charlatão tanto pela divulgação da cloroquina, de vermífugo, quanto pela divulgação de medicamentos que não enfrentam, de fato, a COVID-19. Ao mesmo tempo, ele não quer entender que a vacina deve ser obrigatória, não quer entender que esse é um problema de saúde coletiva.

Portanto, trata-se de um desrespeito para com o povo brasileiro, o mesmo desrespeito que nós vamos ver aqui, no Distrito Federal, com relação ao Governador Ibaneis.

É um Governador que tem hoje a cúpula da Secretaria de Saúde aprisionada por denúncias de irregularidades no enfrentamento à COVID-19, que vai jogar fora inúmeros testes, porque estão com a validade vencendo. E, ao mesmo tempo, quer privatizar a CEB, a empresa de energia, sem passar pelo Parlamento, pela Câmara Legislativa, rasgando a Constituição do Distrito Federal, a Lei Orgânica, que obriga a apreciação pelo Poder Legislativo de qualquer processo

privatista.

É uma empresa que dá lucro, tem potencial, com um patrimônio que poderia suprir todas as suas necessidades. Os planos de recuperação ou de desenvolvimento estão sendo ignorados pela direção da empresa. É uma empresa premiada, que representa por volta de 96% da *holding*, e se diz que é uma subsidiária que pode ser privatizada sem passar pelo Poder Legislativo.

Onde aconteceu a privatização de distribuidoras de energia, houve o aumento da tarifa de energia. Então, o Governador quer aumentar a tarifa de energia, fazendo com que o povo de Brasília não detenha um patrimônio tão importante, apenas para arrecadar recursos e tentar ganhar as próximas eleições.

Por isso, sou a favor da CEB pública. Energia não é mercadoria.

---

Documento 43/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:28
Publ.: DCD - 10/21/2020 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa da manutenção do auxílio emergencial em 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia da Covid-19. Importância de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 3.618, de 2020, de autoria do orador, sobre a adoção de medidas temporárias em relação ao seguro-desemprego, constante na Lei nº 7.998, de 1990, para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, relativo à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e à alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados e Deputadas, gostaria de saudá-los.

Quero refletir sobre três temas na minha fala de hoje nesta sessão.



Primeiro, é urgente que votemos "sim" - vários colegas já falaram sobre isso - à MP 1.000. Não é possível que, quando o alimento fica tão caro nas prateleiras dos mercados, e o próprio Governo seja responsável por isso, porque a CONAB não tem mais estoques para colocar no mercado e reduzir esse preço tão aviltante para as pessoas quando compram comida, nesse momento, Bolsonaro reduza de 600 reais para 300 reais o auxílio emergencial. Nós votamos pelos 600 reais, o Congresso Nacional votou pelos 600 reais, e, agora, por uma medida provisória, ele quer reduzir esse valor pela metade. Não podemos aceitar isso!

Então, é importante votarmos a MP 1.000, para podermos aprovar a proposta que o PT e a Oposição apresentaram, que é de 600 reais até o final do ano. Isso é importantíssimo. Votemos para manter os 600 reais, e não com Bolsonaro. Não colocar em votação essa matéria é querer os 300 reais. Quem não quer colocá-la em votação, quer manter a MP sem votar, quer os 300 reais, e está, portanto, com Bolsonaro. Nós queremos votar para manter os 600 reais.

A segunda questão diz respeito a projeto de minha autoria. Está muito difícil a situação para quem está desempregado e recebe o seguro-desemprego. O seguro-desemprego tem de três a cinco parcelas, e, quando essas parcelas terminarem, ainda na pandemia, a pessoa não vai conseguir outro emprego, vai continuar desempregada. Vai acabar a parcela e ela não vai ganhar o auxílio emergencial de 600 reais. Então, essa pessoa está na pior situação.

Eu apresentei um projeto para que haja mais duas parcelas. Assim, quem recebeu três parcelas, receberá mais duas, então, vai receber cinco parcelas; quem recebeu quatro parcelas, receberá mais duas, então, vai receber seis parcelas; e quem recebeu cinco parcelas, que receba mais duas, então, vai receber sete parcelas do seguro-desemprego. É importantíssimo que esse projeto seja votado. Mais uma vez, o Governo precisa concordar em colocá-lo em votação. É necessário que haja duas parcelas a mais do seguro-desemprego.

Por último, é importante registrar que nós precisamos derrubar o veto do Presidente Bolsonaro ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, o Projeto Assis Carvalho, de apoio ao agricultor familiar, para que esse que produz comida tenha renda. Já que não há mais apoio do Ministério, com o Plano Safra da Agricultura Familiar, nós precisamos, ao menos, manter o projeto que construímos com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com a agricultura familiar, para darmos apoio ao agricultor familiar, a quem Bolsonaro disse "não" ao vetar o projeto. Portanto, derrubemos esse veto.

São esses os três temas que registro nesta sessão.



Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 44/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:32
Publ.: DCD - 10/21/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apresentação de requerimentos de informações ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e à Casa Civil da Presidência da República sobre a eficácia da utilização de nitazoxanida no tratamento precoce da Covid-19. Desestímulo do Presidente da República à vacinação contra a doença. Obstrução das votações na Casa pelos partidos opositores até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores diante da epidemia de coronavírus. Reconquista da democracia na Bolívia, revelada na vitória do candidato do Movimento para o Socialismo - MAS nas recentes eleições presidenciais.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. neste momento em que retomamos a sessão da Câmara.

Quero registrar que hoje eu dei entrada a três requerimentos, dirigidos ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e à Casa Civil, a fim de que nos informem em que estudos clínicos publicados se basearam para ontem, no evento do Palácio do Planalto, informarem à sociedade brasileira que já existe uma substância eficaz no tratamento precoce da COVID, que é a nitazoxanida.

Sr. Presidente, ao que parece, mais uma vez, criminosamente, enganam a sociedade brasileira com informações sem embasamento científico. Isso é gravíssimo! Se esses Ministérios não informarem em que estudos se embasaram, mais uma vez comete-se um crime contra a sociedade brasileira. Espero, sinceramente, que eles deem essa informação. Por isso, dei entrada hoje aos três requerimentos.

Da mesma forma, o Sr. Presidente da República desestimula a sociedade brasileira ao uso da vacina. Esse é um problema de saúde pública no Brasil. Não há como desestimular o uso de uma vacina que,

certamente, nenhuma instituição, nem a ANVISA, liberará o uso sem comprovação científica. Obviamente ninguém vai atuar no Brasil sem comprovação científica, exceto o Presidente da República e alguns dos seus Ministros, que, talvez, concordem com esse tipo de irresponsabilidade.

Quero, ao mesmo tempo, dizer, Sr. Presidente, que a Oposição se mantém em obstrução nesta sessão exatamente pelo fato anunciado na última sessão da Câmara, no sentido de que não há nenhuma intenção deste Governo, nem de parte da sua base, pelo menos, de colocar em votação a MP 1.000. Eu espero que o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, não se envolva nessa manobra. Nós precisamos votar a MP 1.000. Essa medida provisória precisa ser pautada. Nós precisamos ter o direito de votar as nossas emendas para voltar o valor do auxílio emergencial de 600 reais. Quem tem maioria que vote, que coloque a sua digital. Mas nós precisamos ter o direito de disputar o valor de 600 reais.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero aqui, nos últimos 20 segundos que restam do meu tempo, falar da minha satisfação ao ver a resistência, a conquista do povo boliviano. O povo boliviano soube resistir ao golpe, às manobras, à violência, às agressões. Esse povo perdeu vidas, mas reconquistou a democracia no país. Espero que o Equador e o Chile façam o mesmo, assim como que o Brasil reconquiste a democracia plena e um governo democrático e popular.

Vive o Chile! Viva o Estado Plurinacional! Viva o MAS! Viva a democracia em toda a América Latina!

---

Documento 45/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:40
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação do Requerimento de Informações nº 1.333, de 2020, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações acerca da eficácia do uso de vermífugo no combate à Covid-19. Solicitação à Procuradoria-Geral da República de investigação do assunto. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de votação pela Casa de pedido de impeachment do Presidente da República.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -**

Muito obrigado, Presidente. Quero desejar uma boa tarde a V.Exa., a todos os Deputados e a todas as Deputadas e ao povo brasileiro.

Assim como a Deputada Jandira Feghali, a quem aqui eu parablenizo, também dei entrada hoje a um requerimento. Falo do Requerimento nº 1.333, de 2020, para que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação possa responder que estudo é esse - se é que existe - que leva um Presidente a recomendar ao povo brasileiro que tome vermífugo para combater a COVID-19. Queremos ver esse estudo.

Isso é muito sério. Isso cheira, Deputada Jandira Feghali, a charlatanismo de um Presidente da República, e charlatanismo é crime. Portanto, o requerimento que protocolei é semelhante ao de V.Exa. também para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Reforcemos isso, porque o povo brasileiro precisa de uma resposta.

Eu já entrei com um requerimento quando o Presidente recomendou cloroquina para o povo brasileiro. Eu pedi uma CPI, e o documento está lá para os Deputados assinarem. Não sei por que não o assinam. É uma CPI séria, para saber por que o Presidente recomendou cloroquina, se houve superfaturamento, quais os laboratórios que fizeram isso, mas o requerimento está parado até hoje.

Também solicitei à Procuradoria-Geral da República que abrisse um inquérito. Entretanto, ali estamos diante de um arquivador geral da República, que tudo arquiva e não teve a coragem de abrir um procedimento para investigar o charlatanismo do Governo e do Presidente Bolsonaro. Portanto, essas iniciativas foram tomadas.

Eu pergunto: o Presidente faz isso, e qual é a realidade do Brasil hoje e do povo brasileiro? São 154 mil mortos e um risco de uma segunda onda, que vem aí pela Europa. São 14 milhões de desempregados, Deputada Jandira Feghali, que o Brasil tem hoje.

Houve também a redução da renda emergencial de 600 para 300 reais, contra o que o Congresso e a Oposição aprovaram. Há uma inflação no preço de alimentos absurda, o que impacta a vida do pobre.

Há também um isolamento internacional imenso. Viva a Bolívia! Mais isolamento. Bolsonaro vai acabar sozinho, porque Trump também vai perder as eleições. A ultradireita só dá uma safra. É só política antipopular que nós temos. E a economia está em colapso, com um pateta que se diz economista, esse Paulo Guedes.

E o que o Governo Bolsonaro receita para o povo brasileiro? Arrocho, corte na educação e na saúde e, assim, vai. Receita depois cloroquina e agora receita vermífugo para o povo brasileiro.

Deputada Jandira Feghali, do jeito que vai, qualquer hora, eles vão oferecer ao povo brasileiro urina ou coisa mais fétida. Segundo esse Presidente da República, ele não está nem aí. Em outras palavras, ele está cagando e andando para o povo brasileiro.

Ou o Congresso Nacional dá um jeito nesse Governo, ou ele acaba com o País. O Presidente da Casa precisa abrir o debate sobre os pedidos de *impeachment* que estão aí desse Presidente da República, que agora receita vermífugo. Charlatão Bolsonaro - isso que ele é.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço para que conclua, Deputado.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG) - Indignado estou com essa situação. Esse é um deboche contra o povo brasileiro.

Presidente, isso não pode continuar. Coloque em votação. Coloque em análise o pedido de *impeachment* desse Presidente. Ele não pode debochar do povo brasileiro, como continua debochando, enquanto o Congresso está ainda sem condições de realizar reuniões presenciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Peço para que conclua, Deputado, por favor.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG) - Fora, Bolsonaro! Esse é o grito que o povo brasileiro tem que dar, inclusive durante essas eleições.

---

Documento 46/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:52
Publ.: DCD - 10/21/2020 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade à Deputada Jandira Feghali e à ex-Deputada Manuela d'Ávila, diante de críticas do Deputado Bibó Nunes. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores diante da crise gerada pela Covid-19. Críticas ao Presidente da República pelo incentivo ao uso de vermífugo no tratamento precoce do coronavírus. Sucesso da gestão do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, na área

educacional.

---

**O SR. MÁRCIO JERRY** (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Deputado Luis Miranda. Boa tarde, demais colegas Parlamentares. Boa tarde, povo brasileiro, muito especialmente o povo do meu querido Maranhão.

Em primeiro lugar, quero deplorar as palavras tão infelizes proferidas pelo Deputado Bibó Nunes.

O Deputado tem condições de fazer um debate bem melhor, em vez de ficar agredindo dessa maneira pessoas como a Deputada Jandira Feghali, que o Brasil inteiro conhece e respeita, e a ex-Deputada Manuela D'Ávila, próxima Prefeita de Porto Alegre, que também tem todo o respeito do povo brasileiro. Todas as pessoas que a conhecem sabem o valor que tem Manuela.

Deixo o meu abraço solidário às duas. Eu tenho certeza de que esse abraço é o de milhões de brasileiros que as conhecem e as respeitam.

Sr. Presidente, eu quero me somar aqui aos que pedem, com razão, a apreciação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020. É preciso que digamos de forma bem clara: o Presidente Bolsonaro meteu a mão no bolso daqueles que mais precisam! Ele não queria o auxílio emergencial que nós aprovamos no Congresso Nacional, aqui na Câmara e no Senado. Depois, ele lutou muito para reduzir o alcance e o tempo de vigência do auxílio. Depois, desavergonhadamente, meteu a mão no bolso do povo brasileiro e subtraiu 300 reais de quem precisa tanto de recursos nesse momento de grave pandemia em nosso País.

É preciso que o povo brasileiro atente bem para o que está acontecendo. O Presidente Bolsonaro meteu a mão em 300 reais de milhões de brasileiros que precisam do auxílio emergencial. Nós precisamos apreciar a MP 1.000, para restabelecermos o valor de 600 reais, que nós aprovamos aqui na Câmara.

Trato de uma segunda questão, Sr. Presidente Luis Miranda. Se alguém está precisando de vermífugo agora, não é o paciente da COVID. Parece-me adequado agora para combater uma certa lavagem cerebral do Presidente da República. Vermífugo, pois, para Bolsonaro, que é só quem hoje precisa, e não quem é paciente da COVID.

Eu queria também fazer dois registros muito importantes, já recorrentes em minhas falas aqui na Câmara. Com muito orgulho, falo sobre o processo da grande revolução educacional feita aqui em nosso Estado.

Deixo o meu abraço ao povo de Aldeias Altas, que recebeu ontem mais



uma escola digna, com seis salas.

Um grande abraço, Prefeito José Reis! Parabéns, Governador Flávio Dino!

Parabenizo também a população de São Vicente Ferrer, que recebeu uma escola de tempo integral, um Instituto Estadual de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, uma das mais importantes e exitosas experiências educacionais do Brasil.

Prefeita Conceição, parabéns por ter recebido do Governador Flávio Dino um presente tão importante para São Vicente e para a baixada!

Dirijo-me também ao querido povo da Raposa. O povoado Canto recebeu, na semana passada, uma escola digna, lá na famosa Ilha de Curupu. Essa escola digna também foi assegurada pelo Governo do Maranhão.

Parabéns, Secretário Felipe Camarão e Governador Flávio Dino, por mais essas grandes realizações e entregas na área educacional de nosso Estado!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 47/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-13:56
Publ.: DCD - 10/21/2020 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade à Deputada Jandira Feghali e à ex-Deputada Manuela d'Ávila, diante de críticas desferidas por Parlamentar. Restabelecimento da democracia na Bolívia com a eleição de novo Presidente da República. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Persistência da discriminação racial no Brasil, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública. Visita do orador ao Presídio do Agreste, no Estado de Alagoas. Natureza antidemocrática da incomunicabilidade imposta aos presidiários no Estado.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu cumprimento todos os Parlamentares e, de forma destacada, os internautas.

Eu queria prestar solidariedade à Deputada Jandira Feghali e à ex-Deputada Manuela D'Ávila, integrantes com muita honra do Partido Comunista do Brasil, parceiro de luta do Partido dos Trabalhadores.

Eu queria também parabenizar o povo boliviano, que deu uma lição de democracia, restaurando, sem dúvida nenhuma, um poder importante, o poder popular, que começou com Evo Morales e continua agora com o novo Presidente e sua equipe. Inclusive, destaco que a Prefeita que foi agredida fisicamente foi a Senadora mais votada. Isso é muito importante para a democracia da Bolívia e da América do Sul.

Querida também destacar, a exemplo de colegas, a importância de se pautar, Presidente Luis Miranda, a MP 1.000. Ela tem um papel fundamental, dar continuidade ao auxílio emergencial que esta Casa produziu - foi esta Casa que o criou -, mas que infelizmente o Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes não queriam. E agora eles querem cortar. Isso terá consequência na economia e principalmente na questão social.

Outro ponto também são os dados do Fórum Nacional de Segurança Pública, que mostram, infelizmente, um traço histórico, secular, que é a discriminação contra o povo negro no Brasil. O processo letal, infelizmente, da estrutura de segurança no Brasil atinge o jovem negro, pobre e da periferia. É necessário pautar esse item que infelizmente não é prioridade ainda na sociedade brasileira e que se agrava mais ainda com a chegada do Presidente Bolsonaro.

E a última questão, Sr. Presidente, é que amanhã estarei visitando o Presídio do Agreste, já que no Estado de Alagoas, desde março, no sistema prisional, os presos não recebem visita. Isso contraria não só a LEP, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Constituição, mas também todas as convenções que o Brasil subscreveu. Os presos não têm direito a escrever uma carta acima de 20 linhas, não têm direito a fazer contato pelo parlatório virtual como estamos fazendo. Existe um processo de incomunicabilidade. Até a OAB, os advogados passaram quase 3 meses sem comunicação. Isso fere de morte a democracia. E amanhã, visitando o sistema prisional do Agreste, esperamos que seja reparada essa injustiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 10/21/2020 - NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de manutenção do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis diante da crise gerada pela Covid-19. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, a respeito da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares, em isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, consoante à Lei nº 13.979, de 2020, (o chamado Projeto de Lei Assis Carvalho). Solidariedade à Deputada Jandira Feghali diante de críticas de Parlamentar; e ao Secretário-Executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, em face da perseguição empreendida pela Advocacia-Geral da União. Congratulação ao povo boliviano pela vitória do candidato do Movimento para o Socialismo - MAS, nas recentes eleições presidenciais.

---

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, quero também fazer coro com os colegas que me antecederam, pedindo que se pautem, com urgência, a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. São milhões de desempregados, fruto dessas reformas econômicas neoliberais que estão atravancando a economia. E, com a pandemia, se aguçam mais ainda o desespero de milhões de famílias.

Desde o início da pandemia, o Governo Bolsonaro se recusava a pagar essa ajuda emergencial. Com muita luta, esta Casa conseguiu aprovar os 600 reais. E agora o Governo Bolsonaro manda esta medida provisória diminuindo pela metade: 300 reais.

Então, é urgente que esta Casa aprecie essa medida provisória e recoloca o valor de 600 reais para ajudar essas famílias que estão no desespero. É importante que todos saibam que a bandeira brasileira está sendo manchada de sangue com mais de 170 mil mortes e muitas outras mortes decorrentes da fome, imperando neste País por causa das políticas neoliberais e da insanidade do Presidente Bolsonaro. Esta Casa pode dar a resposta, como já deu no início dessa pandemia.

É urgente pautar a Medida Provisória 1.000, como também o Congresso Nacional fazer uma reunião e pautar a derrubada dos vetos da Lei Assis Carvalho, de apoio à agricultura familiar.

Presidente, também quero expressar aqui a minha solidariedade à

Deputada Jandira Feghali, que foi atacada justamente por quem não tem argumento, não tem ideia e não tem coragem de falar frente a frente e fazer o debate político.

Quero também expressar a minha solidariedade ao companheiro Marcio Astrini, Secretário-Executivo do Observatório do Clima, que está sendo perseguido pela Advocacia-Geral da União justamente por denunciar a má gestão, na verdade não é má gestão, mas a gestão proposital de degradação ambiental tocada pelo Governo Bolsonaro e pelo Ministro Salles, que querem calar aqueles que estão denunciando a destruição que o Bolsonaro vem fazendo neste País.

E, por fim, quero aqui parabenizar a nação pluriétnica boliviana, que deu um exemplo de democracia e de resistência colocando o MAS novamente no poder nesse final de semana. Parabéns ao povo boliviano!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 49/72

---

25.2020.B	Sessão Outro Evento	20/10/2020-14:04
Publ.: DCD - 10/21/2020 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discordância com a obrigatoriedade de vacinação contra o coronavírus, defendida pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria. Homenagem póstuma ao sargento da Polícia Militar, João Alves Teixeira.

---

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Aqui em São Paulo, a sede do Palácio dos Bandeirantes é composta de uma cerca verde em toda a sua extensão. Só que agora nós precisamos fazer um muro no Palácio dos Bandeirantes, porque lá dentro se instala um louco, e louco precisa estar num hospício, e em todo hospício que eu conheço há muro. Portanto, estamos aqui fazendo uma campanha para murar o Palácio dos Bandeirantes, porque um louco que está comandando o Estado de São Paulo quer vacinar todo mundo obrigatoriamente.

É preciso explicar para o Governador João Doria que a vacina não é obrigatória e, principalmente, não será obrigatória. Esse louco quer

vacinar todo mundo. Eu acho que ele vai sair pelas ruas com algemas, com cordas, com algum utensílio para aprisionar as pessoas, colocá-las na fila da vacina e dizer: "Você vai ser vacinado". Eu, inclusive, estou esperando que ele venha me obrigar a ser vacinado. O direito de escolha é meu, é do cidadão brasileiro, e esse louco acha que vai conseguir vacinar todo mundo que não quer ser vacinado.

Precisamos alertar a população brasileira de que ontem mesmo o Presidente Bolsonaro já anunciou que a vacina não será obrigatória aos brasileiros. Ela precisa ser tomada por iniciativa própria do cidadão de ir para a campanha de vacinação. E é claro que existirão várias vacinas. Não vou aqui falar do preço da vacina, que é outro acinte à nossa inteligência. É uma humilhação ao nosso cérebro, ao nosso QI querer acertar uma vacina tão cara assim.

Mas, deixando esse assunto de lado, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer menção a um policial militar veterano que infelizmente faleceu aos 104 anos de idade, o Sargento João Alves Teixeira, nascido na cidade de Franca. Ele faleceu no último dia 11. Era o veterano mais antigo, era o guerreiro, o soldado mais antigo que havia aqui em São Paulo.

Gostaria de deixar minha homenagem a esse guerreiro, porque trabalhou em diversas unidades da cidade, do Estado de São Paulo, cumprindo seu dever, de forma brilhante. É com muita tristeza que nos despedimos do sargento João Alves Teixeira.

À sua família, meus pêsames, meus sentimentos.

Que Deus conforte todos neste momento!

Um forte abraço, Presidente.

Boa tarde a todos.

---

Documento 50/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/10/2020-
	CD	14:12
Publ.: DCD - 10/21/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a



trabalhadores e famílias vulneráveis diante da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os que acompanham esta sessão remota da Câmara dos Deputados.

O que me anima a discutir, na tarde de hoje, é a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Sr. Presidente, lá atrás, em março, quando se começou a discutir a instituição de um auxílio emergencial que possibilitasse que milhões e milhões de brasileiros seguissem as regras do distanciamento social, o Congresso Nacional teve a iniciativa de aprová-lo. O Governo Federal queria aprovar um auxílio que consistiria em três parcelas de 200 reais. Graças à ação da Oposição, em particular, que cobrou a definição de um valor condizente com os desafios impostos pela pandemia, nós conseguimos aprovar um auxílio de 600 reais. Fizemos pressão por um valor de 500 reais, e o Governo, quando viu que ia ser derrotado, autorizou o seu Líder a elevar o valor para 600 reais - pegou carona.

Nós acreditamos que essa foi uma vitória do povo brasileiro, e é claro que a luta da Oposição foi determinante para ela.

No entanto, agora, ao estender o auxílio até dezembro, o Presidente mandou uma proposta de redução do seu valor para 300 reais. O resultado disso foi automático: no primeiro mês de pagamento do auxílio no valor de 300 reais, o índice de desemprego cresceu, em particular no Norte e no Nordeste. Isso mostra que os desafios de enfrentamento da pandemia estão apenas no início.

Foi por isso que eu apresentei duas emendas: uma para devolver ao auxílio o valor de 600 reais - não apenas eu; centenas de Deputados tiveram a mesma iniciativa - e uma para determinar que ele seja pago em quatro parcelas. Da maneira como o Governo mandou a proposta, aqueles que ingressaram no programa posteriormente e que vão receber 600 reais, por exemplo, até novembro, vão receber apenas uma parcela de 300 reais em dezembro e acabou; vão sair do programa.

Ocorre que a pandemia não vai acabar na noite de réveillon. Quando entrarmos no ano que vem, teremos ainda efeitos desta pandemia terrível, que já matou, aqui no Amapá, mais de 730 pessoas e da qual estamos vendo uma aparente segunda onda agora - isso vai ser confirmado, mas a percepção geral, aqui no Amapá, é de que se iniciou

uma segunda onda.

Então, se está se iniciando uma segunda onda, é preciso que nós estejamos preparados.

Sr. Presidente, é preciso pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020. Nós precisamos restabelecer o valor de 600 do auxílio emergencial, determinar o pagamento de mais quatro parcelas, aperfeiçoá-lo e debater sua extensão.

Eu lamento que, aqui no Amapá, de forma irresponsável, o Governo do Estado e a Prefeitura, mais preocupados em eleger o seu candidato, usando a máquina, estejam forçando as pessoas a se aglomerarem, ocasionando uma segunda onda.

Vamos lutar contra a COVID, porque ela não terminou!

Sr. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

---

Documento 51/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	14:16
Publ.: DCD - 10/21/2020 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inauguração de posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão. Inexistência de recursos para continuidade do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Luis Miranda, que preside a sessão.

Sras. e Srs. Deputados, hoje, eu tive uma reunião com o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Eduardo Sá, para tratar da inauguração do primeiro posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barra do Corda, na BR-226, que vai trazer mais segurança, sem dúvida nenhuma, para os usuários dessa rodovia federal. Além de dar mais segurança, a presença da Polícia Rodoviária Federal evita o tráfico de armas e de drogas, impede que traficantes e assaltantes de banco



passem e andem tranquilamente na rodovia.

O Dr. Eduardo Sá está fazendo um bom trabalho; tem avançado bastante. A grande dificuldade do Maranhão é de contingente de policiais da Polícia Rodoviária Federal. Ele garantiu que, da turma que está sendo formada agora, irá deslocar 17 policiais rodoviários federais para o Maranhão, o que será de grande ajuda e fará com que esse posto da Polícia Rodoviária Federal de Barra do Corda possa funcionar. Isso dará tranquilidade para quem mora em Barra do Corda, Tuntum, Grajaú, Presidente Dutra, Porto Franco e em outras cidades e que utiliza muito aquela rodovia federal.

Sr. Presidente, hoje, eu ouvi alguns colegas falando sobre o auxílio emergencial.

É interessante ver que, acerca de uma matéria, criam-se *fake news*. Essa matéria que foi votada há poucos meses no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, criou o auxílio emergencial. Inicialmente, todos os Líderes tinham concordado com o valor de 500 reais. O Presidente Jair Bolsonaro foi quem autorizou a aprovação do valor de 600 reais. Todo mundo sabe disso.

Inclusive, o auxílio era apenas para os trabalhadores informais, que vivam, no final de março, início de abril, o momento mais complicado desta pandemia, com muita dificuldade, porque estavam parados. Essa situação afetava principalmente os vendedores ambulantes, que estavam impedidos de comercializar os seus produtos, de fazer as suas vendas, e os pequenos prestadores de serviço.

Eram eles que nós iríamos atender inicialmente. Depois, incluímos os microempreendedores individuais e também os que já eram beneficiários do Programa Bolsa Família. Portanto, houve um incremento muito grande naquele momento.

Era para ser por 3 meses, depois, viu-se que os 3 meses não eram suficientes, e o Presidente Jair Bolsonaro - ele mesmo - tomou a atitude de estender o pagamento por mais 2 meses. Depois disso, diante da dificuldade que o País atravessa, até mesmo em função da pandemia, foi editada uma medida provisória que atribuiu ao auxílio o valor de 300 reais.

De onde vão sair os recursos para pagar mais do que 300 reais? É isso que pergunto aos colegas Deputados que defendem o auxílio de 600 reais. Eu também defendo o auxílio de 600 reais, mas não adianta virem com demagogia. Eu vejo muitos colegas Deputados que são aliados de Governadores de Estado. Esses Governadores bem que poderiam dar também um auxílio emergencial para o cidadão que mora nos seus Estados. Mas eu ainda não vi atitude de nenhum Governador

no sentido de também dar essa ajuda emergencial. Muito pelo contrário, eles ficam apenas esperando que o Presidente Jair Bolsonaro mande dinheiro do Governo Federal para atender a saúde. Hoje, 90% das ações da saúde de prevenção à COVID e também de seu tratamento são feitas com o dinheiro do Governo Federal.

---

Documento 52/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/10/2020- CD	14:28
Publ.: DCD - 10/21/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decisão dos partidos opositores de obstrução das votações na Casa até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Protesto contra a redução das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS. Exigência de taxa de grandes fortunas e de revisão da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós do PCdoB, junto com os demais partidos de oposição, estamos em obstrução sim e não aceitamos votar nada no plenário desta Casa, enquanto não for pautada a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, aquela com a qual o Governo Bolsonaro cortou pela metade o auxílio emergencial.

Então, só repetindo para ficar bem claro: nós não viemos para cá para dizer amém ao Governo Federal e ao Governo nenhum, nós estamos aqui na nossa posição de defensores dos direitos da sociedade brasileira. Nós votamos nesta Casa uma lei que garante o auxílio emergencial de 600 reais, dado o momento difícil por que passa o povo brasileiro, por conta da pandemia, e fomos mais longe: para as mulheres que são arrimo de família, responsáveis por filhos menores, o auxílio emergencial que nós aprovamos foi de 1.200 reais. Além disso, provamos e mostramos que, se o Governo Bolsonaro quisesse, poderia manter esse valor até o dia 31 de dezembro, enquanto durar o decreto de estado de calamidade, por conta da pandemia.

Para nossa surpresa, o Governo edita uma medida provisória, cortando pela metade o auxílio emergencial, num dos momentos mais difíceis,

quando o desemprego atinge 14 milhões de brasileiros. Então, nós não podemos aceitar isso!

Reafirmo que nada votaremos nesta Casa, enquanto não for lida, debatida e votada a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, em que o Governo Bolsonaro cortou pela metade o auxílio emergencial. Nós da Oposição queremos manter auxílio de 600 reais até o fim de dezembro e sabemos que há recursos para isso.

Já tem gente do Governo - talvez, Bolsonaro esteja mandando que os seus Parlamentares assim o façam - ensaiando a possibilidade de prorrogação do decreto de estado de calamidade. Para que prorrogar, se ele se recusa inclusive a pagar o auxílio emergencial no valor de 600 reais, enquanto durar o decreto de calamidade? Esse Governo, em nenhum momento, foi solidário às famílias que perderam entes queridos. E já foram mais de 150 mil vidas de brasileiros ceifadas durante a pandemia.

O Governo não fez o menor esforço para cumprir a lei e garantir que as empresas tivessem acesso aos recursos que evitariam demissões. Como eu disse, 14 milhões de brasileiros estão desempregados. É preciso fazer alguma coisa, e o Governo não tem feito absolutamente nada. O orçamento que o Governo sinaliza não reconhece a crise financeira, não reconhece a crise social, nem a crise da saúde e, o pior, retira recursos do SUS. Essa é a sinalização do orçamento do Governo. Como é que nós podemos aceitar isso, Sr. Presidente?

Então, não bastam medidas paliativas.

O Governo terá que mostrar e apresentar um programa de desenvolvimento nacional, com recuperação dos empregos e da renda dos brasileiros.

É por isso que nós da Oposição queremos discutir a Emenda nº 95, porque ela tem atrasado o desenvolvimento do País. E mais, nós queremos que o Governo encaminhe para esta Casa uma solução imediata para que se cobre imposto sobre as grandes fortunas. Não é possível que os ricos continuem mais ricos, inclusive durante a pandemia! Ficou mostrado - e a imprensa toda divulgou isso - que no período da pandemia os milionários ficaram mais milionários. Qual é o medo do Governo de cobrar imposto sobre as grandes fortunas?

Então, Sr. Presidente, o que a Oposição exige aqui, o que nós do PCdoB e de outros partidos exigimos, é a revisão da Emenda Constitucional nº 95. Nós exigimos a cobrança de impostos dos milionários deste País, que não pagam imposto, e exigimos imediatamente a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, em que o Governo Bolsonaro cortou pela metade o auxílio emergencial, e



nós da Oposição queremos manter os 600 reais até dezembro, enquanto durar o decreto de pandemia.

Muito obrigada.

---

Documento 53/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	14:32
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações na Casa em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. ANDRÉ JANONES** (Bloco/AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde, colegas Deputados e Deputadas.

Hoje, a minha fala não vai ser direcionada aos colegas, mas principalmente a quem está em casa nos assistindo, ao povo brasileiro que está grudado na tela do celular, do computador ou da televisão, ansioso para saber se o auxílio emergencial vai ficar no valor de 600 reais ou de 300 reais.

Eu cheguei a esta Casa com quase 180 mil votos pelo Estado de Minas Gerais, e confesso que boa parte dos brasileiros me conheceu este ano, devido à luta pelo auxílio, uma luta que começou muito antes de a MP 1.000, a MP que reduziu o auxílio de 600 para 300 reais, ser assinada, uma luta que começou no mês de março.

Éramos - quem está em casa sabe disso - somente vocês e eu, mais ninguém, mas, graças a Deus, essa luta tem conseguido cada vez mais apoiadores, e ela está crescendo por todo o nosso País.

Eu aqui preciso deixar um pedido de desculpas e também fazer um comunicado a esse povo brasileiro. O pedido de desculpas não é em meu nome, pois graças a Deus tenho a consciência de estar fazendo, como Deputado Federal, o meu melhor. Estou dando o meu melhor ao povo brasileiro quando ele mais necessita. Faço um pedido de desculpas em nome desta Casa, por vocês estarem passando por tudo

isso que estão passando em um momento em que deveriam estar preocupados somente com higienizar as mãos com álcool gel, utilizar a máscara, e não se contaminar com o novo coronavírus. Mas vocês, além dessa preocupação, têm que se preocupar também com como colocar comida na mesa, como pagar contas, como sobreviver a essa pandemia.

E o comunicado, o aviso que quero deixar para todos vocês, é que, não sendo pautada no dia de hoje essa MP - e ao que tudo indica não será, pois a Ordem do Dia já foi encerrada -, muito dificilmente nós teremos essa matéria votada a tempo de atender aos anseios da nossa população, de atender aos anseios do povo brasileiro.

Nós, quando tomamos posse como Deputado Federal, fizemos um juramento, uma promessa de seguir a Constituição Federal e levar dignidade ao nosso povo. Este é o momento de mostrarmos de que lado estamos.

Nesse fim de semana, eu estive na minha cidade natal, Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, e pude estar frente a frente com esse povo que está sendo beneficiado pelo auxílio emergencial.

Nós aqui falamos muito em povo, povo, povo, mas eu quero lembrar a esta Casa o que é povo. Povo é quem tem que acordar às 4 horas da manhã para pegar um transporte público e chegar até seu trabalho, povo é aquela turma de quem a maioria da classe política só se lembra de 2 em 2 anos, na hora de pedir voto.

Brasília, infelizmente, cria aqui uma bolha, e nós, muitas vezes, nos afastamos da realidade desse povo do qual a maioria se lembra a cada 2 anos, na hora de pedir voto. Que nós possamos não nos esquecer dessas pessoas! E que essas pessoas, que estão nos assistindo; que o povo brasileiro, caso esta Casa lhe vire as costas, saiba dar a resposta, saiba responder à altura!

De minha parte, firmo com vocês o compromisso de que nossa luta sairá de Brasília e tomará todo o Brasil. Meu mandato continuará sendo um instrumento de vocês, instrumento de luta, instrumento para que tenham dignidade neste momento em que mais precisam.

Reza a Constituição Federal que *"todo o poder emana do povo"*. Então, são vocês, que estão em casa nos assistindo, que pagam por tudo isso aqui, são vocês que mandam em tudo isso e são vocês que têm que fazer valer, neste momento, o interesse maior que é interesse de vocês, aquele de ter como sobreviver com dignidade a essa pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado a todos os colegas.

Nós continuamos em obstrução, pressionando para que a MP 1.000 seja pautada, para que o auxílio emergencial volte ao valor de 600 reais.

---

Documento 54/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-20/10/2020- 14:40
Publ.: DCD - 10/21/2020 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações na Casa, pelo PT e pelos demais partidos opositoristas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Fator determinante do impedimento pelo Prefeito Municipal de São Paulo, Bruno Covas, da votação de projeto de lei sobre a concessão de auxílio pecuniário emergencial a trabalhadores e famílias em situação vulnerável, diante da epidemia de coronavírus. Necessidade da implantação de programa de geração de emprego e renda em São Paulo e no País. Repúdio à política econômica adotada pelo Governo Federal.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, todos os que estão nos assistindo e dizer que nós, da Oposição, do PT, continuamos aqui em obstrução a qualquer votação que não seja a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, porque não existe nada mais urgente neste País do que resolver o problema da falta de recursos das famílias brasileiras.

Nós estamos vendo os preços dos alimentos aumentarem. Não param de aumentar. Cada dia temos uma nova notícia: é o arroz, o feijão, o óleo, a carne. Os preços aumentam nas feiras, e as pessoas têm grandes dificuldades, exatamente porque o desemprego é da ordem de 20 milhões de pessoas. Esse número não apareceu ainda devido à forma como o IBGE mede o desemprego: só mede aqueles que procuram emprego. Mas a cada semana um número maior de pessoas tem procurado emprego. Então, na última pesquisa do IBGE já chegamos a 14 milhões. Mas é inevitável que cheguemos aos 20 milhões, porque não se gera emprego no País.

O Governo continua trabalhando com a perspectiva de equilíbrio fiscal em um momento caótico como o que estamos vivendo hoje, um drama

de milhões de famílias. São 62 milhões de pessoas e de famílias que tiveram o auxílio emergencial cortado pela metade. É fundamental que se restabeleça o valor de 600 reais. Vamos continuar lutando por isso, vamos continuar batalhando. Queremos que se faça uma sessão para discutir esse assunto.

Incrivelmente, Sr. Presidente, vemos em muitos lugares candidatos se colocando em defesa tardia desse recurso para o povo, como é o caso de São Paulo, onde o Prefeito Bruno Covas esperou, de abril até agora, para colocar em votação um auxílio emergencial municipal.

Ora, nós, do PT, apresentamos esse projeto em abril. Em abril! O Prefeito fez de tudo para impedir a votação. O Presidente da Câmara Municipal se recusou a pautar. E agora, a pouco mais de 20 dias das eleições, ele apresenta a votação desse projeto.

Nós somos favoráveis e vamos votar favoravelmente ao auxílio emergencial paulistano, só que vamos dizer claramente que está sendo feito agora porque tem eleição. Deveria ter sido feito em abril. Nós vamos continuar defendendo que seja feito. E, mais do que isso, nós queremos que seja permanente, porque na cidade de São Paulo vai fechar o ano com mais de 6 bilhões de reais sem destinação, sem empenho. São recursos em caixa, porque não caiu, como era previsto, a arrecadação.

Então é necessário, sim, que tenhamos um programa de emprego, de geração de empregos, que tenhamos condições de gerar emprego na cidade de São Paulo e no Brasil inteiro. Para isso, tem que ter política econômica. A política econômica do Governo Federal é uma política de destruição de empregos. A política que se faz nas Prefeituras que têm mais condições, como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, não é uma política de promover o emprego.

E emprego é fundamental neste momento em que nós estamos vivendo. As pessoas têm que ter as condições de superar este momento. E aí os Governos Federal, Estaduais e Municipais têm obrigação de fazer isso. Nós aqui somos favoráveis a qualquer política que permita, orçamentariamente, dentro da legalidade, continuar com a política de auxílio a famílias.

O tal do mercado financeiro fica dizendo que não se pode romper o teto de gastos, porque isso é um dogma, e não se pode escapar desse dogma. Mas nós vamos continuar insistindo: o mais importante neste País é a vida do povo, o mais importante neste País é o povo ter condições de sobrevivência. Para isso, é necessário o auxílio emergencial agora, e é necessária a geração de empregos. E nós vamos defender medidas que gerem empregos, ainda que isso momentaneamente gere desequilíbrio fiscal, porque lidamos hoje com

um "orçamento de guerra" aprovado neste Congresso e que deve ser executado.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 55/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	14:44
Publ.: DCD - 10/21/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Obstrução das votações na Casa, pelo PSOL, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Repúdio à política neoliberal adotada pelo Governo Federal. Ocorrência de escândalo de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro revelado na ocultação, pelo Senador Chico Rodrigues, de dinheiro vivo em seus trajes íntimos. Envolvimento de familiares do Presidente da República em esquema de pagamento salarial a funcionários fantasmas, as chamadas rachadinhas. Descaso do Chefe da Nação com os efeitos da crise sanitária provocada pela Covid-19.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quero aproveitar este tempo da Liderança para comunicar que nós seguimos em obstrução, enquanto não se pautar a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, aquela que o Bolsonaro usou para derrubar o valor de 600 reais do auxílio emergencial para 300 reais. Enquanto não se pautar essa medida provisória, nós seguiremos em obstrução, porque não há nada mais importante neste momento no País do que corrigir essa injustiça. Isso, na prática, significa fome para as famílias brasileiras, significa não conseguir colocar comida na mesa, não conseguir pagar as contas, num contexto, infelizmente, em que não há perspectiva de recuperação econômica, justamente por uma escolha política que vem sendo implementada no Brasil há muitos anos, o regime de ajuste fiscal.

Ou seja, o Estado abre mão do seu papel enquanto investidor, gerador





de empregos, apoiador de áreas estratégicas. Esse deveria ser o papel do Estado, do Governo Bolsonaro e de qualquer Governo. Na verdade, a Presidência da República deveria pensar no papel do Estado como absolutamente necessário e estratégico para a geração de renda, a geração de empregos e o crescimento econômico. Mas o que nós vemos o Bolsonaro fazendo é seguir essa cartilha neoliberal absurda que tem feito com que o País não saia da situação de crise e tem feito a população mais pobre, o povo trabalhador pagar a conta, numa situação de muita dificuldade.

A edição da Medida Provisória nº 1.000 foi uma atrocidade. Foi aprovado na Câmara o "orçamento de guerra", ou seja, a possibilidade de investimentos que passem por cima dessa lógica do teto de gastos até o final do ano. E, por pura crueldade, para seguir a cartilha do mercado, o Governo Bolsonaro infelizmente optou por sacrificar boa parte do povo brasileiro. Por isso, essa medida necessária de toda a Oposição. E nós do PSOL estamos aqui também cumprindo com o nosso papel em defesa do povo brasileiro.

Isso tudo acontece também no contexto em que estoura um escândalo de corrupção envolvendo o Governo Bolsonaro, com aquela cena jocosa e constrangedora do Senador Chico Rodrigues. Claro, isso envolve o mandato do Senador Chico Rodrigues, mas não dá para disfarçar o fato de que ele é Vice-Líder do Governo Bolsonaro. Só não o é mais porque a cena repercutiu Brasil afora e, numa tentativa de salvar a pele do Governo, de não envolvê-lo na repercussão negativa do caso, o Senador acabou saindo desse papel. Mas nós sabemos que ele era Vice-Líder do Governo Bolsonaro.

Isso não nos surpreende, na verdade. Nós acompanhamos o que foram os escândalos das rachadinhas dentro dos gabinetes de toda a família Bolsonaro, situação que até aqui ainda não teve uma solução na Justiça, para o povo brasileiro compreender exatamente o ocorreu e para que haja punição aos familiares do Bolsonaro que fazem esse esquema com dinheiro público, com funcionários fantasmas, virando as costas para o povo, enquanto seguem nesses escândalos e esquemas de corrupção.

E é importante destacar que o Senado, até agora não iniciou os trabalhos do Conselho de Ética para levar adiante o caso do Sr. Flávio Bolsonaro, afim de que ele possa ter uma punição com relação a esses escândalos da rachadinha, e também agora o caso do Vice-Líder do Governo Chico Rodrigues. A sociedade brasileira clama por isso, clama para que seja feita justiça do ponto de vista social, para que nós possamos seguir com o auxílio emergencial, e este seja permanente, com um valor decente de, no mínimo, 600 reais. E também que possamos nos livrar deste Governo de corruptos, deste Governo genocida, que nunca se preocupou com os impactos sanitários da

pandemia e que agora mais uma vez faz a população pagar por uma agenda econômica cruel para a maioria do nosso povo.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 56/72

---

115.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020-  
CD 14:48

Publ.: DCD - 10/21/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações na Casa, pela Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Questionamento sobre as razões da obstrução da pauta pelos partidos situacionistas. Necessidade de debate e votação da Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de taxação das grandes fortunas e de flexibilização do teto de gastos. Envolvimento da família Bolsonaro com corrupção e milícias. Tramitação de processos judiciais contra Ministros do Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento da oradora contrário à reeleição do Presidente do Estados Unidos da América, Donald Trump. Expectativa de intensificação da luta contra a violência de gênero, a devastação ambiental e os crimes praticados contra negros e indígenas.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

No tempo da Minoria, eu gostaria também de imediatamente fazer um registro, em nome, inclusive, do próprio Líder, o Deputado José Guimarães, que se somou, desde a outra sessão, nesta mesma decisão, neste mesmo comportamento, em nome dos partidos de Oposição também: a atitude de obstrução para que se pautem a Medida Provisória nº 1.000, de 2020.

Agora, seria importante que a base do Governo também dissesse as razões da sua obstrução, que me parece não ser por causa da MP 1.000. A base do Governo precisa deixar claro para a sociedade brasileira as razões da sua obstrução, porque certamente não é por conta dessa pauta. É preciso que fique claro quais são os acordos não resolvidos, quais são as disputas não resolvidas que levam à obstrução os partidos da base do Governo.



Para nós, a Medida Provisória 1.000 não é nem um pouco secundária. Ela não é para nós nem para a sociedade brasileira indiferente, mesmo que algumas atividades econômicas tenham sido retomadas, porque a situação econômica e macroeconômica brasileira é gravíssima. Alguns dados já foram expostos aqui. Não só o nível do desemprego está crescendo, mas também há um nível assustador de precarização e de falta de direitos, com a chamada uberização da sociedade brasileira. A situação das mulheres chefes de família é gravíssima. E também há a inflação dos alimentos, sem que haja nenhuma atitude do Governo para garantir o consumo interno, para garantir a permanência dos alimentos dentro do País, que hoje vê a exportação aumentada e os alimentos encarecidos para a sociedade brasileira.

Nós temos aumentos de 300%, 400% em alguns gêneros alimentícios da cesta básica, e as pessoas estão tendo dificuldade de acessar esses gêneros alimentícios. Espero que alguns Parlamentares que se somam ao fundamentalismo não se preocupem com o uso da palavra "gênero", na expressão "gênero alimentício", que é o que temos visto acontecer na Câmara de alguns anos para cá.

É importante dizermos que pautar a MP 1.000 hoje é decisivo. O Governo está numa manobra absurdamente ridícula de esperar a medida provisória caducar para dizer: *"Bom, já passou o tempo, já paguei os 300 reais até dezembro, então não precisa mais votá-la"*. Essa é uma manobra inaceitável no Parlamento brasileiro. Isso é a submissão do Parlamento à manobra do Governo. A chamada independência dos Poderes tem que acontecer agora. Nós temos o direito de disputar o que achamos que devemos no conteúdo dessa medida provisória.

O Presidente da Câmara precisa pautar a medida. Se o Governo tem maioria, que decida, que vote, que os Deputados coloquem as suas digitais contra os 600 reais, mas que nos permita a disputa, que consigamos argumentar, colocando os dados na mesa, diante inclusive da situação econômica do povo brasileiro, dos aposentados, das mulheres, dos homens trabalhadores que estão desempregados ou subempregados, em empregos precarizados. Que nós consigamos votar os 600 reais, que terão que ser pagos retroativamente. Que consigamos inclusive elevar esse valor para aqueles que estão contemplados em outras leis, como a Lei Aldir Blanc e a Lei da Agricultura Familiar, leis em relação às quais precisamos derrubar os vetos, e também para os indígenas e para a população quilombola. Nós precisamos garantir esse valor para aqueles que estão beneficiados em outras leis.

Além disso, Sr. Presidente, é importante dizer que nós precisamos votar o orçamento. Para isso, precisamos debatê-lo na Comissão de Orçamento. Ele não pode vir direto para o plenário, porque aqui nós

não vamos conseguir negociar os conteúdos gravíssimos do orçamento proposto. Nesse orçamento, retira-se dinheiro do SUS, retira-se dinheiro da educação, retira-se dinheiro da ciência e tecnologia, retira-se dinheiro da infraestrutura.

A emenda do teto de gastos é um limitador grave, inclusive para uma reforma tributária progressiva. Nós podemos tributar os ricos, tributar patrimônio, tributar heranças.

Com o teto de gastos, nós não vamos conseguir gastar. Nós precisamos quebrar esse muro, quebrar esse obstáculo. O teto de gastos impede que o recurso vá para onde ele precisa ir para salvar vidas, para salvar empregos, para girar a economia, para ser usado na Previdência Social, na seguridade, na infraestrutura, no desenvolvimento nacional, no desenvolvimento da ciência, na vacina. Nós precisamos quebrar essa emenda, que é uma inovação puramente brasileira. Não existe no planeta um país com um congelamento em sua Constituição! Nós precisamos acabar com isso, que é um torniquete no pescoço de todos os governos.

E não adianta um Deputado ir para a tribuna dizer que os Governadores e os Prefeitos não estão fazendo o auxílio emergencial. Os Governadores e os Prefeitos reduziram as suas arrecadações e não têm maquininha para rodar dinheiro. Isso tem que ser feito no âmbito do Governo Federal mesmo.

A agenda deste Governo é corrupta, repito, não só porque a família está envolvida com rachadinhas, com a milícia, com o Queiroz, que bota dinheiro na conta da família e da Primeira-Dama, e com o uso de dinheiro vivo para comprar coisas; não só porque o Vice-Líder do Governo, que tem quase união estável com o Bolsonaro, como ele próprio disse, coloca dinheiro nas nádegas; não só porque existem Ministros que já estão denunciados ou com processos, como o Ministro fujão da Educação, que está com inquérito no Supremo, o Ministro do Turismo, o Ministro do Meio Ambiente e também o Ministro da SECOM, que tem denúncias gravíssimas; mas porque são diversas as medidas corruptas de intervenção na Polícia Federal. Como pode um Presidente dizer que acabou com a Lava-Jato, como se ele fosse fazer ingerências no Ministério Público e no Poder Judiciário? É isso mesmo? *"Acabou a corrupção no meu Governo!"* Como ele pode anunciar uma coisa dessas, e, logo depois, o Vice-Líder do seu Governo ser apanhado nessa situação?

Mas a pior corrupção é a que ele faz com o mercado, doando, em licitações espúrias ou sem licitação, as empresas públicas brasileiras ao mercado, submetendo-se ao Governo americano. É assim que é a corrupção: com o mercado. Essa é a corrupção maior do Sr. Guedes e do Sr. Bolsonaro, que fazem transações espúrias entre o Banco do

Brasil e o Banco Pactual. Essa é a corrupção maior, que fica ali escondida num discurso de privatização, de salvamento da economia brasileira. Essa é a principal corrupção deste Governo, que não aparece, que tem uma falsa legalidade.

Mas é preciso dizer que este Governo é fruto de um processo golpista e tem as suas representações nas cidades que fazem igual a ele. Este Governo é um mercador da morte, que induz ao uso de substâncias que não são eficazes, que tira dinheiro da saúde, que induz ao não uso da vacina. Este Governo é corrupto, negacionista da ciência, induz a comportamentos erráticos, usa *fake news* e é fruto de um processo golpista, como aconteceu no nosso entorno, na América Latina inteira: no Equador, na Bolívia, na Argentina. Na Venezuela, tentaram e não conseguiram, mas fizeram isso em Honduras, fizeram isso no Brasil. Mas o entorno começa a responder. A Argentina já reagiu. A Bolívia já reagiu. Espero que o Equador e o Chile façam o mesmo.

E espero sinceramente que ocorra a derrota de Trump na América. Será um grande alívio para o mundo se esse Trump for derrotado. É esta a nossa expectativa nas eleições de novembro: que o Trump sofra uma derrota, para que tenhamos um certo alívio dessa pressão, que é muito parecida com essa negação da ciência, com esse discurso fascista, violento, que amplia o preconceito, inclusive o preconceito racial e o preconceito contra as mulheres.

Nós estamos reagindo a essa violência política de gênero, que só aumenta, inclusive neste momento das eleições, e esperamos que essa reação se intensifique também no povo brasileiro. Nós vamos conseguir fazer essa reação crescer, porque o povo está começando a rejeitar essa visão preconceituosa de pulsão pelo ódio, de pulsão pela violência, de propaganda enganosa, esse comportamento em relação à pandemia, esse comportamento de degradação ambiental no Brasil, esses crimes contra o meio ambiente, esses crimes contra a população indígena, contra a negritude brasileira, contra a população majoritariamente negra do Brasil, o preconceito e o feminicídio, que crescem no Brasil, e o preconceito contra as mulheres na política.

É essa a luta que nós vamos desenvolver para salvar a democracia e a liberdade no Brasil. Isso não vai tardar. Eu sinceramente acredito no povo brasileiro e tenho certeza de que os partidos que compõem a Oposição no Brasil e também os partidos que, embora não sejam da Esquerda, acreditam na democracia saberão isolar esse tipo de comportamento, esse tipo de política, e nós vamos virar este jogo. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que nós vamos virar este jogo e vamos conseguir respirar outro oxigênio no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.



---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	15:04
Publ.: DCD - 10/21/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Obstrução das votações na Casa, pela Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Fator determinante da omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre a reforma tributária. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Visão retrógrada do Governo Jair Bolsonaro com relação ao meio ambiente. Defesa da realização de reforma tributária com ênfase na taxação de grandes fortunas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais colegas.

Eu venho a esta tribuna para esclarecer as razões que fazem a Oposição obstruir esta sessão. Nós queremos que Medida Provisória nº 1.000 seja pautada e votada na Câmara. Para isso, ela precisa ser lida. É preciso declarar que a medida provisória está na Câmara para que ela tranque a pauta da Câmara, o que não foi feito ainda.

Por que nós não queremos que isso permaneça desse jeito? Porque essa medida provisória reduziu de 600 reais para 300 reais o valor do auxílio emergencial, e este é um momento pelo qual o povo brasileiro passa com grande dificuldade. Os trabalhadores informais, os autônomos, as pessoas que não têm carteira assinada, os desempregados, é tanta gente, Sr. Presidente, precisando do auxílio de 600 reais que nós da Oposição nos recusamos a ficar de braços cruzados olhando a desgraça do povo brasileiro. Por isso, nós estamos na luta na Câmara, obstruindo a sessão, para dizer que nós não aceitaremos que essa medida não seja votada, porque é através da votação dela que nós poderemos repor o valor do auxílio emergencial, retornar aos 600 reais.

Existe uma emenda de minha autoria com essa finalidade. É a Emenda nº 4. Se ela for aprovada, nessa votação o auxílio voltará a ser de 600 reais, não será mais de 300 reais.

Então, nós, da Oposição, estamos fazendo uma coisa concreta para exigir que o auxílio emergencial volte para 600 reais. Estamos usando a força do nosso número, dos mais de 100 Deputados que nós temos na Câmara, para exigir o retorno do valor do auxílio para 600 reais.

Bolsonaro nunca quis 600 reais. Ele queria 200 reais. Pela pressão do Congresso, com um destaque especial para a luta da Oposição nesse sentido - há que se reconhecer isso -, nós conseguimos, primeiro, elevar o valor para 500 reais, e depois, ao final da votação, chegamos aos 600 reais. Bolsonaro nunca se conformou com isso. Pagou por alguns meses, agora reduziu o valor para 300 reais e fala em cortar o auxílio ao final do ano.

O Governo brasileiro quer entregar os brasileiros à sua própria sorte, quer lavar as mãos, quer dizer: *"Isso é problema de cada brasileiro. Cada brasileiro que se vire e dê o seu jeito para sobreviver"*. Nós da oposição ao Governo Bolsonaro não aceitamos isso. Não diremos isso. Estamos dizendo: *"Exigimos que o valor do auxílio retorne para 600 reais"*.

Mais cedo, no começo da sessão, um colega do Maranhão perguntou: *"Mas de onde a Oposição quer tirar dinheiro para pagar o auxílio emergencial?"* Da reforma tributária que o Bolsonaro prometeu fazer, mas não quer fazer. Por que o Governo Bolsonaro não fala mais em reforma tributária? Porque, na reforma tributária, vai ficar claro que o Governo está do lado dos banqueiros. Ele não quer aumentar a tributação, os impostos dos banqueiros. Bolsonaro quer cobrar imposto apenas da classe média e das classes populares, dos trabalhadores que mais trabalham e menos ganham. É por isso que a reforma tributária não anda na Casa.

Por que agora só se fala da reforma administrativa, que chegou depois para debate na Casa? Para fazer uma cortina de fumaça e não se falar mais da reforma tributária, porque o Governo Bolsonaro não quer fazer reforma tributária. A reforma tributária não era um consenso, não era aquela que todo mundo queria, que tinha que ser feita, que viria logo depois da reforma da Previdência?!

Pois é. Mas o Governo Bolsonaro não quer fazer a reforma tributária, quer fazer a reforma administrativa, que só mexe com os servidores públicos, a quem o Governo quer novamente demonizar, como se todos os problemas do Brasil fossem culpa dos servidores públicos.

Nós queremos fazer primeiro a reforma tributária, para garantir que a tributação chegue ao andar de cima, para que o Brasil deixe de ser o paraíso dos super-ricos, para que os tributos não sejam cobrados apenas da classe média e das classes populares.

Talvez alguém aqui pergunte: "Mas é preciso fazer uma reforma administrativa também, Deputado Molon?" Claro que é. Nós somos a favor de fazer uma reforma administrativa, mas uma que profissionalize o serviço público, que melhore o serviço público, que o torne mais protegido das indicações políticas. E a reforma administrativa mandada por Bolsonaro faz o contrário: desprofissionaliza o serviço público, abre as portas para as indicações políticas, até mesmo para cargos técnicos.

Se a reforma administrativa de Bolsonaro passar, pode ser que tenhamos indicação política até para fiscal do IBAMA. Aliás, talvez seja isto que Bolsonaro e o anti-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, querem: indicações políticas, para que haja fiscais do IBAMA que no multem ninguém, já que, afinal de contas, o Governo odeia os órgãos de proteção ambiental. O Governo acha que desenvolver o País é destruir o meio ambiente, uma visão atrasada.

Então, a reforma administrativa que precisa - precisa! - ser feita no Brasil é uma para aperfeiçoar o serviço público, para servir melhor a população, e não para desmontar o serviço público, como faz essa proposta de reforma administrativa de Bolsonaro.

Portanto, queremos uma reforma tributária que tribute o andar de cima e queremos uma reforma administrativa que melhore o serviço público, e não uma que o desmonte, abrindo a porteira para indicações políticas ou, como diria o anti-Ministro do Meio Ambiente, para que passe a boiada dele, destruindo o meio ambiente e desmontando a proteção ambiental no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 58/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	15:12
Publ.: DCD - 10/21/2020 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de retomada do crescimento econômico brasileiro. Defesa de utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, para a geração de emprego e renda e combate as desigualdades regionais. Elevado potencial de investimentos da carteira de crédito do Ministério do Desenvolvimento Regional. Necessidade de modernização dos mecanismos de administração e execução dos fundos de

investimentos. Relevância das concessões e das parcerias público-privadas. Apelo ao Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, de encaminhamento à Casa de proposta de utilização de recursos dos fundos de desenvolvimento regional. Agradecimento ao Presidente da República pela edição de decreto sobre a renovação do crédito presumido da produção de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

---

**O SR. MARCELO RAMOS** (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero tratar de um tema que diz respeito às profundas desigualdades regionais do nosso País, agravadas pela pandemia do coronavírus.

Há necessidade de retomada do crescimento, da geração de emprego, da geração de renda, da diminuição das desigualdades a partir do momento pós-pandemia. Essa retomada necessariamente passa por alguma capacidade de investimento público. Por outro lado, essa capacidade, essa coragem de realizar investimento público precisa estar limitada pela responsabilidade fiscal de não tirar o País ilusoriamente da crise, com um pico de crescimento e com um aprofundamento ainda maior da miséria e da desigualdade no médio e longo prazos.

Portanto, o Estado brasileiro deveria fazer tudo - endividar-se, manter e aumentar o valor do auxílio emergencial, ter recursos para o investimento em infraestrutura -, mas isso certamente traria graves consequências no médio e longo prazo, e o Brasil já assistiu a isso num passado recente. Todo populismo fiscal tem consequências graves: dá um suspiro de crescimento, dá um suspiro de diminuição de desigualdade, mas depois leva o povo para um sofrimento ainda maior, para uma crise ainda maior e para uma desigualdade ainda maior.

Dizer que o Brasil é um País desigual é uma simples constatação. O Norte do Brasil concentra 9% da população, mas apenas 5,6% do PIB. No Nordeste, a desigualdade é ainda maior: lá se concentram 27% da população, mas apenas 14,5% do PIB. A população do Nordeste é quase o dobro, em percentual, do que o Nordeste representa no PIB brasileiro. Por outro lado, o Sudeste concentra 42% da população e 53% do PIB. Há uma absurda concentração, que aprofunda as desigualdades regionais.

Diante disso, o Constituinte originário, aquele que escreveu a Constituição de 1988, previu alguns mecanismos de atenuação dessas desigualdades, entre eles os fundos de desenvolvimento: o FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, criados em 2001 e que passaram a ter orçamento a partir de 2006, e o FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado em 2009. Em 2012, nós tivemos a financeirização



desses três fundos. Mas vejam só: em 14 anos, esses fundos aprovaram e executaram apenas 60 projetos, Deputado. De 43 bilhões de reais disponibilizados nesses três fundos, foram executados, em 14 anos, apenas 15,2 bilhões de reais. São recursos que poderiam estar na economia do Centro-Oeste, do Nordeste, do Norte, gerando emprego, gerando renda, combatendo as desigualdades, e que estão represados nos cofres do Governo Federal.

Para vocês terem uma ideia, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, de 2006 a 2020, teve 15,2 bilhões de reais disponibilizados e apenas 4,7 bilhões de reais contratados, menos de um terço. O Fundo do Nordeste teve 21,4 bilhões de reais disponibilizados e apenas 8,8 bilhões de reais contratados, também um terço. O Fundo do Centro-Oeste teve 6,3 bilhões de reais disponibilizados e 1,8 bilhão de reais contratados, menos de um terço. Isso ocorre porque há um excesso de burocracia, porque o único mecanismo é o de crédito bancário, com todo o risco para o agente financeiro. Os processos de busca de acesso a esses créditos nos fundos de desenvolvimento chegam a demorar 550 dias - são quase 2 anos para haver acesso ao crédito! Além do mais, esses créditos foram criados negando algo que há de moderno e que garante a entrada de dinheiro privado para investimentos em infraestrutura, que são as PPPs - parcerias público-privadas e os mecanismos de concessão.

O potencial de investimento da carteira do Ministério de Desenvolvimento Regional em 10 anos é de 700 bilhões na área do saneamento, de 235 bilhões na área da mobilidade e de 27 bilhões na área da iluminação. Nós estamos fazendo o levantamento do potencial na área de gasodutos, em especial na Região Norte. Trata-se de uma área que precisa receber cuidados e atenção. Portanto, a carteira de crédito do MDR totaliza 962 bilhões. Entretanto, os órgãos estruturadores de projetos no Brasil são o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O BNDES, nos últimos 4 anos, estruturou 55 bilhões, e a Caixa Econômica, 8 bilhões, totalizando 63 bilhões de reais. Como eu disse, são 962 bilhões a carteira de crédito do MDR, e, em 4 anos, em se tratando da elaboração de projetos estruturantes, são apenas 63 bilhões.

Nós precisamos modernizar os mecanismos de administração e de execução dos fundos de desenvolvimento, multiplicando o número de projetos viáveis executados por meio de PPPs e de concessões, viabilizando as PPPs mediante instrumentos de garantia e criando mecanismos de crédito complementar ao financiamento bancário pelo estímulo a créditos também do fundo de investimento privado, pela estruturação de projetos, pela concessão de garantias, bem como pelos fundos como coinvestidores em fundos de investimento.

Um belo exemplo disso, Deputado Luis Miranda, foi a concessão da





Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas, posta à venda na bolsa de valores B3 por 25 milhões de reais, arrebatada ao final por 2 bilhões de reais, com 13 mil por cento de ágio. Isso demonstra que há um desejo do investidor privado em investimentos na área de infraestrutura, em saneamento básico, em mobilidade urbana, em iluminação pública, em gás, porém o Brasil precisa criar as condições necessárias para isso.

Diante disso, nós temos dialogado, sob a orientação do Deputado João Maia, em prol da elaboração de um projeto de lei para reduzir as taxas bancárias de administração e as taxas *del credere* dos fundos de desenvolvimento, que hoje variam de 3%, quando o risco é compartilhado, a 6%, quando o risco é exclusivo da instituição bancária, enquanto no mercado a taxa de administração do FGTS, por exemplo, é de 0,5%. Estas taxas estão completamente fora da realidade!

Se nós reduzirmos as taxas de administração e a taxa *del credere*, nós poderemos, em 2021, encontrar, só com esta economia, 1,4 bilhão de reais de espaço fiscal.

Estes recursos seriam utilizados para a criação de projetos estruturantes, que seriam licitados por meio de parcerias público-privadas e de concessões com a capacidade de arrecadação de 100 bilhões de reais.

Nós estamos falando em abrir o espaço fiscal, em não colocar em risco o teto de gastos, em elaborar projetos estruturantes com 1 bilhão e 400 milhões, com o potencial de arrecadar 100 bilhões de reais para o ano de 2021. Esta iniciativa é absolutamente urgente no Brasil!

Eu quero fazer um apelo ao Ministro Rogério Marinho, do MDR, que, com sua equipe técnica, tem tratado este assunto com todo o cuidado, para que agilize o encaminhamento de um projeto de lei ou uma medida provisória para entrarmos em 2021 com uma nova realidade dos fundos de desenvolvimento regional.

Dito isso, Sr. Presidente, quero usar os 30 segundos finais para fazer um agradecimento ao Presidente da República, que publicou decreto que renova o crédito presumido da fabricação de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus. O crédito presumido, de 8%, que tinha prazo de vencimento em 1º de janeiro, foi prorrogado pelo Presidente da República, o que garante segurança jurídica e sustentabilidade para este polo tão importante da Zona Franca de Manaus. Mas nós precisamos da outra ponta: que a Receita Federal atenda ao comando da lei, à decisão transitada e julgada do Supremo Tribunal Federal, e reconheça o crédito presumido gerado pela venda

de concentrados de refrigerantes.

Muito obrigado.

---

Documento 59/72

---

115.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/10/2020-15:24
Publ.: DCD 10/21/2020 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Alcance do patamar de 154 mil mortes e 5 milhões de contaminados pelo coronavírus no País. Elevado número de indígenas atingidos pela doença. Falecimento do líder do povo sateré-mawé, Amado Menezes, em decorrência da Covid-19. Protesto contra a não inclusão de indígenas e profissionais da saúde na medida provisória sobre a criação de barreira sanitária destinada à proteção de aldeias contra o coronavírus. Apresentação, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de emendas para melhoria da referida medida provisória e atendimento ao disposto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709, de 2020, sobre a adoção de medidas governamentais de proteção e promoção da saúde das populações indígenas. Não implementação da Lei Federal nº 14.021, de 2020, acerca da adoção de medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; da criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; da adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da Covid-19; e da alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública. Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre ação envolvendo o povo indígena xokleng, do Estado de Santa Catarina. Devastação da biodiversidade brasileira. Protesto contra a retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da ex-Senadora Marina Silva da lista de personalidades negras brasileiras. Indignação com o desvio de recursos públicos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de punição de envolvidos em atos de corrupção. Imediata inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, relativa à instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante.**

Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros desta Casa, sociedade brasileira que nos acompanha neste momento, eu gostaria, em primeiro lugar, de manifestar minha solidariedade a todas as vítimas da COVID-19.

Nós já estamos quase terminando 2020, um ano trágico para o povo brasileiro, na gestão do atual Governo. Soma-se a isso a pandemia do novo coronavírus, que já levou a óbito mais de 154 mil vítimas e produziu mais de 5 milhões de infectados em todo o Brasil. A situação é ainda mais grave nas comunidades indígenas, onde temos mais de 37 mil infectados pela pandemia, conforme dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB.

A mais recente vítima da COVID-19 foi o líder Amado Menezes, de 64 anos, do povo sateré-mawé, do Amazonas, Estado do nosso Líder Marcelo Ramos, que acabou de falar. Amado Menezes era um dos fundadores da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. Nos últimos dias, ele atuava na barreira sanitária da sua comunidade. A propósito, o Governo emitiu recentemente uma medida provisória para estabelecer sua vontade de efetuar uma interferência política que se relaciona com a ADPF 709, que está em trâmite no Supremo Tribunal Federal, barreira que este Governo ainda não implementou.

Com isso, o Governo envia para o Congresso Nacional medida provisória para criar uma barreira sanitária, indicando, no entanto, que os profissionais que nela atuarão serão seguros públicos, não profissionais da saúde, mas seguros relacionados apenas à questão policial, sem nenhuma previsão de participação dos povos indígenas. Como o próprio nome diz, trata-se de uma "barreira sanitária". Portanto, deveria prever a participação pelo menos dos agentes e dos profissionais da saúde.

Pela avaliação de que esta demanda estaria sendo discutida na sala de situação da ADPF 709, por não ter havido nenhuma consulta aos povos indígenas, nós, Parlamentares que atuamos ativamente na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, apresentamos dezenas de emendas para melhorar a proposta e atender ao disposto na ADPF 709. O Governo precisa saber ouvir, dialogar e, acima de tudo, respeitar os direitos dos povos indígenas. Até o momento, não foi implementada a Lei nº 14.021, aprovada quase por unanimidade. Os povos indígenas até hoje não viram a implementação desta lei.

Aproveito o momento para reforçar a luta dos povos indígenas em um caso de repercussão geral que estará na pauta do dia 28 de outubro no Supremo Tribunal Federal. Será discutido o caso do povo xokleng, de Santa Catarina, no entanto a decisão do Supremo Tribunal Federal vai

afetar todos os povos indígenas e todas as terras indígenas no Brasil.

O que está em questão é o direito originário às terras, direito que nossa Constituição assegurou justamente para proteger a vida dos povos indígenas. Todavia, o que muitos querem é estabelecer um marco temporal, uma tese que vai de encontro aos princípios da Constituição Federal. Nossos direitos territoriais não começam com a promulgação da nossa Constituição - eles já vêm de muito tempo. Os povos indígenas já convivem com muitos ataques e retrocessos neste Governo, e esta seria mais uma injustiça no País.

Nós estamos pedindo aos Parlamentares e à Suprema Corte que se sensibilizem com esta causa, que não é somente dos povos indígenas, mas de todos os brasileiros. Os povos indígenas têm o direito de ver respeitados seus direitos.

Falando da questão ambiental, vemos que a situação está cada vez mais grave. Nós temos visto o avanço dos incêndios, para os quais não há uma resposta rápida, o que acaba destruindo nossa biodiversidade, nossa vida. Diversos estudos científicos e publicações constataam os retrocessos que temos visto nos últimos tempos no Brasil. A situação piora, os ataques continuam.

Eu quero registrar meu repúdio ao ataque de que foi vítima nossa líder Marina Silva, que teve seu nome retirado, pelo Ministério da Cultura, da lista de personalidades. Ela não é simplesmente a líder da Rede Sustentabilidade, mas uma personalidade, alguém que combate o racismo no nosso País e que defende o meio ambiente e os direitos sociais.

Eu não poderia deixar de repudiar os atos de corrupção praticados no nosso País e, mais recentemente, no meu Estado de Roraima. Estou falando do vergonhoso episódio que ocorreu em plena pandemia. Enquanto famílias perdem seus entes queridos e pessoas estão nos hospitais, recursos destinados para o enfrentamento da COVID-19 são desviados, o que é um verdadeiro descaso. Isso é intolerável, Sr. Presidente! Nós precisamos combater a corrupção. É preciso punir quem comete atos como este. Nós não podemos aceitar a impunidade. É preciso ter respeito à vida da nossa população.

Aproveito para reforçar que é preciso colocar em paula a Medida Provisória nº 1.000, Sr. Presidente, em prol das famílias carentes, que precisam de recursos para sobreviver. Caso contrário, nós vamos continuar discutindo as obstruções nas sessões da Câmara. Pelos direitos do povo brasileiro mais pobre e excluído, eu reforço o pedido da Oposição para se incluir a Medida Provisória nº 1.000 na pauta.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado pelo

programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 60/72

---

115.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/10/2020- CD	16:00
Publ.: DCD - 10/21/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de retomada da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Defesa de extinção do foro privilegiado. Importância da restrição do acesso aos recursos públicos para combate à corrupção. Natureza vexaminosa da ocultação, por Senador da República, de dinheiro vivo em seus trajes íntimos. Não votação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 1.485, de 2020, de autoria da Deputada Adriana Ventura, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), e das Leis de nºs 8.666, de 1993, e 12.850, de 2013, com vista ao combate ao desvio de recursos destinados ao enfrentamento de estado de calamidade pública. Indignação do orador com a assunção do cargo de Senador da República pelo filho do Titular afastado por prática de corrupção. Necessidade de realização da reforma política. Posicionamento do orador contrário à assunção, pelo Desembargador Kassio Nunes Marques, do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicio dizendo que nós aprovamos aqui na Câmara dos Deputados dupla pena para casos de corrupção durante a pandemia do coronavírus. Temos repetido sempre que a pena que já existe para casos de corrupção tem que ser cumprida. Por isso, somos a favor de prisão em segunda instância. Estamos batalhando para que volte à pauta deste Congresso Nacional a discussão da PEC da segunda instância.

Hoje de manhã, o Presidente Rodrigo Maia disse a nós da bancada do NOVO que a votaremos este ano ainda, o que para nós é uma notícia muito positiva. Estamos chegando ao final do ano e, no mínimo, temos que votar ainda este ano a volta da prisão em segunda instância por meio de uma PEC.



Precisamos acabar também com essa proliferação de foro privilegiado. E precisamos acabar de vez com a prática deslavada de corrupção, por meio de uma redução do acesso a recursos públicos por políticos corruptos e burocratas corruptos ou incompetentes.

Sinceramente, Sr. Presidente, apesar de esta Câmara ter votado dupla pena por corrupção, Deputado Reinhold Stephanes Junior - dirijo-me a V.Exa., que tem experiência na política e tem trilhado também uma trajetória de combate à corrupção e de fiscalização -, foi uma vergonha o que nós vimos na semana passada, um Senador sendo pilhado com dinheiro na cueca! E há algo pior do que isso, e nem vou mencionar desta tribuna, porque, para mim, quebra de decoro já foi inclusive aquilo que foi veiculado na imprensa. Se eu dissesse desta tribuna aquilo que foi veiculado na imprensa, sinceramente, Sr. Presidente, eu me sentiria mal. Ler aquilo que saiu na imprensa, sinceramente - repito esta palavra, mais uma vez -, deixa-me envergonhado como Parlamentar, por mais honesto que eu seja todos os dias e pareça ser também. Foi uma vergonha o que nós vimos acontecer.

E o Senado está com o nosso projeto, aprovado nesta Casa, o da Deputada Adriana Ventura. Foi aprovado quase todos os partidos. Só o PT, o PCdoB e o PSOL foram contra. Imaginem V.Exas. por quê. À dupla pena para casos de corrupção, só eles, Deputado Reinhold Stephanes Junior, foram contra. Foi aprovada a dupla pena por corrupção, mas o projeto está parado lá no Senado Federal, onde agora há um Senador que se afasta, para que o seu suplente assuma.

Aliás, o Democratas fez muito bem em afastá-lo também das funções partidárias, Presidente Luis Miranda. Mas quem assumiu?! O próprio filho do Deputado afastado. Temos que acabar com isso no Brasil! O filho do Senador que se afastou é seu suplente e vai assumir o lugar do pai durante esse período! Nós precisamos de uma reforma política séria, para não deixarmos o cidadão descrente.

Quero concluir dizendo que vejo aqui que três Senadores da República, Senador Alvaro Dias, Senador Oriovisto Guimarães e Senador Flávio Arns, decidiram não estar amanhã na sabatina de Kassio Nunes e nem votar na sabatina de Jorge Oliveira. Eu já disse várias vezes que não tenho nada pessoal contra ambos, nem os conheço tão profundamente ou intimamente. E acho que é bom que não conheçamos pessoalmente muitos dos indicados. Mas as indicações políticas, da forma como têm sido feitas na história do Brasil, lamentavelmente estão levando a Suprema Corte a um processo de politização - deveria ser judicial, muito mais do que política - e o Tribunal de Contas a um processo de politização, quando deveria ser muito mais técnico e contábil, e não político.

É por isso que estou sempre me manifestando contrariamente à

confirmação do nome de Kassio Nunes. Para mim é suficiente o que já apareceu na mídia, as suas pós-graduações fraudulentas, mentirosas, no seu currículo. Não é verdade aquilo que ali está. E ele agora teve que acorrer a eufemismos para que o Relator pudesse dar positivamente o seu parecer.

Sinceramente, Sr. Presidente, não podemos continuar dessa forma. Os Senadores decidiram não votar porque acreditam que deve ser por meritocracia. Não sei. Os Senadores, ao meu ver, deveriam inclusive estar lá e votar contra. Alguns estarão. Tomara que não passe. Mas imagino que eles já imaginem também que vai passar. Eu acho isso uma pena para o Brasil. Nós precisamos ter uma Corte mais judicial, um Tribunal de Contas mais técnico e contábil. E precisamos de um combate à corrupção verdadeiro.

Dupla pena para casos de corrupção aprovada no Senado já! E a volta da segunda instância!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 61/72

---

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:08
Publ.: DCD - 10/28/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da realização de ampla vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do registro de 147 mil mortes no País em decorrência da doença. Contrariedade à proposta do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, favorável à reformulação da Carta Magna.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -  
Muito obrigada, Sr. Presidente. É um prazer revê-lo!

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro, eu quero falar sobre o direito à vacina contra a COVID-19. Assegurar o acesso à vacina significa defender a vida, e a defesa da vida vem se tornando uma palavra de ordem cada vez mais enfática em nosso País. Isso não se dá à toa.

No dia de ontem, o Brasil passou de 147 mil vítimas perdidas. Eu tenho repetido isso, sem ouvir uma palavra sequer do Sr. Jair Bolsonaro de

solidariedade às famílias enlutadas, famílias que perderam parentes, amigos e conhecidos, bem como à ciência, que perdeu diversos dos seus quadros. Isso, sem dúvida alguma, é algo absolutamente estarrecedor.

Não é possível que este Congresso Nacional escute calado o Presidente da República gerar teorias absolutamente sem nenhuma solidez de que a vacina está ligada a uma decisão individual. Se nós não tivéssemos feito no Brasil campanhas vitoriosas, transformando a vacinação, por exemplo, contra a poliomielite em algo prazeroso, com o Zé Gotinha, ainda hoje nós teríamos, de maneira extremamente espalhada pelo Brasil, pessoas sequeladas pela poliomielite. Nós sabemos quantos brasileiros hoje carregam consigo as sequelas desta virose, e olhem que houve uma campanha espetacular contra a poliomielite!

O Ministério da Saúde, cujo Ministro é um general que demonstrou vocação para soldado ao ser humilhado publicamente pelo Presidente da República, deveria imediatamente iniciar a campanha pela vacinação, independentemente de quais vacinas venham a ser adotadas, porque tudo depende do estágio dos testes e da eficácia das vacinas, e não da nacionalidade dos cientistas ou das empresas que estão produzindo a patente original, à qual eu espero que o Brasil se convenie para garantir a compra imediatamente, após a comprovação da eficácia das vacinas. Espero que todas as vacinas eficazes tenham no Brasil a garantia de acesso após a aprovação da ANVISA.

Por último, Sr. Presidente, eu quero dizer que ontem o Líder do Governo na Câmara foi altamente infeliz ao dizer que a Constituição precisa ser reformada, quando, na verdade, a Constituição ainda tem artigos que precisam ser regulamentados e postos em prática. O que este Congresso precisa fazer, ao contrário, é deixar de emendar todos os meses a Constituição - nós já temos mais de 100 emendas -, e não mudar a Constituição ao sabor dos ventos.

Nós não podemos aceitar um novo golpe! O último golpe deste País que anda em movimento pendular foi em 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff. Não vamos aceitar mais isso, em defesa da Constituição! Nós estamos em defesa da democracia.

Muito obrigada.

---

*Sumário*

Perplexidade ante o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Devastação da biodiversidade brasileira.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, eu quero, mais uma vez, estranhar a atitude do Presidente Bolsonaro no que diz respeito à atenção às mais de 157 mil pessoas que já perderam suas vidas por causa do coronavírus. O Presidente, parece-me, deliberadamente, decidiu que não vai investir na possibilidade de dar o tratamento necessário ao povo e não vai ajudar para que se faça a testagem em massa da população brasileira.

Sr. Presidente, nós estamos diante de uma crise sanitária muito grande. Esta crise sanitária tem sido transformada pelo Presidente Bolsonaro numa crise política, dada a sua posição de não atender aos reclames dos Srs. Governadores e das Sras. Governadoras que, embora aceitem perfeitamente, estranham a atitude de Bolsonaro.

O Presidente precisa deixar de ser garoto-propaganda da cloroquina, que, até então, não tem nenhum resultado eficaz comprovado. Nós temos órgãos de qualidade, como o Instituto Butantan, que faz todas as pesquisas necessárias. No Rio de Janeiro, nós temos a FIOCRUZ, além das nossas universidades e faculdades que também estão fazendo pesquisas importantes. Nós temos brasileiros e brasileiras que atuam com qualidade nestas pesquisas. Já temos três vacinas comprovadamente prontas para ser testadas até o início de 2021.

No entanto, o Presidente da República insiste em dizer que não vai vacinar ou testar o povo brasileiro. É ideológica a decisão de Bolsonaro! Não faz sentido ele dizer que não quer a vacina produzida pela China ou pela Rússia e, no entanto, deixar acontecer o que é pior, o que é danoso para a população brasileira. Estou falando das queimadas, situação que estamos acompanhando, que matam e destroem nosso meio ambiente, nossas plantações, nossa produção alimentícia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País. Natureza histórica da aprovação de plebiscito sobre a reforma da Constituição Federal do Chile. Homenagem à memória do ex-Presidente chileno, Salvador Allende. Eleição do político e economista Luis Arce para a presidência da Bolívia.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, prezados pares.

Hoje, além de homenagear todas as vítimas da COVID-19 no Brasil e de me solidarizar com suas famílias, eu quero fazer uma referência que, a meu ver, é muito grave: o Brasil tem mais de 157 mil mortos. Para que não pare nenhuma dúvida, trago um dado, a título de comparação: a Índia tem praticamente 7 vezes mais população do que o Brasil, e o país não chegou a 120 mil mortos.

Em segundo lugar, quero aproveitar para falar do rico momento vivido pelo povo chileno. Quero cumprimentar e abraçar o povo chileno, que foi vítima da ditadura implantada em 1973 por Pinochet, uma das mais sanguinárias de que se tem notícia. A Constituição pinochista foi escrita e é aplicada desde 1980. Agora houve um plebiscito em que pouco mais de 78% da população chilena votaram para se fazer uma nova Carta Magna. Vão eleger 155 representantes da sociedade para escrevê-la.

O povo chileno está nas ruas desde o ano passado e tem sido duramente reprimido. Para os senhores terem ideia, mais de 300 chilenos sofreram tiros nos olhos, além de assassinatos. Portanto, o povo chileno é corajoso. Nós brasileiros os homenageamos para dizer que hoje eles representam mais uma luz e mais uma estrela que se acende no firmamento da esperança, após uma árdua luta.

Quero, ainda, homenagear Salvador Allende, que não se acovardou. Tendo sido democraticamente eleito, encarou o golpe, saiu morto do Palácio, mas deixou uma mensagem de luta e de humanismo. Hoje, com certeza, o povo chileno honra a tradição de Salvador Allende.

Como terceiro ponto, eu quero fazer referência ao processo da Bolívia. Não podemos esquecer que a Organização dos Estados Americanos, de maneira precipitada e tendenciosa, colocou sob suspeição a vitória, à época, de Evo Morales, candidato do movimento socialista. Evo Morales, que sofreu um golpe, renunciou. Agora o povo boliviano, em menos de 1 ano, elege com 55% dos votos Luis Arce, aquele que foi o



artífice das mudanças do Governo de Evo Morales.

Desejo sucesso a este novo e grande Governo.

Muito obrigado.

---

Documento 64/72

---

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:28
Publ.: DCD - 10/28/2020 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao povo chileno pela aprovação de consulta plebiscitária sobre a convocação de nova Assembleia Nacional Constituinte. Repúdio à proposta de revisão da Carta Magna, defendida pelo Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos provocados pela Covid-19 no País. Defesa de vacinação em massa contra a doença.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Luis Miranda. É bom revê-lo, mesmo que virtualmente!**

Nós estamos comemorando os ventos que na América Latina começam a soprar em defesa do povo. Quero parabenizar os chilenos pelos 78% de votação a favor de mudar a Constituição. E é bom chamar a atenção a isto: eles vão fazer uma Assembleia Nacional exclusiva, com 50% de mulheres na representação.

O que eles querem no Chile, Sr. Presidente, são mais direitos. O que eles querem é ter um sistema de saúde público semelhante ao Sistema Único de Saúde do Brasil.

O que eles querem é ter mais direitos trabalhistas, mais direitos previdenciários, maior distribuição de renda, menor concentração da renda, num país dos mais desiguais.

E é impressionante que, no momento em que o povo chileno está nas ruas lutando e comemorando uma Constituição que eles vão construir para terem mais direitos, temos aqui no Brasil a fala absurda do Ricardo Barros, Líder do Governo Bolsonaro - e não poderia ser diferente. Eu acho que o Deputado falou não só por si, mas com certeza pelo Presidente da República. Vem se aproveitar deste momento para dizer que nós precisamos ter uma nova Constituição no

Brasil para termos menos direitos, porque a nossa Constituição tem muitos direitos.

Deputado Ricardo Barros, a Constituinte de 1988 enterrou a ditadura. Não é possível que V.Exa. queira exumar esse cadáver e ressuscitar a ditadura neste país, quando o Chile está abandonando os resquícios da mais sangrenta ditadura que houve no Cone Sul! Nós não podemos permitir que vocês continuem. Desde que tiraram a Presidenta Dilma, Presidente Luis Miranda, com aquele golpe de Estado de 2016, vocês têm tirado da Constituição direitos trabalhistas e direitos previdenciários. Com a Emenda nº 95 estão tirando a cada ano o direito à saúde, à educação, à assistência social. Vocês estão cortando a Constituição!

E agora estão com pressa. Não querem mais esperar todos os 20 anos da Emenda nº 95 para ir destruindo aos poucos: querem ferir de morte logo, com uma nova Constituição que zere os direitos. Mas isso não vai prosperar, não vai prevalecer. Nós vamos resistir e manter a Constituição e os direitos que ainda não foram destruídos por vocês.

Quero aproveitar este finalzinho para registrar o nosso pesar pelos 157.451 brasileiros mortos no genocídio que o Presidente Bolsonaro vem capitaneando. E nós não podemos entrar nessa guerra das vacinas. Na disputa entre Bolsonaro e Doria, Presidente Luis Miranda, o brasileiro vai ficar com a vacina, porque nós precisamos proteger e salvar as nossas vidas, apesar da politização, do absurdo, da forma irresponsável e criminosa com que o Presidente Bolsonaro tem conduzido este País, no maior genocídio causado pelo coronavírus. Isso nós não podemos deixar de registrar aqui. As vacinas, seja do Butantã, com a China, seja da FIOCRUZ, com a Oxford, todas serão bem-vindas e necessárias!

Sr. Presidente, desde 1975 o Brasil se orgulha de ter um sistema de vacinação público e universal. Temos o maior sistema público de vacinação do mundo, e teremos nele também o coronavírus do Butantã, da FIOCRUZ, e o que mais estiver disponível com segurança e eficácia para a nossa população.

Chega de genocídio! Fora, Bolsonaro!

---

Documento 65/72

---

26.2020.B Sessão Outro Evento 27/10/2020-13:32

Publ.: DCD - LUIS MIRANDA (PRESIDENTE)-DEM -DF  
10/28/2020 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS      DOS BREVES COMUNICAÇÕES      FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA  
FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Contestação a pronunciamento acerca da retirada de direitos dos trabalhadores.  
Apoio à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Eu quase não concordo com tudo. Chamou-me a atenção o "vocês", "vocês", "vocês". Exclua-me do "vocês", porque eu sou a favor de que todo trabalhador tenha seus direitos, sem sombra de dúvida.

Mas concordo plenamente com a história da vacina. Não podemos politizar a vacina. De dentro do meu gabinete, tenho um grande amigo que está há 6 meses na UTI, com dano cerebral, por causa da COVID-19. Vivemos esse drama dentro da nossa vida. Dentro da minha casa, tive familiares meus que pegaram o coronavírus, ficaram internados e sofreram muito. Não é brincadeira a doença. É claro que o brasileiro já se acostumou com a doença, o que não significa que não esteja sofrendo. Acostumar-se é muito diferente de não estar sofrendo. A vacina, venha de onde vier, será bem-vinda e necessária para o povo brasileiro, sem sombra de dúvida. Concordamos, Deputado Jorge Solla.

---

Documento 66/72

---

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:40
Publ.: DCD - 10/28/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões da necessidade de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero pedir a divulgação, nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, desta denúncia que venho fazer.

O Presidente Bolsonaro acabou com o PRONAF, vetou a Lei Assis

Carvalho, que financiaria a produção de alimentos, cortou a renda emergencial pela metade, que agora é de apenas 300 reais, e desmontou o PAA e o PNAE, fazendo com que haja uma carestia de alimentos e uma menor renda por parte dos agricultores e agricultoras familiares. O povo brasileiro está sofrendo com este Governo.

Por isso, nós precisamos derrubar os vetos à Lei Assis Carvalho, para viabilizar a produção de alimentos. O arroz está caro. O óleo está caro. A carne está inviável. Este Governo Bolsonaro é uma calamidade!

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 67/72

---

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:52
Publ.: DCD - 10/28/2020 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações às populações do Chile e da Bolívia por recentes vitórias alcançadas. Necessidade de combate aos grupos políticos milicianos. Fracasso do projeto neoliberal implantado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Alcance da marca de 150 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Anúncio de reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, para debate do avanço da violência no ambiente político. Reiteração do apelo ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Luís Roberto Barroso, por recebimento do Manifesto das Mulheres. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero registrar os meus cumprimentos ao Chile, ao povo chileno, ao povo boliviano, e dizer que no Brasil nós devemos que nos preparar, sim, para assegurar a vitória do nosso povo também contra os projetos genocidas, os projetos de ódio.

Este momento das eleições municipais no Brasil já demonstra um esvaziamento do que alguns chamam bolsonarismo, que é a forma organizada pelos "gabinetes do ódio", pelas milícias digitais ou criminosas de fato que na prática tornam as populações reféns. Esses grupos políticos e milicianos que atuam na política nacional precisam

ser derrotados pelo próprio povo brasileiro.

Nós temos visto, Sr. Presidente, que, mesmo com a dificuldade que o Brasil vive durante todo este ano, a política nacional não articulou melhor forma de enfrentar, manter e garantir a saúde pública, o emprego e a renda.

O projeto deste que foi derrotado no Chile, Paulo Guedes, ou mesmo daqueles que aprovam e incensam Pinochet e Bolsonaro, esse projeto no Brasil não trouxe nada de bom. Ao longo do ano de 2020, com a pandemia, nós não apenas ultrapassamos dramaticamente o número de 150 mil pessoas mortas pelo vírus, como também tivemos o avançar da violência no ambiente político nacional, o avançar da violência por parte do Estado contra a população em grande parte dos Estados brasileiros, segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública.

Eu, portanto, Sr. Presidente, me preocupo com essa condição bélica que a própria política assumiu.

Nesta semana nós teremos uma reunião importante da Frente Parlamentar pelos Direitos Humanos para denunciar a violência política no Brasil. Lançamos um manifesto contra as milícias digitais e pelo direito das mulheres - Manuela D'Ávila, Luizianne Lins, Benedita da Silva -, todas as mulheres, de disputarem as eleições com igualdade e sem os ataques vis e covardes que têm sido propagados nas redes e as mentiras que têm sido apresentadas.

Peço novamente, de público, ao Ministro Barroso, Presidente do TSE, que receba o Manifesto das Mulheres, porque as mulheres estão indignadas diante de ataques e não têm tido as respostas devidas.

Não é possível só lançarmos campanhas contra as *fake news*. Nós temos que enfrentar as *fake news* e saber que a violência política e, sobretudo, a violência de gênero tem que ter um fim. E esse fim só irá acontecer quando não valer a pena utilizar-se da violência política e dos crimes de ódio, através da Internet, contra as mulheres, contra a democracia e contra os direitos do povo brasileiro.

Por tudo isso, Sr. Presidente, continuo dizendo: Fora, Bolsonaro! Viva o Brasil!

Muito obrigada.



10/28/2020 -

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

FALA DO PRESIDENTE OU NO  
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA  
FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Informação ao Deputado André Janones sobre a apresentação de requerimento de apreciação em regime de urgência da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Luis Miranda. DEM - DF) - Obrigado, Deputada.

Antes de passar a palavra para o Deputado Fernando Rodolfo, que se encontra em plenário, quero fazer um comunicado. Na última sessão, enquanto eu estava aqui presidindo os Breves Comunicados, o Deputado André Janones me pediu para intervir na pauta junto ao Presidente Rodrigo Maia.

Deputado André Janones, por um modelo democrático, o que eu fiz foi apresentar um requerimento. E todos os Parlamentares podem assinar o requerimento de urgência para pautar a MP 1.000 e demonstrar se querem ou não que ela realmente venha a ocupar a pauta. Dessa forma, tira-se esse peso sempre das costas do Presidente Rodrigo Maia.

Está nas mãos dos Parlamentares agora. Cabe a V.Exa., Deputado André Janones - fiz minha parte -, e aos demais Parlamentares demonstrar o real desejo em pautar a MP 1.000 e, obviamente, em plenário, fazer as mudanças, se for possível que sejam feitas.

Tem a palavra agora o Deputado Fernando Rodolfo, por 3 minutos.

---

Documento 69/72

---

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:56
Publ.: DCD - 10/28/2020 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à proposta de alteração das regras de reajuste salarial de professores, em estudo pelo Governo Federal. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre o

disciplinamento do acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; bem como da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e da alteração das Leis de nºs 7.689, de 1988, e 8.212, de 1991.

---

**O SR. FERNANDO RODOLFO** (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da *TV Câmara*, venho hoje demonstrar minha indignação com a proposta que está sendo estudada pelo Governo do Presidente Bolsonaro que muda a regra de reajuste para o salário do professor. Nós tivemos, em 2008, um grande avanço com o Presidente Lula, que foi a Lei do Piso, a sanção da Lei do Piso. Agora o Governo Bolsonaro estuda mudar essa regra, colocando como parâmetro a inflação.

Ora, se isso já estivesse valendo em 2020, por exemplo, o reajuste do professor teria sido de 4,6%, em vez de 12,84%. Já é muito pouco um reajuste de 12,84% para um profissional que trabalha tanto e que é tão importante para o Brasil como é o professor. Imagine, então, um reajuste de 4,6%.

O piso do professor hoje é de 2.886 reais. Só o auxílio-moradia do Ministro Paulo Guedes - que é quem está planejando fazer essa medida provisória - é de 7.733 reais, ou seja, só o auxílio-moradia do Ministro Paulo Guedes é quase 3 vezes mais que o salário de um professor.

Como nós vamos falar em investir na educação, em valorizar o profissional da educação, que é o professor, com uma medida como essa? Isso não tem o meu apoio. O meu partido faz parte da base do Governo, mas eu sou Governo quando o Governo defende o que é bom para o Brasil. Nesse caso, eu serei contra e vou lutar contra aqui neste plenário.

Estou também lutando contra o veto do rateio dos precatórios do FUNDEF, que foi outro absurdo provocado pelo Presidente Bolsonaro, negando um direito que é do professor. Nós estamos aqui prestes a derrubar esse veto nos próximos dias. Vamos lutar como gigantes aqui neste plenário para que essa mudança proposta pelo Governo não seja aprovada.

Nós não podemos permitir que isso aconteça. Qual é o incentivo que nós vamos dar ao professor brasileiro, que, nesta pandemia, teve que se reinventar? Qual é o incentivo que nós vamos dar a ele, dizendo que o reajuste que ele vai ter anual vai ser baseado na inflação? O

incentivo é zero para esse profissional. O incentivo é zero para o professor.

Eu vi professor que, agora na pandemia, por exemplo, lá em Angelim, no agreste de Pernambuco, teve que pegar uma bicicleta para levar tarefa para os alunos na zona rural, porque lá na zona rural os alunos não tinham acesso à Internet. Nós precisamos respeitar o professor!

Sr. Presidente Bolsonaro, não esqueça que, antes de estar sentado nessa cadeira de Presidente da República, o senhor estava sentado em uma carteira de uma sala de aula.

Ministro Paulo Guedes, não esqueça o que os professores representaram na sua vida. Se não fossem os professores, V.Exa. não seria hoje o Ministro que é.

Portanto, eu peço aqui justiça aos professores brasileiros e que isso não passe e não tenha guarida aqui neste Congresso Nacional, nem pelos Deputados nem pelos Senadores. Pelos professores, tudo! E nós vamos até o fim defendendo os seus interesses aqui.

Peço o registro deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 70/72

---

116.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-27/10/2020- 14:12
Publ.: DCD - 10/28/2020 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prática de variados crimes pelo Presidente Jair Bolsonaro. Pedido à Presidência de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Natureza irresponsável e autoritária da decisão do Presidente Jair Bolsonaro de cancelamento da compra de vacina contra a Covid-19, produzida na República Popular da China. Celebração do 75º aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Avanços socioeconômicos do governo petista.

---

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras que nos acompanham pelas redes sociais e também pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, Bolsonaro já cometeu todas as espécies de crimes: crime contra a soberania nacional, crime contra a



democracia, crime contra a liberdade de expressão e organização, crime contra a economia popular, crime contra a saúde pública. É por isso que já há mais de 50 pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados. Milhares de pessoas subscreveram esses pedidos de *impeachment* e centenas de entidades também, todas esperando que se inicie um processo. E é a esse processo que nós queremos pedir ao Presidente Rodrigo Maia que dê início. Precisamos fazer o julgamento desse homem que está colocando a vida do povo brasileiro em risco. E precisamos fazê-lo de forma aberta, à luz da opinião pública.

De todos os crimes que elenquei aqui, o mais grave foi o que Bolsonaro cometeu no último dia 21 de outubro, quando decidiu que o povo brasileiro não teria acesso à vacina contra a COVID-19, por um motivo torpe, ideológico. Essa vacina que viria para cá - 46 milhões de doses já haviam sido contratadas - foi desenvolvida por técnicos brasileiros do Instituto Butantan, em conjunto com técnicos da China. E, por uma questão ideológica, Bolsonaro vaticinou contra. O que disse ele no dia 21? "*Já mandei cancelar. O Presidente sou eu.*"

Arrogante, irresponsável, autoritário, com total falta de empatia e de capacidade se colocar no lugar do outro, de sentir a dor do povo brasileiro e o medo do povo em relação à COVID-19, ele quer impor sua vontade contra a vida e a saúde da população.

Que Presidente é esse que despreza a vida do povo? Que Presidente é esse que não tem responsabilidade com o seu País? E que representantes do povo seremos nós nesta Casa se não agirmos com rapidez e não agirmos de maneira firme para impedir que isso aconteça, que esse Presidente continue colocando em risco a vida do povo por se opor contra a ciência, por se opor contra a vacina?

Nós do Partido dos Trabalhadores não vamos nos omitir. Já tomamos várias iniciativas, inclusive judiciais, para garantir que o povo tenha acesso à vacina contra a COVID-19. E também apresentamos um projeto de lei nesta Casa com o objetivo de tornar a vacina obrigatória, colocando-a dentro do Programa Nacional de Imunizações, que hoje já conta com 17 vacinas, Deputado Afonso Florence. São 17 vacinas que protegem o povo brasileiro, como a vacina contra o sarampo, a poliomielite, a difteria.

Hoje, esse plano de imunização está sendo destruído por Bolsonaro não só pelo corte das verbas, porque ele não quer gastar com a saúde do povo -- vacina tem custo, e eles estão cortando os recursos do SUS, 35 bilhões foram cortados do orçamento para o ano que vem --, mas também por sua postura negacionista de dizer que o povo não precisa de vacina, que vacina não precisa ser tomada, é opcional, toma quem

quer. Ele empurra o povo para a morte, é isso que ele está fazendo.

Nos nossos Governos, nós fizemos os grandes programas de imunização e garantimos todas as metas de vacinação. A vacina é uma obrigação do Governo, é uma obrigação do Estado brasileiro. Ela tem que ser colocada à disposição do povo, pois é um direito da população.

Ninguém pode colocar a vida do outro em risco por não querer tomar a vacina. E nós não podemos ter um Governo que age ideologicamente, um Governo que não tem responsabilidade. Cento e cinquenta e sete mil pessoas já morreram de COVID, e Bolsonaro trata isso com desdém, trata com normalidade. Não cuidou das pessoas, não cuidou da vida das pessoas e não cuidou da economia, da qual ele disse que cuidaria quando mandou as pessoas se confrontarem de peito aberto com o vírus da COVID.

Se tivesse cuidado da economia, nós não estaríamos com mais de 14 milhões de desempregados -- esse registro do IBGE é só das pessoas que procuram emprego, fora os desalentados, que já nem procuram mais, porque não têm esperança de achar; nós não estaríamos com a renda da população baixa, com os salários cortados; não estaríamos com a comida cara nos supermercados encarecendo a vida do povo brasileiro e levando diversas famílias à insegurança alimentar. Se isso não é crime, o que é crime? Quanto tempo mais nós vamos esperar esse irresponsável atentar contra o povo e contra o Brasil?

Por isso, nós viemos aqui pedir para que se abra o processo de *impeachment* sim, ainda mais agora com a gravidade desse fato e desse crime, um crime em massa, um crime cometido, um crime genocida. Nós não podemos admitir isso.

Nós temos que abrir o pedido de *impeachment* contra esse homem irresponsável, criminoso, genocida, sob pena de as nossas mãos, as mãos dos Parlamentares que assim não pensarem, e a própria coordenação da Casa ficarem manchadas com o sangue dos inocentes que morrerão nessa disputa insana que Bolsonaro faz para ganhar processos eleitorais, para fazer disputa política, baseado em ideologia e na ignorância.

Para mim, é muito triste falar dos crimes de Bolsonaro no dia de hoje. Hoje é dia 27 de outubro, é dia do aniversário do Presidente Lula. Lula faz 75 anos de idade. E não faz muito tempo que este País, nas mãos dele, era reconhecido nacional e internacionalmente por seus avanços sociais e avanços econômicos.

Quem não se lembra dos milhões de empregos que tínhamos? Quem não se lembra do salário valorizado? Quem não se lembra do crédito fácil e barato que permitia às famílias comprarem eletrodomésticos,





permitia às famílias comprarem um carro, comprarem uma casa? O salário era complementado, a renda era complementada também pelo Bolsa Família. Quem não se lembra da comida barata e farta na mesa do povo? Um pacote de arroz de 5 quilos custava 6 reais. As pessoas iam ao supermercado e enchiam os seus carrinhos. Todo mundo podia fazer um churrasco no final de semana, todo mundo podia tomar um refrigerante, tomar uma cervejinha. As famílias tinham dignidade. Quem não se lembra disso?

Na área da saúde, quem não se lembra das vacinas colocadas à disposição, da ação do Governo para proteger e imunizar a sua população? Quero repetir aqui: atingimos todas as metas vacinais nos Governos do PT e, inclusive, desenvolvemos vacinas com tecnologia nossa, que foi implantada nos diversos institutos que nós temos. Mas não é só isso na área de saúde. Quem não se lembra das farmácias populares, que estão sendo destruídas e davam condições ao povo de comprar remédio barato? Quem não se lembra do SAMU, das ambulâncias? Quem não se lembra das UPAs, os mini-hospitais que foram instalados, dos milhares de agentes de saúde que atendiam as famílias brasileiras? Quem não se lembra do tratamento dentário gratuito, das verbas que foram aumentadas para o SUS, dos médicos do Mais Médicos que vieram com a Dilma e foram escorraçados por Bolsonaro? E hoje nós não temos médicos no interior nem nas periferias dos grandes centros.

Lula governou para todos sim, mas governou principalmente para os mais pobres. Lula nunca mandou ninguém ir para Cuba ou para qualquer outro lugar. Lula nunca mandou um cidadão ir comprar comida na Venezuela. Lula nunca baixou a cabeça e nunca se colocou a serviço dos americanos, como faz esse Presidente que entrega este País. Nós éramos um País altivo e ativo, como dizia Celso Amorim, um País que tinha dignidade.

Lula veio do povo, por isso nunca esqueceu o povo e governava para o povo. Foi por essa razão que Lula foi perseguido, caluniado, injustiçado e preso. Mesmo assim, Lula continuou lutando e continua lutando pelo Brasil e pelo povo brasileiro. E me dá uma tristeza imensa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ver um homem como Lula, que tanto fez pelo Brasil, sendo perseguido, e um homem como Bolsonaro, que despreza tanto o povo brasileiro, a sua dor e as suas necessidades, sendo protegido. Este País está virado de cabeça para baixo. Está na hora de fazer justiça para Lula com a anulação, pelo STF, da sentença injusta, imoral e ilegal de um juiz maldito. É maldito, sim, porque trouxe a maldição para este País; um juiz parcial e oportunista que condenou Lula sem crime, sem provas.

Está na hora de fazer, sim, o *impeachment* de Bolsonaro, cuja única preocupação é com a vida dele e com a vida dos filhos dele, criminosos

e aloprados. Que a Câmara acorde para o seu dever, para sua responsabilidade.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, precisamos iniciar o processo de *impeachment*. Sem ele, não há como discutir, à luz da opinião pública, o que significa esse homem para o Brasil, os seus crimes, o que ele pratica. Nós precisamos expor isso ao País e decidir junto com a opinião pública. Bolsonaro tem que ser interdito. Ele tem que ser interdito sob pena de abrir as portas da morte para o povo brasileiro.

Quero terminar dando os parabéns ao querido Presidente Lula. Parabéns, Presidente Lula, pelos seus 75 anos de existência! Parabéns, Presidente Lula! Obrigada por você existir. Obrigada por você lutar pelo povo brasileiro, continuar lutando de cabeça erguida, saber o seu lado na história. O senhor faz muita falta ao comando deste País.

---

Documento 71/72

---

116.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2020- CD	14:32
Publ.: DCD - 10/28/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Comemoração do 75º aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Protesto contra o cancelamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da compra de vacina contra a Covid-19. Atuação irresponsável do Presidente da República.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero saudar o Presidente Lula pelos 75 anos. Desejo-lhe muita saúde para que possa estar sempre muito bem disposto a defender sua honra, sua inocência, porque injustamente foi perseguido por setores deste País.

E quero também tratar de outro tema. Eu sou de uma família de 15 irmãos, sou a 15ª filha. Fui conhecer energia elétrica, televisão, essas comodidades urbanas aos 14 anos, quando saí do seringal. Meu pai e minha mãe tiveram pouco estudo. Meu pai, menos ainda, foi alfabetizado já adulto. Pelo amor que tinham por nós, meu pai e minha mãe nunca deixaram nenhum de nós sem ser vacinado, levavam-nos a todas as campanhas de vacinação. Digo isso porque quem ama cuida, quem ama protege. Tomamos todas as vacinas, naquela época, para nos livrar, por exemplo, da difteria, da rubéola, da febre amarela, do

sarampo. Agora, vejo parte da população brasileira sonhando e correndo atrás de vacinas para poder se livrar da COVID-19. Isso é natural, porque as pessoas querem viver. Ninguém quer morrer antes do tempo ou sem chegar a sua hora.

Infelizmente, o comportamento do Presidente Jair Bolsonaro não tem sido um comportamento de quem demonstra o menor amor ou o menor carinho pelos brasileiros, como demonstraram sempre meu pai e minha mãe quando nos levavam, crianças, para tomar vacina.

Aliás, o Presidente iniciou uma guerra contra as vacinas. É algo inimaginável, porque há hoje no planeta uma corrida pela produção da vacina.

Precisamos deixar bem claro que este Parlamento não pode assistir calado o Presidente Jair Bolsonaro fazer guerra contra as vacinas, fazer campanha contra as vacinas, quando já há mais de 150 mil brasileiros mortos e agora acontece uma segunda onda da doença na Europa e em alguns Estados do País.

É preciso responsabilidade. Qualquer que seja a vacina liberada em primeiro lugar, o Brasil deve assumir o compromisso de comprá-la. O Brasil precisa comprar todas as vacinas que forem liberadas para a COVID-19. Não podemos negar aos brasileiros o direito à vida, o direito à saúde, porque são direitos constitucionais. Se o Presidente da República, Jair Bolsonaro, nega aos brasileiros o acesso às vacinas, ele comete, sim, um crime de responsabilidade, um crime contra a vida dos brasileiros, e não podemos nos calar diante disso.

O Presidente Bolsonaro e seus seguidores já começam a dizer que não são favoráveis a que ninguém seja obrigado a tomar a vacina. Até começam a mentir, dizendo que as pessoas vão ser pegadas à força para tomar a vacina. Pergunto: o voto no Brasil é obrigatório? Sim. Mas em que momento algum brasileiro foi retirado de casa para votar? O alistamento militar é obrigatório também para os homens. Mas em que momento os homens foram arrastados de seus lares para se alistar? Sabemos que não funciona assim.

Só quero lembrar que quando as vacinas estiverem liberadas nenhum país do mundo vai aceitar a entrada de um estrangeiro que não tenha sido vacinado. Moro no Acre, na fronteira com o Peru. Se eu quiser atravessar a fronteira e passar alguns dias no Peru, porque isso é comum entre os acrianos, não darei um passo à frente se não estiver em dia com a vacina de febre amarela. É assim o que ocorre com as proibições. As obrigatoriedades funcionam assim.

É preciso o Presidente Bolsonaro ter mais responsabilidade com o cargo que ocupa. É necessário que ele olhe para a população

brasileira. O povo brasileiro não se pode deixar levar pelas *fake news* contra a vacina, pelas mentiras contra a vacina.

Toda e qualquer vacina que for liberada, o Brasil será, sim, obrigado a disponibilizá-la para a população brasileira. A nenhum brasileiro pode ser negado o direito à vida, de se cuidar, de preservar o direito à saúde.

Portanto, somos a favor da ciência, somos a favor da vida, somos a favor dos brasileiros. O Presidente da República cometerá crime de responsabilidade se negar aos brasileiros o direito fundamental à saúde e o direito à vida, como determina a Constituição.

Muito obrigada.

---

Documento 72/72

---

116.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/10/2020- CD 14:44
Publ.: DCD - 10/28/2020 - AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Justificativa da ausência do Deputado José Guimarães. Decisão da Minoria de apoio às candidaturas dos advogados Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia e Janaína Lima Penalva da Silva e à recondução do professor Otavio Luiz Rodrigues Jr., respectivamente, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, como representantes da Câmara dos Deputados. Agravamento da crise econômica brasileira. Desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Paralisação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Escalada dos preços dos componentes da cesta básica. Efeitos da política monetária adotada pelo Governo Federal. Obstrução das votações na Casa, pelos partidos opositoristas, até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, acerca da instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19. Inadmissibilidade de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pelo coronavírus. Insistência do Governo Jair Bolsonaro na extinção do Programa Bolsa Família. Defesa da taxação de grandes fortunas e de desoneração da classe média, das pequenas e microempresas e dos trabalhadores brasileiros. Defesa de valorização do salário mínimo e de fortalecimento do Programa Bolsa Família.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do**

orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Maia.

Eu saúdo as Sras. e os Srs. Parlamentares e todo o povo brasileiro que nos assiste.

Registro que o Líder da Minoria, Deputado José Guimarães, está em voo neste momento. Por isso, não pôde participar desta importante sessão, em que a Câmara escolhe os seus representantes no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Nacional do Ministério Público.

A Minoria liberou a bancada, orientando, para o Conselho Nacional de Justiça, o voto no Dr. Mário Henrique Maia e na Profa. Dra. Janaína Penalva. Para o Conselho Nacional do Ministério Público, de forma unificada, a Minoria apoia a postulação à recondução do Dr. Otavio Luiz Rodrigues Jr.

Portanto, o Líder José Guimarães, em decorrência desse voo, coincidindo com o horário da sessão, não está presente.

Quero aproveitar, em rápidas palavras, Presidente Rodrigo Maia - eu não pretendo usar todo o tempo da Minoria -, para registrar a situação gravíssima por que passa a economia brasileira.

O Governo Federal desmontou as políticas de apoio à produção de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Não houve o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e, assim, a safra agrícola deste ano não tem crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar. Enfrentamos, então, uma escalada do aumento de preços de alimentos, particularmente arroz, óleo, carne e outros produtos fundamentais da cesta básica.

Já há indicadores, da primeira quinzena do mês de outubro, de impacto no conjunto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com uma tendência inflacionária presente. O Governo tem feito uma política temerária de gestão monetária. Há fuga de capitais do País muito expressiva e já se começa a desenhar a possibilidade do aumento da taxa de juros.

Com a redução dos investimentos públicos decorrente da Emenda Constitucional nº 95, temos um desinvestimento e o acréscimo de queda de arrecadação - já gravíssima desde 2015, com o Governo do Presidente Temer -, agravada com a evolução da execução do teto de gastos e, depois, agravada mais ainda em decorrência da recessão decorrente do impacto da pandemia da COVID-19 na atividade econômica.





Os pequenos sinais de melhoria desse quadro macroeconômico decorreram da renda emergencial. Vale lembrar, o Presidente Bolsonaro não mandou medida provisória para esta Casa sobre a renda emergencial. Esse benefício foi aprovado aqui a partir de um projeto de lei de origem na Casa. A Oposição defendeu 1.045 reais - o valor do salário mínimo -, mas o Governo propôs, primeiramente, 200 reais; posteriormente, chegou a 500 reais; e, no último momento, é verdade, o Líder do Governo aceitou deixar em 600 reais.

A lei da renda emergencial previa a possibilidade de prorrogação, até dezembro, dos 600 reais, e o Governo editou a Medida Provisória nº 1.000, reduzindo esse valor para 300 reais, mas que poderia ser os 600 reais. A dona de casa, a chefe de família, o trabalhador do segmento informal, você que recebe a renda emergencial de 300 reais hoje, fiquem sabendo que poderiam receber 600 reais e que essa redução do valor para 300 reais foi uma decisão do Governo Bolsonaro.

Por isso, nós da Oposição estamos em obstrução.

Queremos votar a MP 1.000 para restabelecer o valor de 300 reais retirado pelo Governo Bolsonaro e chegarmos ao valor integral de 600 reais, inicialmente estipulado para a renda emergencial. Foram esses 600 reais que incrementaram alguma atividade do setor de comércio e serviços, inclusive impactando positivamente na arrecadação de ICMS dos Estados.

Portanto, há um cenário macroeconômico muito deteriorado. O Governo insiste em extinguir o Bolsa Família, que tem condicionantes fundamentais, como a vacinação e a frequência escolar, não para retirar o garoto ou a garota com sua família do programa, mas para obrigar a vacinação. A assistente social do Município pega a família, leva ao posto e vacina ou pega a família e matricula na escola. Assim, garante a assiduidade escolar. E o Governo, repito, quer substituir o Bolsa Família por um programa que se submete ao teto de gastos e ao Presidente, para impedir o impacto negativo eleitoral nos candidatos que são identificados com ele, e diz que só vai discutir a renda emergencial depois das eleições.

Só há uma alternativa para financiar o Estado brasileiro: os ricos, os muitos ricos, os super-ricos têm que pagar os tributos que hoje, no Brasil, não pagam. Às vezes, nós vemos um pequeno empresário ou um servidor público ficar temerário, achando que ele é rico, porque compra um carro novo, porque consegue pagar o financiamento do apartamento ou porque é microempresário. No Brasil, aproximadamente 40 bilionários lucraram 72 bilhões de reais só no período da pandemia. Nós estamos falando dessas pessoas que ganham, por ano, dezenas de bilhões de reais. Eles têm que pagar



lucros sobre lucros e dividendos. Nós temos que vedar a dedução sobre juros de capital próprio. Eles têm que pagar sobre as grandes fortunas, e não pagam.

Não estou falando da classe média. A classe média tem que ser desonerada. O trabalhador, a trabalhadora têm que ser desonerados. As micro e pequenas empresas têm que ser desoneradas. O empreendedor individual tem que ser desonerado. Nós temos que reduzir o impacto dos tributos indiretos, do ICMS, do ISS. Nós temos que colocar tributos sobre a distribuição de lucros e dividendos dos grandes empresários e das grandes corporações, sobre as grandes fortunas, e vedar a dedução dos juros de capital próprio. Nós temos que retribuir a cadeia de petróleo e gás, inclusive de multinacionais, isentas só no Brasil.

Devemos dispor dos recursos necessários e retomar com robustez o Programa Bolsa Família, aumentando os valores desse programa, com a reposição do valor do salário mínimo. É essa peça orçamentária caótica do Governo que joga o serviço público brasileiro para o subsolo. Nós temos que valorizar o salário mínimo e garantir o piso de investimentos na educação e na saúde.

Por isso, os partidos da Oposição, querendo votar a MP 1.000, estão em obstrução.

Obrigado, Presidente.

---